

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Erielton de Souza Martins

O SENTIDO RELIGIOSO DO GESTO DOS PÉS DESCALÇOS:
análise a partir da ótica de Luís da Câmara Cascudo.

Belo Horizonte

2017

ERIELTON DE SOUZA MARTINS

**O SENTIDO RELIGIOSO DO GESTO DOS PÉS DESCALÇOS:
análise a partir da ótica de Luís da Câmara Cascudo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarela.

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M386s Martins, Erielton de Souza
O sentido religioso do gesto dos pés descalços: análise a partir da ótica de Luís da Câmara Cascudo / Erielton de Souza Martins. Belo Horizonte, 2017.
152 f. : il.

Orientador: Antônio Geraldo Cantarela
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

1. Espaço sagrado. 2. Gestos. 3. Ritos e cerimônias. 4. Mitologia - Aspectos sociais. 5. Cascudo, Luís da Câmara, 1898-1986. 6. Cultos afro-brasileiros - Igreja Católica I. Cantarela, Antônio Geraldo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 291.13

ERIELTON DE SOUZA MARTINS

**O SENTIDO RELIGIOSO DO GESTO DOS PÉS DESCALÇOS:
análise a partir da ótica de Luís da Câmara Cascudo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarela – PUC Minas (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Lilian Cristina Bernardo Gomes - UFMG

Prof. Dr. Roberlei Panasiewicz – PUC Minas

Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira – (suplente)

Belo Horizonte, 10 de março de 2017

A meus pais, Maria M. de Souza e Edilson V. Martins, que não puderam obter uma educação formal, mas proporcionaram aos meus irmãos e a mim uma criação com exemplo de luta, honestidade e persistência.

Aos meus irmãos Erivelton, Erison, Dilsilândia e Jildemar, pelo incentivo, amizade e busca constante por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre demonstra que tudo é possível.

Ao Orientador: Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarella, pelo respeito, paciência e contribuições significativas para efetivação deste trabalho.

Aos Profs. Dr. Flávio Senra, Roberlei Panasiewicz, Adilson Schultz e demais integrantes do corpo docente da PUC Minas, pela dedicação, simplicidade e partilha de conhecimentos.

A Rogério Tiago Miguel, Sheila Souza e demais colegas de curso, lutadores em busca de conquistar o seu espaço neste mundo.

À Secretária Dênia e demais trabalhadores da PUC Minas que dedicaram parte do seu tempo aos serviços diários, contribuindo com seus afazeres para o bom andamento deste curso do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

Ao Chanceler, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, ao Reitor, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, e à PUC Minas pela concessão da bolsa de estudos no Mestrado em Ciências da Religião.

Aos Caríssimos Pe. Alex Adriano e Pe. Cleonídio da Silva pelo carinho, amizade e hospitalidade.

Ao Bispo, Dom Ricardo, padres, seminaristas e demais membros da Diocese de Caetité-Bahia, pela acolhida e fraternidade.

A Belma Gumes e Fernanda Araújo, pelas correções nesse trabalho.

Aos parentes e amigos em especial a Tuta, José, Ricardo, Rangel, Deni, Benedita, Geni, Cida, Edmilson, Paulo, Paula, Luíza Martins e demais pessoas que repartiram comigo novas ideias e ideais antigos, apostando na concepção de viver em um mundo melhor e mais justo.

“Na diversidade das culturas, a lei natural liga os homens entre si, impondo princípios comuns”. (PONTIFÍCIO CONSELHO “Justiça e Paz”, 2011, p. 87).

RESUMO

Conhecer e descobrir a importância dos pormenores encontrados no espaço sagrado é algo memorável. Os detalhes presentes nos gestos e ritos são relevantes quando se quer conhecer as gotas dos detalhes presentes no mar daquilo que é envolvente e chamado de Sagrado. O descalça-te ou os pés descalços é apenas uma gota nesse imenso oceano, uma seta apontando para esse caminho. Os estudos desse gesto apresentam uma oportunidade de conhecer detalhes significantes em diversas tradições religiosas que o utilizam durante os seus ritos. Nesta pesquisa esse gesto é descrito da maneira como é executado em algumas instituições e em diferentes mitologias. Por outro lado, também é a maneira de conhecer determinadas particularidades ligadas aos aspectos sociais e culturais durante o período colonial do Brasil. A intenção nesta Dissertação é a de apresentar as similaridades e também divergências envolvendo essa prática gestual a partir da análise de Luís da Câmara Cascudo sobre esse tema. Acrescentam-se a estas considerações apontamentos sobre a possibilidade de entender o gesto descalça-te como metáfora, uma possível forma para eliminar os preconceitos do que é desconhecido sobre a cultura do outro, no mesmo passo em se aprende a ser solícito, criando uma relação de respeito e proximidade como a descrita na regra áurea.

Palavras-chave: Espaço sagrado. Gestos. Pés descalços. Significado.

ABSTRACT

To know and discover the importance of the details found in the sacred space is something memorable. The present details in gestures and rites are relevant when one another wants to know the drops of the details present in the sea of that which is surrounding and called Sacred. The barefoot or the barefoot is just a drop in this immense ocean, an arrow pointing to the path. The studies of this gesture present an opportunity to know significant details in several religious traditions that avail it during their ritual. In this research this gesture is described in the way it is performed in some institutions and in different mythologies. On the other hand, it is also the way of know certain particularities related to the social aspects in the Indigenous and African cultures during the colonial period of Brazil. The intention in this Dissertation is to present the resemblance and also divergences involving this gestural practice, from the analysis of Luís da Câmara Cascudo about this theme. Added to these considerations are pointing on the possibility of understanding the gesture barefoot as a metaphor, a possible way to eliminate the prejudices of what is unknown about the culture of the other, in the same step in learning to be solicited, creating a relationship of respect and closeness as described in the aureate rule.

Keywords: Sacred space. Gestures. Bare feet. Meaning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Moses and the Burning Bush, Arnold Friberg, 1954.....	31
Imagem 02 - Devotos budistas em Kandy, no Sri Lanka	47
Imagem 03 - Maloca dos Apiakás sobre o rio Arinos. - Hercule Florence, 1828.....	58
Imagem 04 - Ritual Quarup na aldeia Waruá, Parque do Xingu, MT	61
Imagem 05 - Dança dos Tapuias – Albert Eckhout	63
Imagem 06 - O vendedor de flores e os escravos alinhados. Jean B. Debret	71
Imagem 07 - Festa da Umbanda cultuada em Manaus	73
Imagem 08 - Jogar Capoeira. Johan M. Rugendas, 1835	74
Imagem 09 - Procissão no Círio de Nazaré.....	84
Imagem 10 - Missa de Lava-pés	86
Imagem 11 - O culto muçulmano	89
Imagem 12 - Ritual de iniciação na maçonaria.....	92
Imagem 13 - Dança circular em honra à Mãe Terra	94
Imagem 14 - Njord e Skadi, Wilhelm Wägner, 1882	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO SAGRADO E A IMPORTÂNCIA DOS GESTOS	23
1.1 O significado do espaço sagrado	23
1.2 O espaço sagrado e a religiosidade contemporânea	35
1.3 O gesto (pés descalços) e a cultura popular segundo Luís da Câmara Cascudo	45
CAPÍTULO 2 - O SIGNIFICADO DO GESTO DOS PÉS DESCALÇOS EM DIFERENTES CULTURAS.....	53
2.1 O gesto e o seu significado	53
2.2 A significação dos pés desnudos na cultura dos povos indígenas: um estudo sobre os vestígios do período colonial.....	56
2.3 A simbologia dos pés descalços na tradição africana existente no Brasil durante o período colonial	65
2.4 O descalça-te e os seus significados na tradição judaico-cristã.....	76
2.5 A pratica dos pés-descalços em outras tradições religiosas	88
A prática dos pés descalços na tradição islâmica.....	88
A Maçonaria e o contexto para o uso do pé descalço	91
Wicca e o significado dos pés no chão.....	93
A descrição dos pés descalços nas tradições europeias.....	95
A pratica dos pés desnudos na tradição egípcia	98
CAPÍTULO 3 – OS PÉS DESCALÇOS COMO METÁFORA DE COMPROMISSO SOCIAL.....	101
3.1 O compromisso social presente na simbologia dos pés descalços	102
3.2 O sentido ético em calçar o próximo.	114
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas de gestos milenares presentes em nossa cultura são essenciais para manter acesa a chama da fé nos diferentes espaços sagrados e, sobretudo, revelar os porquês de essas influências chegarem muitas vezes “intocadas” na contemporaneidade. O gesto dos pés descalços é um entre tantos existentes em diferentes religiões e culturas cujo simbolismo, conforme apresentado por Luís da Câmara Cascudo em sua exegese do Êxodo 3,5, representa respeito, humildade e obediência de um mortal a um Ser sobrenatural. Essa ligação é capaz de transformar o lugar simples em um espaço sagrado no qual ocorrem reverências, peregrinações, cultos, dentre outras formas de se aproximar do Misterioso.

A palavra espaço reflete o significado de um lugar, extensão, volume, de uma dimensão onde o místico se faz ou se fez presente, e onde os humanos também deixaram seus sinais ao longo dos anos. Como categoria de análise da Geografia, o espaço já foi definido por Santos (2006, p. 65) como sendo o resultado inseparável entre dois sistemas, um de objetos e outro de ações. Corrêa (2000, p. 15), no entanto, acredita que ele está associado a uma porção específica da superfície da Terra identificada pela natureza ou pelo modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas. Sob esse ponto de vista, o espaço é tudo aquilo que pode ser delimitado. Para Pastro (1999, p. 15 e 16), sua grandeza é imensurável, porque o “ilimitado emerge dos limites”. Assim, o medir do ir, a partir de mim, ao encontro do outro ou ao infinito se reflete na dimensão indefinida ou na necessidade de “troca de espaço” ao qual o homem está submetido. Rosendahl (1999, p. 13), corroborando essas ideias, descreve que “é possível reconhecer o sagrado como elemento de produção do espaço”. Desse ponto de vista, é plausível ter noção do sagrado a partir da análise dos mais diversificados espaços onde a dimensão mística se faz presente.

O sagrado é, portanto, uma categoria de análise extremamente importante tanto para a ciência quanto para o sistema religioso. Ele concede às Ciências da Religião algo primordial aos seus abrangentes estudos; um conhecimento amplo e diversificado que envolve mitos, ritos e locais. Para Otto (2007, p. 150), o sagrado trata de uma categoria composta, estritamente apriorística, manifestando-se sempre como uma realidade inteiramente diferente das realidades naturais. Em outras palavras, Gil Filho (2001, p. 3) corrobora essa afirmação ao notar no sagrado reservas de aspectos ditos racionais e não racionais, ambos captadores dos

sentimentos religiosos, o que o torna passível de ser estudado em uma ampla escala religiosa ou num determinado espaço geográfico.

Luís da Câmara Cascudo¹, na sua obra *Superstição no Brasil* (2002, p. 460), descreve como foi concebida a ideia instigadora de estudar no espaço sagrado as particularidades contidas no gesto do descalça-te. Essa visão, focada em gestos rituais, começou quando o autor era apenas uma criança, durante a celebração de uma missa dominical na igreja matriz em Natal no Rio Grande do Norte. Cascudo avistou uma senhora da alta sociedade, bem vestida, ornamentada e com boa postura, estando naquele recinto com os pés descalços. Algo incomum para um menino que não compreendeu o porquê daquilo naquele momento, mas que, ao acompanhar as Procissões dos Passos, acabou enxergando outras pessoas descalças. Nascia então o questionamento: O porquê de andarem de pés nus? E sua mãe lhe explicara que isso era fruto de promessas. Tempos depois, as perguntas do pesquisador seriam: Por que o pé no chão significaria penitência quando era algo usual do povo? Onde começou isso? Em suas conclusões, os frutos dessas tradições religiosas eram provenientes dos povos colonizadores do Brasil.

Os povos indígenas habitantes desta terra não usavam calçados. Os negros escravizados da África não desembarcavam com tal item. Entretanto, os europeus chegaram carregando em suas bagagens uma nova cultura e com esta os costumes judeus e cristãos de atitude reparadora perante o seu Deus. A partir de então, é utilizado os pés descalços durante as procissões no Brasil. Câmara Cascudo buscou interpretar as palavras bíblicas do Êxodo 3,5 em dois textos². O primeiro no “Descalça-te, a terra é sagrada”, do livro *Anúbis e Outros Ensaio*, de 1951, evidenciando aspectos sobre a origem, questionamentos e os significados por trás desse ato. Em seu trabalho posterior, denominado *Religião no povo*, de 1974, o texto “De pé no chão” faz uma releitura do anterior, acrescentando características indígenas e observações do seu cotidiano. Tal abordagem também está presente no livro *Civilização e Cultura*, não de modo extenso, porém significativo para o assunto.

A narrativa do livro do Êxodo nos conta sobre Moisés, filho de um casal israelita, pertencente à tribo de Levi, que foi criado pela realeza egípcia e, após diversos acontecimentos, retorna ao lar não mais como nobre, mas sendo um pastor que, pelo bem comum do povo, se une ao seu irmão de sangue Aarão para lutar e livrar os israelitas da casa

¹ Detalhes sobre a vida e obras desse autor estão descritos nos anexos.

² Livros reeditados com o acréscimo do livro “Superstições e Costumes”, de 1958, na obra *Superstição no Brasil*, sendo a primeira edição lançada em 1985. A obra utilizada neste trabalho é a *Superstição no Brasil*, 5ª edição, publicada no ano de 2002.

da escravidão, conforme ordenara o “Eu Sou”³. Nessa saga bíblica, tal façanha só pode ser feita a partir do encontro de Moisés com o Sobrenatural presente numa sarça que queimava, mas não se consumia. Do meio dela, o Deus de seus antepassados se revela, o chama e diz: “Não te aproximes daqui; tira as sandálias dos pés porque o lugar em que estás é uma terra santa” (Ex 3,5). Assim, o Deus de outrora se fez presente quando convidou Moisés para retirar os calçados (feitos a partir do couro curtido de um animal, antes possuidor do sopro divino, calçados que estavam escondendo os seus pés de tocar a terra de onde o homem foi tirado) e, em seguida, adentrar o santo lugar, para descobrir o que o Criador guardava para o pastor ir mais além. Percebe-se um laço de união e dependência nessa narrativa bíblica⁴ entre o Ser Sobrenatural e Moisés a partir de um gesto (pés descalços) num ambiente que, por conta de uma manifestação divina, se transformou em solo sagrado. Para O’Connell e Airey (2010, p. 156), “o pé é a parte do corpo que está mais intimamente relacionada com a terra. Está associada não tanto à estabilidade quanto ao movimento. Pés descalços, por tradição, indicam humildade e símbolo de lamentação”. A ligação dos pés à terra é vista não só como lamúria, mas sinal de reverência e adoração. Segundo Cascudo:

As fórmulas de respeito e adoração mais antigas estão fixadas nas pedras, nas ruínas dos templos, dos palácios, das sepulturas, dos hinários historiando as façanhas guerreiras ou as oblações religiosas. A mão ao peito, as palmas voltadas para o Deus ou para o Rei, a prostração, a posição ajoelhada, os braços cruzados, são as mais conhecidas... o pé descalço é, possivelmente, a forma mais antiga de materializar o respeito, a submissão, a obediência notória (CASCUDO, 2002, p. 199).

O Ser divino, cujas forças se faziam presentes no Monte Horeb, conhecia o servo ao qual destinava grandes feitos. A sarça ardente foi o meio para chamar a atenção do pastor a ir ao seu encontro no lugar sagrado. O pedido para retirar a proteção de seus pés era o sinal feito no Egito pelos servos diante do Faraó. No caso de Moisés, ele estava ante o Deus de seus ancestrais, por isso deveria se submeter e deixar de lado as ideias preconceituosas, largar os afazeres e cumprir o seu destino.

Destarte, a questão central desta pesquisa é: Quais são os aspectos norteadores (históricos, antropológicos e teológicos), utilizados para avaliar e dar consistência à interpretação de Câmara Cascudo sobre o gesto dos pés descalços em um ambiente sagrado?

³ Expressão usada pelo ser Sobrenatural (Ex 3,14) para ser reconhecido como Deus dos antepassados dos israelitas, aquele que enviou Moisés.

⁴ Narrativa bíblica é gênero literário no qual Sellin e Fohrer (2007, p. 164) enquadram a história do capítulo três do livro do Êxodo.

A hipótese deste trabalho analisa a coerência que constitui o estudo do gesto pés descalços em diferentes culturas na análise de Luís da Câmara Cascudo.

Para esse autor é notório que esse gesto na passagem do Êxodo 3,5, relata a proposta de Deus a Moisés, buscando um reconhecimento do estado humilde, obediente e de cuidado da criatura perante o Soberano num ambiente sagrado. Esse gesto foi e é capaz de provocar interpretações históricas distintas nas tradições judaica, cristãs e islâmica. Além dessas, é possível encontrar nos seus escritos a mesma prática (descalça-te) sendo realizada nos encontros religiosos do Candomblé, Umbanda, Xangô⁵, ao longo do litoral e em outros lugares do Brasil, onde fazem uma reverência à Mãe Terra quando tocam no solo. De modo semelhante, outros povos cultuavam a Terra como divindade e chamavam a Mãe Terra de diversos nomes, a exemplo de Gaia (épico grego), Cibele (denominação originária da Frígia), Tellus (mitologia romana). Eles acreditavam que desses seres ctonianos emanavam as forças de fecundação (a exemplo o ato de arar a terra), conservação da natureza e da destruição (terremotos, deslizamentos, rupturas na crosta terrestre...). Por isso, a veneração a essa deusa deveria ser feita com os pés nus, entrando em contato direto com o solo sagrado, método de reconhecer as forças dessa divindade no mundo.

A relevância desse estudo se deve ao fato de as Ciências da Religião possibilitarem a análise de fatos religiosos sem ter que enquadrá-los pejorativamente em um determinado contexto. Além disso, a análise do espaço sagrado e de um gesto como os pés descalços cria um estudo de caráter interdisciplinar entre a Geografia, Teologia, História, Sociologia, gerando uma visão menos simplista a respeito de um determinado símbolo numa tradição religiosa, abordando desse modo aspectos culturais diferentes em torno de fatos comuns, ou seja, uma noção plural de algo singular.

Assim, buscando “revitalizar” simbologias antigas e apresentando-as em seus aspectos pioneiros, sem os disfarces atuais em diferentes culturas, é que este trabalho também salienta o respeito à religião do outro como um recurso para se conviver melhor em sociedade, através do diálogo inter-religioso que se pode iniciar/aproximar com um passo em comum, a partir dos “pés descalços”. A importância desta pesquisa sobre os pés descalços é a de abordar não só fatores de origem religiosa, mas também aspectos culturais de estudos científicos. Nessa mesma acepção, é analisado o termo sagrado, empregado de forma a valorizar mais a gesticulação apresentada no Êxodo 3,5, além de expor o ambiente em questão; é “nesse

⁵ Xangô como aqui é descrito não se refere ao orixá do Candomblé, mas a organização ou local de culto afro-brasileiro conforme é denominado em Recife, segundo as descrições de Luís da Câmara Cascudo no *Dicionário do folclore brasileiro* (1999; p. 919).

sentido e cuidado que tratamos do espaço, vemos no finito o infinito desposar o finito” (PASTRO, 1999, p. 16), ambos impregnados nesse gesto executado há tantos séculos e interpretado de diversas formas.

A metodologia proposta para a execução da pesquisa foi desenvolvida através de pesquisas bibliográficas, utilizando os métodos histórico e comparativo a fim de apresentar o sentido do gesto “pés descalços” em diferentes tradições religiosas e culturais, verificando a importância que cada uma dá ao local sagrado onde executam a cena em questão.

O “descalça-te” nos apresenta a crença no Ser misterioso capaz de realizar os mais diferentes e notáveis prodígios. A análise do versículo supracitado, a partir de Cascudo, serve como uma seta capaz de indicar o porquê de tantos caminhos e interpretações religiosas ao redor do gesto simples e tão notável. Este gesto pode servir desde momentos alegres e festivos, passando por cumprimento de um dever ou gesto substituto de escrituras, sendo também uma representação de algo humilde ou subserviente. Além disso pode ser utilizado em cerimônias como missas, cultos, procissões, encontros religiosos e gestos fúnebres.

Visando apresentar esse tema de uma maneira esclarecedora, essa dissertação foi dividida em três capítulos que apontam de forma diferentes para os detalhes pertinentes para a observação desse gesto. O primeiro capítulo trata da importância do gesto no espaço sagrado, observando os ambientes onde são praticados, seu valor cultural segundo a religiosidade contemporânea e as descrições de Cascudo presente na cultura popular. O segundo capítulo relata sobre o significado dos pés descalços ou como ele é apresentado para os seus fiéis na Wicca, no Islamismo, no Judaísmo, no Cristianismo, na Maçonaria, nas tradições egípcia e europeias, além das africanas e indígenas durante o período colonial do Brasil. No terceiro capítulo é apresentado uma nova forma de observar essa gesticulação, através de duas metáforas sendo uma a do “descalça-te” visando retirar os preconceitos sobre a religião alheia, e a outra “calçar o próximo” como maneira de servir o próximo buscando uma harmonia entre todos os humanos.

Dessa maneira busca-se conhecer nessa pesquisa a importância dos pés descalços em um ambiente sagrado, adentrando no campo onde a vaidade é deixada do lado de fora, tocando-se um chão novo, habitado por um ser desconhecido, porém amigável, tendo a capacidade de observar algo ardendo nas chamas do conhecimento e que se sacia ao repartir as informações. Isso faz-nos acreditar na mensagem ampla de bem comum.

CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO SAGRADO E A IMPORTÂNCIA DOS GESTOS

Neste primeiro capítulo, as discussões giram em torno da relação entre o ambiente sagrado e o gesto dos pés descalços. Para isso, esta pesquisa encontra-se dividida em três seções de modo a apresentar o tema mencionado. No primeiro ponto, abordaremos brevemente o significado do Espaço Sagrado a partir de duas questões: O que é espaço? O que é o Sagrado? Para responder a esses questionamentos, será apresentado um estudo fundamentado em conceitos utilizados na Geografia e nas Ciências da Religião, a exemplo de: espaço, multiterritorialidade, sagrado e profano, todos baseados nas descrições de renomados autores dessas áreas. Através dessa análise, buscamos ressaltar o aspecto simbólico para compreender o processo gestual dos pés descalços. Entre os exemplos, será mencionado alguns personagens míticos, porém o foco recai sobre Moisés, o guia dos israelitas cujo gesto ganhou notoriedade e expandiu “fronteiras”, sendo praticado por vários lugares ao redor do planeta Terra, tendo influência do judaísmo, cristianismo e islamismo. Posteriormente, a segunda parte prossegue com a pergunta: Como é constituído o espaço sagrado? Dessa forma, apresentaremos a religiosidade contemporânea e a sua noção do sagrado. Por fim, na terceira seção, a pesquisa aborda o gesto dos pés descalços e a sua influência na cultura popular, a partir das exposições de Luís da Câmara Cascudo.

1.1 O significado do espaço sagrado

É curioso como um determinado espaço pode surtir tanto efeito na vida de alguém. Há tantos tipos de lugares (porção do espaço) que o ser humano percorre e nos quais realiza seus afazeres ao longo da vida, que alguns os marcam definitivamente. Vários são os exemplos que podemos mencionar, porém, antes, será abordada a noção de espaço seguindo “as linhas” delimitadas pela Geografia.

Devido à amplitude do significado, não se pretende neste trabalho mencionar os demais conceitos encontrados em diferentes ciências, a exemplo da Física, Química, Psicanálise, Antropologia, Arquitetura, dentre outras áreas em que essa temática também é abordada. O espaço sobre o qual este estudo se concentra seria aquele da amplitude cultural e

religiosa, em que o simbolismo do sagrado habita ou por onde passou em determinada época e, a partir daquele instante, deixou sua influência na história de uma pessoa, povos ou culturas que a Ele (o divino) foram associados. Hoje tais aspectos são sucessivamente perpetrados através dos ritos e mitos propagados em torno desse mistério.

O espaço é a delimitação de uma área, fruto das intervenções humanas. Nele, ocorre uma dinâmica natural, social, cultural e econômica. O que se compreende do espaço gira em torno dessa capacidade humana de criar e recriar objetos e ordenanças, permeando a influência do místico na vida dos seus adeptos. Aqui, o gesto, como os pés descalços, é estudado de acordo com as suas características simbólicas que podem estar ligadas ao ambiente sagrado ou não. Muitas vezes a utilização desse simbolismo está desvinculada do seu espaço original (onde ocorreu o fenômeno sobrenatural), porém o exercício ritualístico constante, efetuado pelas Igrejas, mesquitas, templos ou em outros espaços sagrados, aos poucos vai lembrando aos crentes o “verdadeiro” significado da prática gestual. Assim, esses rituais não deixam que o gesto perca o seu valor, e continuam reanimando, dando vida, perpetuando o significado de outrora no tempo presente.

Mas, qual é o significado do espaço?

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico. Este corresponderia a diferentes ambientes desde a natureza intacta até onde o ser humano atua, constrói e altera em seu próprio benefício. Para Corrêa (2000, p. 15):

A expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, por outro lado, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior.

Para o autor, o termo se refere ao lugar onde ocorre a reprodução das relações sociais, seja em nível local ou global. O espaço é, assim, independente. Seu conceito é indispensável e importante na vida de homens e mulheres, e seu uso indiscriminado é um bom exemplo do motivo por que esta expressão se tornou um conceito-chave para a Geografia. Devido ao uso corrente, o espaço foi debatido e descrito de diferentes maneiras e por diferentes autores ao longo dos anos. Tuan (1983, p. 3) enxergou familiaridade entre os termos lugar e espaço, percebendo que neste o homem poderia aperfeiçoar a sua percepção.

Como poderia o ser humano perceber o espaço e nele atuar?

Carlos (2007, p. 17) acredita que é “através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos”. A autora, em suas descrições, busca entender o modo como ocorre a reprodução da vida em um determinado ambiente. No caso do espaço, ele poderia ser compreendido de acordo com a vivência; essa seria uma junção do que é sentido, pensado e apropriado. Santos (2006, p. 34), no entanto, acredita que o “espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida”. Essa visão apresenta um espaço de aprendizados diante das condições que ele oferece para o desenvolvimento dos diferentes “exercícios”, realizados através das crenças, da política, do trabalho, entre outros.

Apesar de a Geografia ter diversas correntes de pensamento que abordam essa questão, Santos (2002, p. 188) percebe algo comum entre elas: a noção de espaço como receptáculo, um vestígio da condição, *a priori*, do fenomênico. Dessa forma, esse vestígio ligado ao espaço será uma entre outras contribuições da Ciência geográfica para o desenvolvimento do tema deste trabalho.

Por outro ponto de vista, o espaço estudado como recipiente, assim o é, quando ocorre uma influência sobrenatural ou quando ele é adaptado pelo ser humano para se transformar em um ponto destinado à visita nos mapas dos devotos religiosos. É a partir dessa ideia que se mistifica um lugar e surgem os chamados líderes religiosos, profetas ou patriarcas de um povo, todos inspirados pela presença misteriosa naquele espaço. Muitas das vezes, por conta desses acontecimentos místicos, esses locais tornam-se lugares de peregrinação. Em outras, as ordenanças efetuadas pela divindade são exportadas pelas organizações religiosas através dos gestos (como o dos pés descalços), dos ritos de passagens, cultos e dentre outras formas sérias que marcam a seriedade do compromisso da religião para com os seus adeptos nos diferentes espaços da fé.

A mudança de lugar, ou apropriação de uma ideia para ser aplicada em outro ambiente, pode gerar um novo significado junto ao gesto, mas isso não significa que ele mudará completamente. Da mesma maneira ocorre com o espaço. Quando neste local há um encontro com o sagrado, muitas vezes é reproduzido (os gestos) em outros espaços diferentes do “original” e tal feito representa uma “ampliação” de espaços consagrados a um

determinado Ser. Tomemos como exemplo um fragmento do relato contido no livro bíblico do Êxodo (3, 8), baseado na análise de Tuan (1983, p. 66): “No Antigo Testamento, as palavras para espaciosidade significam em um contexto tamanho físico e, em outros, qualidades psicológicas e espirituais. Como uma medida física, espaciosidade é uma terra boa e grande, uma terra onde corre leite e mel”. Aqui, a existência de um espaço mítico funciona como uma resposta diante das necessidades humanas; neste caso, a ideia de expansão e povoamento está por trás da de ocupação desse território. Em outra passagem deste mesmo livro (Ex 3,5), a interpretação da comunidade israelita apresenta o seu Deus apontando outro exemplo da noção de espaço para um pastor semita. Nesse excerto, a associação é feita através do alerta para dois tipos de ambientes, aquele onde ele (Moisés) pisa e o outro existente ao seu redor. No primeiro existe uma manifestação divina que lhe ordena pisar com os pés despidos. Esse gesto é uma comprovação da autoridade do Ser misterioso diante do servo e futuro guia do povo escolhido, do mesmo modo que é a representação da humildade do homem, perante o Iluminado, o reconhecimento da limitação de um ser humano diante da manifestação sobrenatural no espaço que o rodeava. No segundo ponto, é possível notar as diferenças que podem ser observadas na noção do espaço para a cultura javista. Enquanto o anterior é uma terra sagrada, este outro, cuja extensão era maior e por onde Moisés pastoreava as ovelhas, serviu como uma “passagem” para um lugar restrito diante do Ser enigmático.

Cabe ressaltar a importância de entendermos o processo pelo qual, nos estudos sobre o espaço, todo acontecimento existente nele pode ser o início de alguma coisa ou o reflexo de algo anterior. Retornando ao exemplo bíblico mencionado, é notável que o gesto efetuado por Moisés seja, até hoje, praticado por diferentes tradições religiosas de cunho monoteísta. Tanto no Judaísmo quanto no Islamismo ocorre a repetição dessa prática mosaica. Na tradição Judaica, os espaços sagrados, designados aos sacerdotes para adentrarem descalços, eram o da tenda da reunião e o do altar, enquanto para os muçulmanos seria a mesquita, a casa sagrada de oração para Allah.

A alteração de ambientes físicos e a reprodução “perpétua” desses ritos gestuais são fruto de uma multiterritorialização⁶, entendida aqui como a construção de novos espaços de referenciais simbólicos. Em outras palavras, seria uma “exportação” dos vestígios da manifestação sagrada existente em um lugar para um novo ambiente onde se pode expressar a

⁶ Termos como multiterritorialização, desterritorialização e reterritorialização, são apresentados nesta pesquisa como sendo a ampliação, perda e conquista de um ambiente territorial (respectivamente), onde a dimensão simbólico-cultural está presente. Mais detalhes sobre este assunto podem ser vistos no texto: “desterritorialização e multiterritorialidade” de Rogério Haesbaert, 2001.

influência mística em novas áreas. Sobre esse aspecto, percebe-se a ampliação de significados particulares em espaços onde atuam as organizações religiosas, exercendo, assim, sua força na continuação ritualística - algo importante para demarcar os lugares denominados de sagrados - ao mesmo tempo em que renovam as convicções do crente através da sua experiência religiosa. Voltando ao exemplo mosaico supracitado, ele existe há mais de 3.000 anos e, até hoje, é praticado em diferentes espaços religiosos ao redor do mundo. Menciono o do Islão, cuja prática doutrinal mantém “intacta” a aplicação gestual de retirar as sandálias em todos os lugares onde elas estão instaladas. Qualquer muçulmano, ou visitante, que queira entrar em uma mesquita deve, antes, obedecer à ordenança divina feita a Moisés de respeitar o espaço sagrado; retirar o calçado para pisar descalço no ambiente sacralizado à sua frente.

Embora existam várias especificidades para o termo espaço, apresentamos algumas mais convenientes ao tema em questão. No entanto, faz-se necessário abordar como o sagrado, presente na gesticulação dos pés descalços, demonstra seu aspecto marcante nas solicitações do divino e, posteriormente, nos exercícios culturais e religiosos aos quais se encontra vinculado. Mas, antes disso, é preciso saber, mesmo que de forma breve:

O que é o Sagrado? É uma forma? É um espaço místico ou um lugar mítico? Se o sagrado depende de forma, então a maior parte dos fiéis religiosos ainda não encontrou uma capaz de revelar o Ser Misterioso, o Sutilíssimo existente no universo. Nas culturas de origem semita, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, o Eu Sou, o Onipotente e Onisciente jamais fora visto por algum ser humano; sua forma e aparência são desconhecidas, porém, a maneira como esse Deus misterioso se revela aos seus adeptos é diferente para cada pessoa.

No hinduísmo e na Antiga cultura egípcia, os deuses possuem diferentes formatos, alguns mais parecidos com o ser humano, outros com características de animais. No entanto, o sagrado seria mais que uma forma ou um espaço delimitador de ambiente. Ele estaria em tudo (plantas, animais, mares, rios, terra...) e em todos, através da fagulha divina, o espírito vivente. Durkheim (1996, p. 50 e 51) revela que os melanésios chamaram de *mana* esse caráter distintivo de todo ser sagrado, presente em animais e até nas pedras sagradas. Em outras palavras, o sagrado do Ser enigmático é descrito como uma espécie de poder sobrenatural que age sobre o ambiente natural criado pela mesma divindade.

Para os muçulmanos, é Alá o Ser Misericordioso, o Senhor dos mundos, o Ser Invisível; para os cristãos é Javé, Jeová, o Criador de tudo; ele é o YHWH dos judeus, o Ser inimaginável. No hinduísmo é a presença existente nos mais diferentes tipos de espaços,

desde as maravilhas da natureza até nos lugares repugnantes. Usarski (2006, p. 38), mencionando Söderblom, diz que o nome sagrado possui categoria universal, por isso é mais abrangente e essencial do que a palavra Deus. Em síntese, talvez esse fosse um termo completo para identificar a presença do Desconhecido. Diferente desses, Marcel Gauchet (FERRY; GAUCHET, 2008, p. 48) acredita que “não existe palavra mais propícia ao erro do que esta de Sagrado”, o uso dela serve para dar sentido aos abusos metafóricos, porém essa palavra designa a conjunção tangível do visível e do invisível.

Todas essas descrições não conseguem “alcançar” o mistério como o Inigualável se apresenta às suas criaturas. Conseqüentemente, o sagrado pode ser algo questionável, delimitado, atraente ou abjeto. Pode ser delimitado por um lugar que o ser humano descreve como local em que a presença divina foi “revelada”, por isso mesmo se mostrou digna de adoração individual ou coletiva. Cascudo, em seu livro *Civilização e Cultura* (2004, p. 544), faz duas perguntas intrigantes: A noção do sagrado não provirá do sonho? Esse outro ser não constituiria deslumbramento pela sua inexplicabilidade poderosa? Em seguida ele responde:

O sonho é a primeira imagem do sobrenatural. Tempestade, trovão, raio, fases lunares, ciclo solar, estrela cadente, furacão poderiam, por imediatos e aproximados da verificação pessoal, ter explicações e versões lógicas. Exceto pela revelação fórmula volitiva da própria divindade, o homem não alcançaria a sensação do outro-eu sem o sonho, velha tese de Edward Burnett Tylor que incluía na classe influenciadora o sono e a morte. (CASCUDO, 2004, p. 544)

Para o autor, é possível que o sobrenatural tenha sido revelado através dos sonhos, porém a comprovação de tal fenômeno religioso, por ser algo íntimo, só pode ser estudada através dos depoimentos. Apesar de abordar tais aspectos em seus estudos, Cascudo não faz uma pesquisa ampla sobre este assunto. No entanto, Rudolf Otto, pesquisador e historiador das religiões, em sua “obra magna”: *Das Heilige: Über das Irrationale in der Idee des Göttlichen und sein Verhältnis zum Rationalen* (mais conhecida no Brasil com a tradução denominada: O Sagrado), faz uma análise observando exposições e experiências de religiosos. O sentimento de dependência, apesar de similar, é diferente quando se analisa o afeto ao Ser místico ao qual o crente se apega. Surge então a ideia de chamar de *Numinoso* todas as divindades em geral. Analisando as descrições de Otto sobre o cunho dessa categoria, Cantarella (2010, p. 88) observa: “O *numinoso*, enquanto categoria, diz respeito ao dado fundamental e primordial da experiência própria e exclusiva do campo religioso, sendo, neste

sentido de dado fundante, algo árreton, isto é, impronunciável”. No entanto, Otto ainda apresenta outros termos convenientes ao “sentimento de criatura” de um ser finito diante do Ser ilimitado e infinitamente incompreensível:

[...] no caráter solene e na atmosfera de ritos e cultos, naquilo que ronda igrejas, templos, prédios e monumentos religiosos, sugere-se-nos necessariamente a sensação do *mysterium tremendum*, do mistério arrepiante. Essa sensação pode ser uma suave maré a invadir nosso ânimo, num estado de espírito a pairar em profunda devoção meditativa. (OTTO, 2007, p. 44)

Assim, Otto consegue apresentar algumas características que fazem do *numinoso* pleno de qualidades, e são tais atributos que o tornam tão *fascinans e augustum* (fascinante e respeitável). O sagrado é, desta maneira, o sentimento religioso amplo e único para cada crédulo. Ao se apresentar à humanidade, faz isso sem escolher cor, língua ou demais separações existentes na humanidade; por isso, é descrito sob diferentes formas, de diversas maneiras e por numerosos povos. Eliade (1992, p.13) definiu essas revelações que acontecem diferentes das realidades naturais como hierofania. Para ele: “Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo de ordem diferente – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo natural, profano”.

Nas exposições de Otto e Eliade, observa-se que, no primeiro, há um estudo baseado na experiência religiosa; conhecimento este sobre algo misterioso, irreal e ao mesmo tempo real no contexto da experiência terrena do fiel religioso. Tal fato se dá através da revelação do *numinoso* ao entendimento limitado do crente em um momento considerado para muitos como surreal, exceto para aqueles que veem, escutam o sobrenatural ou sonham com ele. O segundo, no entanto, busca dar um novo foco em “limites” do sagrado não determinados por Otto; algo considerado como aspecto irreal existente no sagrado. Para isso, Eliade descreve a manifestação desse fenômeno com as singularidades que o cercam, as quais classifica em duas categorias distintas: o sagrado e o profano⁷. Durkheim (1996, p. 452), no entanto, vai dizer: “O puro e o impuro não são, portanto, dois gêneros separados, mas duas variedades de um mesmo gênero que compreende todas as coisas sagradas”. Para ele, a ambiguidade

⁷ A ideia da dualidade sagrado x profano é apresentada nessa dissertação a partir da ótica judaico-cristã, que apresenta diferenças em ambientes onde o poder do Onipotente se manifesta em relação aos demais lugares. Como exemplo pode se observar a passagem do livro do Êxodo 3,5 que apresenta a diferença entre esses espaços para Moises por conta da presença divina.

presente no sagrado em última instância é produzida pela unidade e diversidade existentes na vida social que reproduzem isso nas coisas sagradas.

Esses espaços, de certo modo, se complementam. A hierofania manifestada gera outro entendimento da realidade que antes era vivida pelo humano; assim fora com Abraão, Maomé, Arjuna entre outros personagens de livros sagrados responsáveis por mudar a vida de um povo depois que receberam revelações ditas por um ser *numinoso*.

Seguindo a linha de pensamento dos pesquisadores (Otto e Eliade) acima mencionados, porém abordando uma visão da Geografia Cultural, Gil Filho (2001, p. 4) vai dizer:

Entretanto, se o sagrado é único enquanto categoria, paradoxalmente ele é plural em sua realidade fenomênica. O sagrado *per se* é exclusivamente explicado em sua própria escala, ou seja, a escala religiosa. Todavia, no plano fenomênico ele se apresenta em uma diversidade de relações que nos possibilita estudá-lo à escala das ciências humanas.

Estudar essa categoria, “espaço sagrado”, é conhecer as representações simbólicas enfatizadas por ela, evidenciando um pouco as peculiaridades do que é distinto, interessante e dotado de significado. É conhecer o ser que estabelece uma ideia, guia a conduta de uma pessoa, de um povo e nação. Assim, o *tremendum* se torna algo muito maior do que se pode imaginar. O que se percebe, na análise do Sagrado em um primeiro momento, é a demonstração de seu poder de *majestas* em relação aos humanos de um jeito fácil para essas criaturas o entenderem.

A experiência do sujeito religioso proveniente do sagrado é única, por isso não existe uma mais legítima que a outra. Apesar da equivalência e proximidade entre as distintas manifestações religiosas, o sagrado permanece o mesmo, incomum, sobrenatural, misterioso.

No caso do gesto dos pés descalços, a similaridade presente no ato de retirar o calçado para pisar em um ambiente sagrado pode ser facilmente vista entre os adeptos do hinduísmo, do islamismo e dos umbandistas antes do culto; no catolicismo em algumas procissões e em outras tradições religiosas. A semelhança gestual não denota o mesmo significado para essas religiões (sobre isso trataremos no capítulo seguinte da dissertação). O aspecto do sagrado na gesticulação descalça-te pode ser mais facilmente compreendido ao analisarmos o conto bíblico do capítulo 3 do Êxodo, quando Moisés observou a sarça pegando fogo e foi ao seu

encontro. Logo que escutou a voz divina, temeu, sua reação foi a de obedecer, retirar as sandálias, pisar descalço na terra sagrada, prostrar-se, ficar com o rosto coberto, escutar a solicitação e depois partir para realizar o desejo do *tremendum* (a pintura de Arnold Friberg, apresenta esse encontro marcante entre o ser humano e o sobrenatural - ver imagem 1). Tanto na imagem quanto na Escritura judaico-cristã é possível perceber as determinações do sagrado se impuseram no ambiente e triunfaram sobre um pequeno espaço. Ali, o mistério, o místico, o sobrenatural prevaleceu diante do natural.

Imagem 1 – Moses and the Burning Bush, Arnold Friberg, 1954



Fonte: ALLEN, 2010.

O *numinoso* fora presenciado através da luz e voz vinda de dentro da planta que queimava e não se consumia. O pedido para pisar com os pés desnudos era a forma como o pastor entenderia sua limitação diante do Altíssimo e entenderia o que é uma terra sagrada, por receber a manifestação divina. Comentando essa passagem, Oliveira (2012, p. 145) observa que o “fato de Deus pedir a Moisés para retirar suas sandálias demonstra que a ‘terra santa’, o espaço sagrado, não é vivenciado da mesma maneira que os outros espaços, o que permite perceber que não existe uma homogeneidade do espaço sagrado”. É aqui que desponta a oportunidade para se trabalhar o segundo momento, quando ocorre a marcação de um “ponto fixo” e a descontinuidade do espaço sagrado. Em outras palavras, a vinculação

entre ambientes diferentes, distantes em conceitos, porém notavelmente próximos ou unidos na realidade, seja nos espaços naturais ou produzidos pelos humanos.

Eliade (1992, p. 17 e 18)) observou nesta limitação entre lugares a existência de um espaço nada homogêneo, a fronteira entre o sagrado e o profano⁸:

Vemos, portanto, em que medida a descoberta – ou seja, a revelação – do espaço sagrado tem um valor existencial para o homem religioso; porque nada pode começar, nada se pode fazer sem uma orientação prévia – e toda orientação implica a aquisição de um ponto fixo. É por essa razão que o homem religioso sempre se esforçou por estabelecer-se no “Centro do Mundo”. Para viver no Mundo é preciso fundá-lo – e nenhum mundo pode nascer no “caos” da homogeneidade e da relatividade do espaço profano.

O lugar onde o *numinoso* se manifesta é o ponto de referência do sagrado, “o centro”. Sobre esse ponto de vista uma Igreja, um Templo ou um espaço consagrado, na atualidade, é o limite facilmente percebido entre o espaço sagrado e o profano. As grades, paredes e o teto são os marcadores (para algumas instituições como a cristã) dos limites entre puro e o impuro. As festas e outros eventos desenvolvidos pelas instituições religiosas, com datas e períodos específicos, são a maneira de reatualizarem um evento sagrado de outrora para o tempo atual. A manifestação do sagrado é apresentada, assim, como sendo o prosseguimento da sintonia do fenômeno sagrado, cuja opulência não é vista completamente por aquele a quem o sacro foi apresentado.

Percebe-se nessa análise que o ser humano não tem poder sobre o sagrado, apesar de exercer poder sobre ambientes e objetos nos quais o sagrado se manifestou ou propagam ter-se manifestado. Dessa maneira, os rituais criados são exemplos da maneira de tentarem perpetuar os seus símbolos a outras pessoas. O poder humano prevalece no mundano, mas é dependente da força sobrenatural para delimitar o seu espaço. Por isso ele se impressiona, fica fascinado ou temeroso diante do Sobrenatural. De forma semelhante a Moisés, na teofania de Josué, encontram-se as descrições que demonstram os sentimentos de respeito e obediência diante do sublime.

⁸ Apesar das exposições neste capítulo sobre o sagrado, menciono a descrição que Gil Filho (2001, p. 6) faz sobre o profano como uma espécie de transição (do latim profanu onde pro é o que antecede e fanu o lugar consagrado), e o não-sagrado é inteligível porque existe o sagrado. O autor complementa dizendo que o mundo pode ser regionalizado em três instâncias: sagrado, não-sagrado e o profano como transição. A explicação é que o sagrado seria a primeira e a referência para a análise, sem ela as outras duas estão sujeitas a desaparecer.

Ao comandante do exército de Israel (Josué), o chefe do exército divino repete a mesma ordenança dita no Monte Sinai: “Descalça as sandálias dos teus pés porque o lugar em que pisas é santo” (Js 5,15). Quando comparadas as duas passagens bíblicas supracitadas dos livros de Êxodo e Josué, percebem-se as diferenças nos detalhes existentes nos relatos: os momentos vividos pela tribo de Israel. Enquanto no primeiro tem-se a intenção de libertar todo o povo oprimido, no segundo, busca-se garantir um lugar de moradia para todos eles. Moisés era pastor e precisava agora guiar o seu povo para um caminho livre da escravidão dos egípcios; Josué era guerreiro e como tal devia se apropriar do terreno destinado à sua nação.

Com relação aos locais de aparição, no primeiro temos uma montanha conhecida por seu aspecto místico (a montanha de Deus); Josué, no entanto, estava na região da cidade da qual desejava se apoderar. Quanto às formas do divino, na primeira aparição veio como um anjo numa chama de fogo no meio da sarça ardente, na outra como um guerreiro, o chefe do exército divino; já nas orientações prestadas, libertar o povo escolhido das mãos opressoras do Egito e fazê-los ir para uma terra prometida; e em Josué, porém, as descrições giram em torno da entrega mítica da cidade de Jericó.

Por outro lado, existem semelhanças notáveis, a começar pelo pedido de pisar descalço no ambiente santo, para reconhecer o espaço sagrado, fruto da hierofania ali despontada. Considerando os aspectos por trás dessas passagens, Allen (1987, p. 394) comenta:

A experiência de Moisés teve lugar no monte de Deus, local que, provavelmente, tinha associações sagradas para muitas gerações e para muitos povos. A ordem de tirar o seu calçado reflete uma atitude comum na presença do que é santo (cf. Js. 5:15) e continua sendo um costume usado, ao se entrar em uma mesquita ou outro lugar sagrado, no Oriente, hoje em dia.

Allen (1994, p. 374) ainda compara os gestos efetuados por Josué e Moisés:

Além disso, evidentemente se propõe que esta teofania seja um paralelo, na experiência de Josué, da de Moisés perante a sarça ardente (cf. Êx 3:1-12). Porém a teofania na sarça ardente e a ordem para que Moisés tirasse os sapatos foram apenas o prelúdio de um comissionamento (Êx 3:6-10), uma característica que parece estar faltando na presente experiência de Josué.

A manifestação ou invasão do misterioso nesses ambientes é fruto da relação simbiótica que desponta entre o natural e o sobrenatural. A mudança de “plano” é algo

necessário para identificar o *numinoso* e deve ser compreendida de todas as maneiras. A mente reconhece o que está fora do ambiente natural, no entanto, os pés descalços transmitem uma sensação que pode ser agradável ou não para todo o corpo quando os pés pisam no espaço diferente, onde o fenômeno se manifesta. Neste caso, a mudança de lugar, a passagem para outro ambiente, é sentida pela diferença do solo no qual se depositam os pés. O calçado apenas impede a sensação de experimentar algo completamente fascinante, um terreno santificado, o espaço “aberto” para a experiência sensível com o místico.

Foi essa percepção do sagrado que tiveram os guias dos israelitas, Moisés e Josué, após passarem pela experiência de sentir aquilo que é amplo e eterno no espaço limitado e efêmero.

Brandão (1986, p. 41) comenta que essa experiência do sagrado é um sentimento que se aflora, já que a criatura tem esse sentimento de insuficiência e dependência. E ressalta:

No entanto, também é possível ver no sagrado um modo de ser independente do observador. Na medida em que o sobrenatural aflora através do natural, não é mais o sentimento que cria o caráter sagrado, e sim o caráter sagrado, preexistente, que provoca o sentimento. Deste ponto de vista, não há solução de continuidade entre a manifestação da divindade através de uma pedra, de uma árvore, de um animal ou de um homem consagrados. Nesse caso, nem a pedra, nem a árvore, nem o animal, nem o homem são sagrados e sim aquilo que revelam: a hierofania faz que o objeto se torne outra coisa, embora permaneça o mesmo...

A descoberta do sagrado pode vir por uma intuição capaz de levar essa pessoa ao novo lugar, um ambiente que “muda” drasticamente diante da manifestação do *fascinante*. Por alguns instantes a “parede” existente entre o que é humano e o divino fica transparente e aquele ser natural enxerga o sobrenatural.

A legitimidade do *numinoso* fica evidenciada através da experiência humana com o próprio ser sagrado. Uma maneira de se reconhecerem como seres inferiores diante da grandiosidade do transcendente no lugar comum onde o solo foi sobreposto pela presença do divino, os pés descalços que ali pousaram reconhecem a força do *tremendum*.

1.2 O espaço sagrado e a religiosidade contemporânea

A projeção do sagrado no universo humano se dá atualmente através da necessidade de criar um espaço pelo qual se possa delimitar uma área de influência, de pertencimento ou de abertura ao “Outro”. A experiência do sagrado vivido em um determinado espaço não é algo contínuo. A ideia de prolongamento do contato humano com a divindade ao longo de uma vida pode aparentar isso, mas não significa que esse encontro aconteceu uma vez e foi ininterrupto. De certo modo, é possível ver (sobre uma perspectiva judaico-cristã) que onde não encontramos o sagrado, o profano ali reside, demonstrando seu poder e governando através das forças provenientes do consumismo desenfreado, que é uma das raízes desta pós-modernidade modeladora da cultura em diversos países.

Corrêa (2000, p. 36) nos informa que, como parte do processo de organização do seu espaço, o ser humano age seletivamente e de diferentes formas para ter controle sobre esse espaço. Não há diferenças quando se trata de delimitar o espaço sagrado. Selecionar o local mais atrativo é o ideal, para poder celebrar o divino e valorizar a crença em algo. Mas nem sempre o espaço sagrado é descoberto dessa forma. Muitas vezes ele é marcado pelo *tremendum*. Isso gera a seguinte questão:

Como é constituído o espaço sagrado? A experiência do *numinoso* é algo persistente, vivida numa espécie de camada religiosa a qual chamamos de rito⁹. Esse rito é contínuo, praticado pelo fiel diariamente, semanalmente, mensalmente, de modo a renovar a fé através da perpetuação desse simbolismo. Para Gil Filho (1997, p. 98):

O espaço sagrado seria, deste modo, o mundo do “sentido”, do “real” fundado ontologicamente pela manifestação do sagrado. Assim, o espaço sagrado é primordial, corresponde ao primeiro ato que Impregna de sentido a experiência do homem religioso e o contextualiza no mundo. Em contrapartida, o homem não-religioso atribui uma homogeneidade ao espaço. O espaço é algo já dado, já posto, portanto neutro, intrinsecamente e meramente produto socioeconômico em sua dinâmica.

⁹ Brandão (1986, p. 39 e 40) descreve o rito como sendo o aspecto litúrgico do mito, algo capaz de transformar a palavra em verbo. Ele acredita que é através do rito que o homem incorpora o mito e, dessa maneira, ambos se beneficiam de todas as energias surgidas nas origens. Essa ação ritual realiza uma transcendência vivida. O rito reatualiza aquilo que é ritualizado. É o mito em ação. O rito seria, assim, expressão de uma crença, o gesto simbólico e significativo executado pelos fiéis de uma tradição religiosa.

Corroborando tais descrições, Costa (2013, p. 21) ressalta:

A criação dos lugares sagrados também está associada à ação simbólica que o homem desenvolve através de processos que indicam a organização de um espaço socializado e que representa a própria história, estabelecendo um elo entre o mundo e as relações simbólicas. Entendemos aqui como um ordenamento de signos organizado estruturalmente, através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido e explorado.

O espaço sagrado não é permanente. Isto se torna perceptível quando se analisa o mesmo pela concepção cristã, que pode enquadrar o ambiente antes sacralizado em algo *redundant*¹⁰. Ele é simbólico e, como tal, pode ser substituído de acordo com as necessidades do tempo. Está sujeito também a sofrer mudanças que passam de uma desterritorialização para uma reterritorialização, ou seja, a saída do ambiente sagrado de um local para outro (como os imóveis de alugueis que se tornam templos religiosos que mudam de lugar de acordo a necessidade dos seus líderes). Atualmente, tornam-se mais notáveis suas adaptabilidades devido às rápidas imposições do período contemporâneo. Isso é fruto dos efeitos da pós-modernidade¹¹, e se baseia no consumismo voraz aos quais muitos telespectadores ficam expostos quando estão ligados nas exibições cotidianas divulgadas pelas *mass mídia*. Essa interferência propaga novas ideias e produtos na televisão, computadores, celulares e demais aparelhos aos quais estão ligados. Muitos desses produtos vão parar no espaço sagrado e lá ganham “novos aspectos” por conta dos ritos aos quais estão submetidos.

¹⁰ Para Martino (2010, p. 113-115) a mudança do espaço sagrado para o “redundant” conforme ocorreu na Europa, mais especificamente na cidade de Norwich no leste da Inglaterra, demonstra por meio das forças ditadas pelo capital as transformações extremas que variam de um turismo cristão a uma secularização radical, resultando assim na obtenção de três possíveis resultados diferentes. No primeiro exemplo, os lugares mantêm-se praticamente intactos, apesar de não serem mais consagrados. Eles tornam-se locais históricos, o que permite, de certo modo, identificar o ambiente sagrado. No segundo ponto, denominado intermediário, ocorre a retirada dos materiais litúrgicos e uma adaptação é feita para garantir o uso cristão do ambiente, tornando-se assim livrarias. O terceiro exemplo elimina os revestimentos sagrados do recinto, ocorre uma transformação radical no espaço antes religioso, que é modificado para torna-se cinemas, lojas, boates, danceterias. A secularização aqui é vista como o declínio da prática religiosa, cujo efeito é a mudança radical em um determinado ambiente.

¹¹ Este termo pós-modernidade é bastante utilizado no mundo acadêmico; autores como Lyotard (2002, p. xvi) enxergam que é o efeito do progresso da ciência a partir do final do século XIX; para ele a pós-modernidade surgiu sendo a incredulidade presente sobre às metas-narrativas, tendo agora cada um suas validades pragmáticas *sui generis*. Para Ahmed (1992, p. 21), o termo “representa a era da ambiguidade e ironia; ela avisa-nos de que devemos permanecer circunspectos quando o utilizamos”. O sociólogo Bauman (2007, p. 7) a descreve como a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida.

Na explicação de Costa: (2013, p. 20) “O espaço da vida comum separa-se do lugar sagrado através da presença de processos rituais e elementos simbólicos que conferem a sacralidade do lugar”. Percebe-se que o espaço sagrado pode ser concebido através de uma hierofania ou também ser um reflexo de diversas conformações simbólicas das experiências humanas. De maneira semelhante, reflete Oliveira (2011, p. 8) sobre o conceito de território sagrado: “considerado uma categoria periférica para se analisar o *numinoso*, pois, compreende-se que esta experiência perpassa por múltiplas espacialidades e estaria para além do aspecto puramente material ou político do espaço”. Sob este aspecto peculiar, o conceito (supracitado) expõe uma assimilação do espaço sagrado, objetivando uma ação institucional ou uma experiência religiosa pessoal.

Para isso acontecer, é necessário atravessar as barreiras impostas pelo muro que circunda o ambiente sacrossanto, onde o *fascinante* habita. Esse é o local puro que busca se manter distinto e distante do ambiente profano, apesar de localizar-se bem próximo. Segundo Eliade (1992, p. 17):

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa”. (Êx, 3: 5). Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente e todo o resto, a extensão informe, que o cerca.

A extensão do lugar onde o *numinoso* demonstra o seu poder é um fruto da imaginação humana como resposta à necessidade da realidade. Pisar com os pés descalços naquele ambiente traduz o tamanho limitado ao qual está submetido o espaço sagrado. Por isso mesmo são inventadas as suas demarcações, isoladas do ambiente externo ao qual denominam de profano ou não consagrados a um determinado ser místico. Ir ao encontro do espaço sagrado é a maneira de deixar aos poucos o ambiente profano. Este último seria um lugar cujo espaço é quase sem limites quando comparado aos limites apresentados pelo primeiro. Warren Wiersbe destaca a importância do espaço sagrado através de contos bíblicos, de uma maneira diferente da apresentada por Eliade. Wiersbe (2006, p. 37) não cria a separação entre ambientes, acreditando que o ser humano deve entender que por onde ele

caminhar sempre vai estar com a divindade ao seu lado e isso torna todos os lugares santificados:

A primeira ordem do Senhor para Josué revelou-lhe que estava em um lugar santo. Isso nos faz lembrar as palavras de Deus a Moisés na sarça ardente (Êx 3:5). Josué estava em "território pagão" e, no entanto, pelo fato de Deus estar com ele, encontrava-se num lugar santo. Se obedecermos à vontade de Deus, aonde quer que ele nos conduza, estaremos em lugar santo e devemos agir de acordo com esse fato. Quando se está a serviço do Senhor, não existe uma divisão real entre "secular" e "sagrado", "comum" e "consagrado". "Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus" (1 Co 10:31).

O sagrado, apesar de inúmeras definições, é essencial; ultrapassa as fronteiras impostas por qualquer instituição religiosa. Oldstone-Moore (2007, p. 220) menciona que: “Na religião chinesa o sagrado pode ser encontrado em templos e santuários, no lar e na natureza”. Nas tradições javistas, ele (o sagrado) pode ser a voz que ressoa um pedido a Elias, Eliseu, Natan, e é atendida de qualquer forma por esses profetas de origem semita. Em outro exemplo, o Absoluto pode aparecer sendo uma visão para aqueles considerados merecedores, como Daniel e João. Pode ainda ser o som de uma palavra como “*OM*” (Para alguns filósofos hindus, esse foi o primeiro som a existir. Nele está contida a essência do correto conhecimento). O *numinoso*, visto ou ouvido, pode ter o efeito de um instante e modificar toda a história de vida do crente. Assim foi com Abraão, Isaac, Jacó e Moisés conforme a Torá judaica; com Paulo, algo semelhante a caminho de Damasco; de acordo com as descrições dos Atos dos Apóstolos na Bíblia cristã, ou ainda com Arjuna ao conversar com o deus Krishna nas exposições da Bhagavad Gita; e também Maomé no encontro com Gabriel segundo o Alcorão.

Ver algo misterioso, escutar o seu recado e a partir desse instante tentar propagar ao próximo a mensagem recebida, parece ser um dever determinado no encontro com a hierofania.

O processo dinâmico no qual o *tremendum* envolve a sociedade muitas vezes ultrapassa a manifestação sobrenatural, tornando palpável a sacralidade através dos objetos. A relação simbólica é “transmitida” através de artifícios e artefatos no ritual de encontro ao sagrado. Na visão de Almeida (2002, p. 50): “Uma relação de significado acontece no nível símbolo mais do que no plano das evidências concretas. O símbolo remete a outra coisa, diferente dele, mas presença dele”. Há pessoas que veem um aspecto sagrado em imagens,

cantos, ritos e outras formas humanas de reproduzir o que já existiu ou ainda existe na terra. Em diferentes culturas ou tradições religiosas, o termo sagrado não se enquadra somente a algo místico em um espaço, ele se encontra unido intrinsecamente a uma diversidade de materiais, como jarras, cálices, pedras, madeiras, óleos, águas, bebidas, animais, dentre outras coisas. O gesto é só mais um elemento utilizado para orar, louvar, dançar, pedir e agradecer. O significado aqui muitas vezes ultrapassa os limites do espaço sagrado (igreja ou templo), estendendo seu poder até as praças, ruas e lares das pessoas. Neste ponto a gesticulação dos pés descalços também é um desses elementos importantes na relação com o numinoso e sua ligação com diferentes tipos de ambientes.

Em algumas culturas, como a japonesa, essa é uma prática necessária dentro de alguns templos e em suas residências. A ideia por trás desse ato é evitar que as sujeiras presentes nos calçados adentrem esses ambientes. Além disso, eles tentam manter as energias negativas longe dos seus ambientes sagrados, seus santuários, por isso deixam seus calçados na soleira da porta, na entrada da casa, e ali mesmo os trocam por pantufas para depois adentrarem os seus recintos.

Mas quem decide o que é crível no espaço sagrado?

Queiroz (1996, p. 14) observa que é “um dos maiores desafios para os cientistas da religião mapear e interpretar a imensa constelação do sagrado, que explode em todos os cantos da Terra, marcando a crise da racionalidade moderna”.

O procedimento de multiplicação de lugares onde ocorre o ritual de retirar as sandálias para pisar descalço no lugar sagrado fora feito por séculos como um meio de se chegar mais perto do *fascinante*, e isso não se resume a apenas uma religião. Esse procedimento o qual foi denominado anteriormente de multiterritorialização do gesto em um espaço sagrado corresponde a várias tradições monoteístas ou politeístas. A abertura de novos templos e mesquitas é motivo para dar continuidade às expressões gestuais antigas. Seu uso e funcionalidades, apesar de estarem em outros territórios, são parte integrante dos ritos religiosos das instituições. Quando se inaugura um templo hindu ou uma mesquita muçulmana, o gesto (dos pés descalços) é mais uma vez realizado em um novo lugar, com a intenção de que o ritual seja ali propagado e preservado.

Na contemporaneidade, vive-se um período transitório no qual nos tornamos “nômades” modernos, cujas raízes podem se encontrar num tempo e lugar longínquo em

relação ao atual. Isto é, a necessidade de conhecimentos e da busca de recursos melhores para vivermos, leva-nos a cada dia a sermos menos apegados à terra natal de onde saímos ou fomos tirados. A velocidade da informação e a ferocidade do consumo nos “adequaram” a um mundo novo, distante dos desejos aos quais nossos antepassados se apegavam durante a sua vida.

O sagrado pode ser observado como uma explicação ao que não se pode entender realmente, já que, na contemporaneidade, desejos materiais e apego ao sobrenatural dividem o mesmo espaço, seja este profano ou sagrado.

O Espaço se torna sacralizado apenas quando o ser humano o faz ser sagrado ou ocorre uma hierofania. Tais acontecimentos são frutos de ritos ou de aparições em lugares diversos nos quais a força divina se faz presente. Desse modo, o humano é o principal lugar do sagrado (já que é a sua imagem e semelhança), pois o seu corpo e sua mente foram gerados por algo místico (conforme os ensinamentos das grandes tradições religiosas). Dessa forma, eles (homens e mulheres) podem consagrar diferentes ambientes ao Ser misterioso que achar conveniente. Os itens destinados a serem santificados ou permanecerem assim no espaço sagrado, quando não determinados pelo *mysterium tremendum*, são escolhidos e determinados por membros de grupos religiosos ou culturais. Costa (2013, p. 20) informa que é: “Através da sacralização e consagração, a religião cria a ideia de espaço sagrado. Templos, igrejas, cemitérios, montanhas, cidades-santuário são considerados, portanto, lugares eivados de uma sacralidade”. Vemos, assim, os espaços sagrados se transformarem através das experiências de fé neles demonstradas. Nas palavras de Rosendahl (1999), citada por Júnior Pereira e Gil Filho (2012, p. 39) este seria o “espaço das representações”, algo que pode ser constituído pela hierofania e/ou os rituais:

Por essa perspectiva, a construção do espaço sagrado se daria tomando como pressuposto duas possibilidades: primeiramente envolvendo a manifestação direta do divino (hierofania) – em certas coisas, objetos ou pessoas; e, segundo, através de procedimentos rituais (repetições de “hierofanias primordiais”).

Essa repetição ritualística de uma possível manifestação da hierofania de outrora é eficaz na constituição de práticas religiosas em diferentes espaços contemporâneos. O descalça-te neste quesito é somente um entre outros exemplos gestuais ordenados pelo *tremendum*, que acompanharia, por séculos, diferentes rituais vinculados ao numinoso.

Por outro lado, é também fruto dos desejos humanos diante da *majestas*, de membros religiosos e da sociedade. Isso se torna notável quando os fiéis pagadores de promessas cumprem seus votos a pés descalços, agradecendo ou solicitando algo ao divino. O que ocorre é uma multiterritorialização do espaço sagrado (refiro-me à Igreja cristã), essa ampliação de lugar culmina na expansão do espaço de representações durante as procissões, uma vez que as práticas simbólicas se tornam adequadas a outros ambientes onde a instituição religiosa estende a força dos seus ritos.

Haesbaert (2007, p. 42) enxerga neste processo de ações transformadoras, o espaço a ser dominado ou apropriado, tendo o sentido multiescalar e multidimensional, apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, construído efetivamente através da multiterritorialidade. Essas ações modeladoras, ainda que sejam temporárias, dão uma nova “vida” à cidade, ao aspecto do sagrado, e amplia suas forças ainda que temporariamente nos mais diferentes espaços, causando uma ruptura do ambiente profano. Tornam-se, assim, fundamentais para demonstrar os rituais humanos de propagação do divino.

É mais fácil observamos tais aspectos nos rituais de celebração da Páscoa da Igreja Católica, em que algumas pessoas participam com os pés desnudos, numa representação do percurso doloroso até o calvário, da mesma forma como foi feito por Jesus Cristo. Os fiéis saem do espaço sagrado (templo religioso) e seguem pelas ruas da cidade em uma procissão, guiada pelos sacerdotes. É notável aqui o ambiente antes profano tonando-se momentaneamente sacralizado por conta do ritual que está sendo praticado naquele instante. Os fiéis descalços continuam pisando no solo (asfalto, calçamento, terra) sagrado, no ambiente ritualizado até o final do evento solene.

Por não ser esse um processo contínuo, mas realizado anualmente, ocorre que, após seu término, há uma ruptura do aspecto sobrenatural no ambiente natural. O cenário do sagrado (proveniente da concepção do ritual cristão) se esvai e volta a ser mais uma vez profano por conta das forças ditadas pelas normas espaciais que ali estão estabelecidas através do comércio, serviços, trânsito de pedestres e automóveis. A rotina diária da localidade volta para a sua normalidade, enquanto a manifestação pública de devoção se aquieta para ser revigorada no próximo ano.

Segundo Rosendahl (2005, p. 12932): “Sagrado, profano e território contribuem para que o grupo religioso reforce o sentido de pertencimento à instituição religiosa. O exercício

do poder religioso ocorre na vivência da fé”. Essas experiências religiosas fortalecem, de modo individual e coletivo, a fé dos devotos e as práticas rituais da organização religiosa. Para Portella (2008, p. 64), esses períodos de comemoração e vivência nos espaços sacralizados trazem uma reatualização dos momentos míticos, especiais, de manifestação da divindade. Eles são cíclicos, por isso mesmo considerados tempos sagrados, pois há uma assimilação de eventos, de sentidos axiológicos que alimentam esperanças, confortam e dão forças para os adeptos, lembrando as promessas divinas.

A apropriação do simbolismo dos pés despidos no espaço sagrado, mesmo que sejam esses espaços ruas, avenidas e praças, é apenas fruto da extensão do ambiente ritualizado. A ideia é percorrer o itinerário sagrado (das procissões), caminhando lentamente ao som das vozes que articulam e orientam os fiéis a prosseguirem até o “cume da montanha”, o fim da jornada. Nesse caso, não ocorre uma alteração simbólica como as pedras e as jarras anteriormente mencionadas. É uma resposta gestual diante da experiência religiosa à qual o crente está submetido. Uma espécie de continuação do evento hierofânico, que fora narrado durante gerações e agora se torna divulgado pelos rituais de fé.

O ritual dos pés descalços representa a descontinuidade dos espaços, do sagrado em relação ao profano; um limiar entre dois lugares distintos. Oliveira (2012, p. 145), corroborando a ideia de Eliade (1992, p. 17 e 18), admite haver características que dão destaque a um ambiente em relação ao outro. Para ele, enquanto o espaço sagrado aponta o seu Norte - o “ponto fixo” ao qual é possível interligar a experiência da hierofania - o espaço profano não estabelece nenhum referencial de orientação, é homogêneo e neutro. A igreja, o templo, a mesquita são elementos de destaque nos lugares onde estão instalados, e seriam esses os espaços sagrados, os espaços das experiências, as referências diante dos lugares comuns, sob uma perspectiva da tradição javista. Se o sagrado é o centro, o profano seria toda a parte ao seu redor. Sobre esse aspecto, Oliveira (2012, p.149) conclui:

Portanto, admitindo que o homem experimenta o sagrado em espaços diferentes do seu cotidiano e que as igrejas são os espaços das experiências, é possível concluir que o interior destes recintos proporciona ao homem religioso uma ruptura com o profano. Assim, as igrejas são peças fundamentais para o entendimento da não-homogeneidade do espaço (separação entre sagrado e profano).

Seguindo essa linha de pensamento, Portella (2008, p. 63) observa que o

Sagrado e profano remetem a espaços de vivência e experiência. O espaço sagrado se conformaria a certos lugares ou objetos, tempos, pessoas, arquiteturas, danças, legislações especiais, que levariam à experiência numênica, de saída da vida profana - na liminaridade/fronteira entre mundos distintos - e de entrada ou contato com a dimensão do absoluto, dimensão esta não cotidiana. Esses espaços — físicos ou psicológicos - proporcionariam experiências em oposição ao espaço profano, este identificado com a vida profana, com lugares, tempos, objetos, pessoas que estão numa dimensão comum, em que a experiência do incomum/absoluto não se manifesta. Dimensão profana esta que, muitas vezes, pode ser considerada como de impureza ou de ilusão (como no conceito de *maya* do hindu-budismo).

Para eles (os religiosos), a hierofania marca os lugares e as pessoas. Através dessas experiências, os fiéis sentem-se mais próximos do divino, mudam de plano mesmo que seja apenas na sua consciência. Isso é algo que os convida a permanecer no santuário sagrado. De uma maneira diferente das tradições javistas, as religiões de matriz indígenas e afros possuem uma relação de fluidez com o espaço sagrado, eles não se prendem a apenas um lugar, visto que a força do divino se espalha por vários ambientes.

Os gestos e os símbolos no período contemporâneo, não diferentemente de outros períodos, são adaptados conforme as necessidades daqueles que conduzem um certo grupo. A experiência com o sobrenatural é algo profundamente marcante para determinar algo numa certa cultura; caso essa experiência não exista, as palavras determinadas por uma certa autoridade são capazes de “produzir um vínculo” entre o crente e o ser *numinoso*, na busca do primeiro de alcançar seu sucesso, o prazer imediato com a ajuda do segundo. Na atualidade tais traço é uma forte tendência esparramada por diversas instituições ao redor do mundo.

Apesar de todas as polêmicas que envolvem esses métodos de abordagens contemporâneas, esses artifícios são responsáveis por criarem uma série de novidades religiosas, muito abordadas por pesquisadores que tentam entender o fascínio que atrai alguém para o ambiente religioso ou o faz dele se distanciar, dentre tantas temos: a secularização, o trânsito religioso, a saída da religião, o aumento dos sem religião e o diálogo inter-religioso¹². Fica evidente que a busca pelo sagrado é algo de extrema importância para

¹² Os termos mencionados e vinculados ao período contemporâneo possuem diferentes tipos de conceitos; mencionarei algumas abordagens pertinentes a este respeito:

Secularização – de acordo com Berger (1985, p. 119) é: “o processo pelo qual setores da sociedade de e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”.

Trânsito religioso – é descrito por Lain (2009, p. 40 e 41), ação do indivíduo que passa de uma para outra religião com facilidade, sem ter que passar por uma ‘conversão’ ou mudança profunda de pensamento de vida, assumida como tal.

Saída da religião – conforme Gauchet (1985, p. 233) apud Barbosa; Lott (2010, p. 85): “Saída da religião não significa desaparecimento de toda experiência de tipo religioso, significa desprendimento da organização da

os fiéis religiosos e até para os sem religião, quando a intenção é a de se aproximar do *mysterium fascinans*. O divino é, assim, algo de interesse cultural, pessoal, comunitário e é o fenômeno no qual o crente deposita sua fé, seu medo e sua esperança de um mundo melhor.

O espaço sagrado, apesar de todas as descrições mencionadas, não se resume apenas ao ambiente físico onde ocorreu uma hierofania, ou àquele lugar destinado a ser o centro do mundo onde se deve construir o templo religioso, ou ainda ao caminho escolhido para ser itinerário sagrado durante as procissões. Na contemporaneidade, o espaço sagrado ganhou “novos ares”, elementos que transcendem fronteiras, buscando atualizar virtualmente o mundo presente. Eles podem ser também o canal televisivo por onde o telespectador assiste e presta culto ao seu ser divino; a rádio transmissora dos vários eventos ligados à fé, através de ondas captadas pelos fiéis ouvintes religiosos; e a internet, esse ambiente virtual se tornou hoje o meio mais fácil de se chegar a grande parte da população (principalmente os jovens). Nesse elemento se encontram desde informações antigas (da sua crença ou de outras) até as mais recentes com apenas um clique. A atualização é momentânea, por isso o religioso pode participar virtualmente de encontros e eventos sagrados sem precisar sair de casa. A relação com o *numinoso* não seria a mesma se o religioso estivesse presente, mas funciona como um bom vivificador da fé para os mais “anteados”. Narayanan (2007, p. 149) diz:

Um espaço sagrado, na tradição hindu, é aquele a que os devotos vão para ver a divindade venerada e ouvir palavras dos textos sagrados. No passado os mestres religiosos eram cautelosos com relação às pessoas a quem transmitiriam seus ensinamentos e selecionavam cuidadosamente os devotos. Agora, no entanto, a internet possibilita a qualquer um ver imagens de divindades, mestres e gurus, e até ouvir a recitação e a música de textos e canções sagrados.

O ser humano criou novas áreas (espaços virtuais) para propagação do sagrado. Apesar de elas ampliarem a facilidade de conhecimento, dificilmente vão produzir a mesma sensação obtida quando se está nos espaços físicos. Em ambos os casos mencionados, esses

realidade coletiva do ponto de vista do outro, mas desprendimento que faz aparecer a experiência subjetiva do outro como resíduo antropológico talvez irredutível”.

Sem religião – segundo Barth (2007, p. 102): “Muitos simplesmente se limitam a afirmar crer numa “energia universal”, no “ser superior”, mas que é tão distante quanto eles próprios o são dele..., o que não significa que sejam ateus... Todos professam sua crença e a manifestam na medida de suas necessidades.”.

Diálogo inter-religioso – Para Panasiewicz (2003, p. 39): “O Diálogo inter-religioso se apresenta hoje às tradições religiosas tanto como um desafio quanto uma possibilidade. Desafio, pois, o diferente sempre interpela, atrai, questiona as certezas, coloca medo, “desequilibra”. Possibilidade, pois, esses desafios podem ser percebidos de forma a propiciar que cada tradição religiosa reavalie suas verdades estabelecidas podendo estar constantemente reafirmando e ampliando sua identidade, entendida também como processo contínuo de construção”.

novos espaços sagrados são convidativos e necessários para aqueles que não podem estar presentes nos recintos sagrados. Tais ambientes midiáticos também se fazem indispensáveis nesse período em que a tecnologia passa a ser usados como um canal de convocação para a renovação da crença através de uma nutrição virtual “sagrada” totalmente disponível para os vários espaços do mundo real.

1.3 O gesto (pés descalços) e a cultura popular segundo Luís da Câmara Cascudo

O Brasil é o lugar onde a ideia do sagrado foi marcante desde a sua origem como país colonizado. Os europeus que por aqui passaram nos séculos XV e subsequentes puderam observar a ideia do que era sagrado para os povos indígenas. Esses últimos eram portadores de uma cultura diferente das convicções europeias, e foram forçados a aderirem ou se adaptarem a uma nova crença, em que o Deus europeu seria o Onipotente, o Misterioso, o verdadeiro, em meio às interpretações e atitudes equivocadas dos povos indígenas perante o Criador. Ribeiro (1995, p. 30) revela que tais procedimentos vieram a acontecer por conta de uma série de fatores:

No plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas.

E assim fora nascendo o aspecto multicultural existente em todo o território nacional. Para Leontiev (1980, p. 61), essa diferenciação cultural ultrapassa os limites de uma nação ou de povos, de modo mais radical pode ser considerada em todo o mundo.

Dessa maneira, a cultura pode ser considerada como um processo pelo qual se conhece parte da história de um povo. Apesar de coletiva, ela é ao mesmo tempo única para uma certa população. Cascudo (2004, p. 41) vai dizer que a cultura inclui: “o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo do material herdado e acrescido pelas aportações inventivas de cada geração. Mas esse patrimônio não abrange a totalidade das outras culturas

possuidoras dos mesmos elementos constitutivos”. Bauman (1980, p. 75 e 76) de forma semelhante, expõe da seguinte maneira:

A cultura é o produto das experiências vitais acumuladas de muitas gerações, e «toma atenção» também a estes processos vitais. A função social da cultura consiste nesta atenção, e nesta função reside o mecanismo principal da seleção de elementos culturais; embora nem todos os elementos culturais que atuam socialmente sejam «funcionais», uma comunidade humana com um equilíbrio ecológico próximo do normal demonstra inclinação para absorver elementos funcionais e resistência aos elementos estranhos ao sistema cultural.

A cultura é, assim, a mantenedora de vários aspectos adotados pelos povos durante várias gerações. Ela é vivificada mediante a sua repetição, reatualização de heranças antigas junto à comunidade. Tais descrições, para alguns autores, representam a cultura popular. Luís da Câmara Cascudo, apesar de ser conhecido como o maior folclorista do Brasil, usava a palavra Folk-Lore (Folclore) para não ir de encontro a ideia da época em que viveu, porém sua preferência era a de usar a expressão cultura popular. As observações e análise feitas por ele sobre a parte oral e instintiva humana vislumbraram que os aspectos culturais eram algo passado “geneticamente” a todos durante a vida inteira, acompanhando uma geração após a outra, adaptando-se ao tempo e evolução de cada etapa humana, a exemplo das fases de criança à adulta e à melhor idade. O geógrafo Santos (2006, p. 222) descreve de outro modo:

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.

A análise de Santos foca as relações simbólicas de nível a princípio local, cujo alcance pode chegar posteriormente a uma extensão mundial; Cascudo, no entanto, enxerga o caráter hereditário presente nesse exercício prático. Em ambas as análises é notável o valor pessoal e comunitário que legitima de forma tão eficaz a cultura popular perante o povo.

Entre todas as tradições culturais existentes, mencionarei alguns exemplos de memórias vivas, relacionada ao tema principal desta dissertação, a prática dos pés descalços, que ocorrem em diferentes partes do mundo, com significados distintos, vejamos algumas:

De acordo com Eckel (2007, p. 163), em Kandy, no Sri Lanka, existe uma festa anual, no mês de julho, em homenagem ao que acreditam ser o dente do Buda. Conforme pode-se observar na imagem 2. Ocorre nesse lugar uma procissão que segue a relíquia sagrada do iluminado, nessa procissão todos os participantes, com vestimentas apropriadas, acompanhados por animais como os elefantes e carregando os seus instrumentos musicais, andam, dançam e fazem suas encenações com os pés descalços, em respeito à tradição e ao ambiente sagrado. Essa prática cultural ultrapassa mais de 1000 anos.

Imagem 2 – Devotos budistas em Kandy, no Sri Lanka



Fonte: COOGAN, 2007.

De outra maneira Luís da Câmara Cascudo menciona dois exemplos nos quais os pés descalços têm ligação com o ser divino pregado pelos membros da Igreja Católica, em lugares diferentes no continente europeu. O Primeiro, empregado como sinal de fervor religioso pelo próprio Papa em Roma. De acordo com os escritos de Cascudo (2004, p. 199): “As procissões romanas de expressiva rogatória eram descalças, devoção humilde que os católicos não esqueceram o emprego, dedicando-as à divina potestade cristã. Em abril de 1971 o Papa Paulo VI fez a via-sacra pelo Coliseu, em Roma, descalço”. O mesmo autor (2002, p. 462) menciona um segundo modelo, o da expiação de uma falta: “O exemplo, histórico e clássico,

é a penitência imposta pelo Papa São Gregório VII a Henrique IV, Imperador da Alemanha, expondo-o ao relento ante o Castelo de Canossa, pés nus na neve, três dias antes de recebê-lo para a absolvição, em 1077”. Em ambas as menções é perceptível o caráter de contrição empregado por um Papa e determinado por outro. Os arrependimentos da própria culpa pelos erros cometidos devem ser demonstrados de alguma maneira e este sinal (caminhar com os pés descalços) seria uma amostra de humilhação perante o povo e o ser divino. Um exemplo antigo praticado pelos fiéis católicos, fazendo alusão as agonias sofridas por Jesus Cristo durante o seu calvário.

Os pés nus além de estarem ligados pela conexão primordial à mãe terra, conforme as descrições de diversas tradições religiosas, possui também relação com mais dois elementos da natureza a água e o fogo, através da ideia de presença divina que tudo controla. Ambas as presenças já foram muito fortes na cultura popular quando imaginavam que os antigos deuses controlavam as forças da natureza; hoje algumas celebrações continuam sendo executadas, mas tendo outros aspectos interpretativos.

Sobre tais assimilações Câmara Cascudo faz um paralelo entre os vestígios de histórias antigas encontradas no mundo europeu e algumas comemorações ainda praticadas em alguns eventos tradicionais pelo Brasil. No primeiro conto a relação dos pés desnudos, faz parte das procissões e demais rogatórias realizadas para pedir a chuva à divindade que irá conceder tal benefício ao povoado carente de água. Clamar por esse favorecimento é algo praticado há milênios. Cascudo no *Dicionário do folclore brasileiro* (1999, p. 282) diz: “Em Roma havia uma procissão em que os penitentes iam com os pés nus, suplicando chuva aos deuses. Era a *Nudi Pedalia*”. Na obra *Superstição no Brasil*, Cascudo (2002, p. 63 e 64) também menciona as exposições de Petrônio sobre o tema:

No *Satyricon*, XLIV, Petrônio evoca o *ad pretendam pluviam* em Roma: “Antigamente as mulheres, pés nus, cabelos esparsos, face velada, e sobretudo com alma limpa, iam pelas encostas suplicar a Júpiter Plúvius. No mesmo instante a chuva caía torrencialmente, e toda a gente se enchia de satisfação. Mas, agora não é assim. Abandonados nos seus templos os deuses têm sempre os pés envolvidos em lã como ratos. Desta forma, preço da nossa impiedade, os nossos campos continuam estéreis”.

O autor aqui retrata a força sobrenatural por trás dessa ação; apesar de hoje convivemos com toda a tecnologia existente que trata sobre as questões meteorológicas de forma instantânea, ainda a fórmula mais rápida é pedir chuvas a Deus e aguardar a sua piedade. Se a chuva vem do céu é porque a divindade manda, controla e organiza suas dádivas

de acordo os ciclos e estações anuais. Grande parte dos brasileiros, sertanejos que vivem em um ambiente seco, possui suas maneiras rogativas de solicitar esse milagre para o sertão, parte delas coincidem com as antigas súplicas europeias. Morais Filho (2002, p. 220) descreve semelhante feito acontecido na província do Rio de Janeiro, no século XIX, onde havia muitas igrejas, era comum a troca de santos em lugares específicos, em um trajeto onde o som de vozes, luzes dos candeeiros, pés descalços se somavam em meio às necessidades, sofrimentos e aos pedidos de esperanças: “as procissões encontravam-se seguidas de grande multidão. Os penitentes açoitavam-se, as mulheres descalças e de cabelos soltos; as imagens trocavam-se nos templos, permanecendo ausentes de seus altares até a queda da primeira chuva...”. Essa seria uma entre tantas superstições vindas da Europa que foram inseridas no Brasil.

O segundo paralelo feito por Câmara Cascudo sobre os pés descalços e sua ligação, na cultura popular, com as forças divinas está relacionado com o calor intenso proveniente das brasas. Andar descalço sobre o fogo é na maioria das vezes uma experiência religiosa. Neste ponto ele cita algumas das divindades cujas forças estão por trás dessas práticas devocionais.

Atravessar um ambiente cheio de brasas incandescentes é descrito por Cascudo mencionando os estudos de Frazer, como um sinal incontestável da superioridade dos sacerdotes de certas divindades quando comparados as pessoas que os cercavam, e assim era em vários lugares. Tais práticas foram feitas pelos devotos das deusas: Diana na Cilícia e Ferônia no centro da Itália. E também por vários povos da Índia, Dosadhs, Buiás, os habitantes de Madras, em homenagem ao deus Darma Rajah e sua esposa Drobedé. De modo igual Artêmia Parásia era reverenciada na Capadócia. Este ato representaria a força do *mana*, a virtude do sacerdote em cerimônias para conservação da energia vitalizadora. No relato de Cascudo (2002, p. 80):

George James Frazer informa no indispensável “Rameau d’Or” (IIIº, 501-2): “Na Itália, no santuário da deusa Ferônia ao pé do Monte Soracte, todos os anos os homens de certas famílias andavam a pés nus e sem se queimar sobre as brasas ardentes e as cinzas de uma grande fogueira feita com pinheiros, em presença de incontável multidão vinda de todos os pontos da região para fazer suas devoções à deusa. As famílias a que esses homens pertenciam tinham o nome de *Hirpi Sorani*, os Lobos Soranus. Para recompensar os serviços que eles prestavam ao Estado andando sobre o fogo, o Senado os tornara isentos, por uma decisão especial, do serviço militar e de todos os encargos públicos. Dizia-se se podemos referir o testemunho de Estrabão, que esses homens eram inspirados pela própria deusa Ferônia na prova a que se submetiam”.

Cascudo (1999, p. 480) acredita que antigamente esse gesto representaria para os sacerdotes a purificação e profilaxia contra os males que pudessem vir à colheita; por outro lado, muitas pessoas que hoje fazem tais atos, praticam apenas por divertimento, não possuem nenhum sentimento religioso. As travessias sobre brasas incandescentes até hoje impressionam o público que as observa. .

Esses acontecimentos existentes outrora na Itália, acontecem ainda de forma bem semelhante aqui no Brasil. Tais demonstrações são mais fáceis de serem vistas no período dos festejos do santo católico São João, quando devotos passam com os pés descalços pelo braseiro vivo, determinados e cientes dos riscos, vão e voltam sem que haja complicações para eles.

Menciono agora outras práticas reminiscentes realizadas com os pés nus que, com o passar do tempo, vieram a tornar-se lembranças importantes na história.

Na cultura popular há dois casos específicos de pessoas que optaram por viverem com os pés descalços, seja pela ideia de conviver de modo simples ou apenas por persuasão íntima. O primeiro é o famoso santo católico São Francisco de Assis, cujas ideias foram importantes para mudanças de posturas na Igreja Católica; o segundo, o hinduísta Mahatma Gandhi (tido como o herói pelos religiosos do Jainismo), viveu muito tempo descalço por convicção espiritual e graças a sua persistência conseguiu unir uma nação e posteriormente obter a independência do seu país.

Na Índia as tradições religiosas, como o budismo, adotam os pés descalços como um preceito religioso a ser feito antes de entrarem no templo, um consentimento é dado para os visitantes friorentos a permanecerem de meia, em outros casos é preciso ficar no templo com os pés nus. Na Europa, nos lugares mais frios como a Suíça, isso se torna obrigação, evitando de levar lama, água e outras sujeiras para dentro de casa, por conta disso são deixados nas soleiras das portas chinelos e pantufas, destinados a fazerem a troca antes de as pessoas adentrarem o seu lugar sagrado. Para Cascudo (2004, p. 710): “O povo tem uma cultura que recebeu dos antepassados. Recebeu-a pelo exercício de atos e audição de regras e conduta, religiosa e social”.

A prática gestual dos pés descalços é algo milenar. Sua aplicação na cultura popular aconteceu de várias formas, tendo diferentes significados. A importância dessa prática fora aplicada para diversas precisões relacionadas às necessidades físicas (como nas procissões em que se clamava por chuvas; nos pedidos e agradecimentos feitos passando pelas brasas) e

espirituais (em honra a uma divindade ou em respeito a um ambiente sagrado). Desde a época do profeta Moisés, conforme descrições dos livros sagrados das religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo), que o gesto do descalça-te é um compromisso com o *numinoso*, um sinal inquestionável para com o respeito ao espaço sagrado, além de ser capaz de reatualizar a crença da hierofania no lugar em que o gesto é executado.

Enfim, a sacralidade de algo pode ser questionável ou não, dependendo do público ao qual se apresenta um determinado item. Com relação à prática do gesto do descalça-te, é considerada essencial quando ocorre a mudança do caminhar do lugar profano para o espaço sagrado, mais especificamente quando um muçulmano deixa os seus afazeres na rua e vai orar na mesquita, ou quando outros religiosos, como hinduístas e budistas, praticam o mesmo gesto antes de adentrarem seus templos, continuando, assim, uma prática mais que milenar. Cascudo observou que a clareza do gesto na cultura popular, é a representação de diferentes tipos de vestígios do passado, sinal de humildade e obediência para com as ordens superiores vindas da presença divina do Ser infinito diante do homem limitado, ou ainda das determinações dos senhores diante de seus escravos; em outros casos poderia ser algo usual do povo, podendo também ser empregado como sinal de penitência, agradecimento ou cumprimento de promessas feitas ao Onisciente.

O sagrado continua sendo venerado em diferentes partes do mundo. É possível perceber a ausência do sagrado em um lugar a ele destinado? Como fica a aplicação dos gestos e demais ritos nesse ambiente? O que aconteceria com os fiéis se isso viesse a ocorrer? Tais descrições serão abordadas no próximo capítulo, em conjunto com as exposições da gesticulação dos pés descalços em diferentes instituições religiosas.

CAPÍTULO 2 - O SIGNIFICADO DO GESTO DOS PÉS DESCALÇOS EM DIFERENTES CULTURAS

O tema deste capítulo causa em nossas mentes indagações como: o que é o gesto? Como ele se faz presente em nosso meio? O que nos leva a praticá-lo? Busca-se responder a tais questionamentos, enquanto se desenvolvem as explicações sobre a existência do gesto dos pés descalços em diferentes culturas. O objetivo aqui é o de abordar, em quatro grandes seções distintas, as ideias contidas nessa prática gestual. Antes será feita uma breve introdução a respeito do gesto e os seus significados; na sequência, na primeira seção, o foco incide sobre a cultura indígena a partir do final do século XV, época do início do contato entre navegantes europeus (portugueses, espanhóis, holandeses, dentre outros) e as diferentes tribos do Novo Mundo. Prosseguindo, os estudos dirigem-se às tradições africanas, dentro do mesmo período mencionado anteriormente, abordando os aspectos sociais e religiosos, ambos determinantes na cultura afro-brasileira. Posteriormente, a atenção recai sobre as tradições judaico-cristãs, demonstrando o significado do gesto e sua diversidade de interpretações dentro dessa ampla cultura, cujas influências têm raízes milenares descritas no livro sagrado da Torah/Bíblia.

No quarto ponto deste capítulo as fronteiras culturais percorridas pelos pés descalços também são descritas a partir de análises dessa prática em diferentes sistemas religiosos. Além das supracitadas, esta pesquisa aponta algumas similaridades e também divergências em outras denominações que utilizam esse rito. As instituições aqui abordadas são: Islâmica, Maçonaria, Wicca, Hinduísmo. Além das menções, há vestígios encontrados nas mitologias Egípcia, Grega, Nórdica, entre outras. O objetivo aqui é o de tratar de diferentes instituições onde é possível notar o limite do alcance desta prática gestual (os pés descalços) e os significados existentes na sua execução.

2.1 O gesto e o seu significado

Ao longo da vida humana é possível observarmos que os gestos são sinais articulados, intencionados, capazes de promover significados a determinadas expressões, seja em casa,

na rua, em instituições religiosas ou demais localidades. É também uma abordagem, resposta ou continuidade de uma representação anterior, algo presente na natureza animal, sendo possível observá-la em diferentes formas ao redor do planeta. Surgiu para efetuar a comunicação entre dois ou mais seres¹³, de modo que um passasse informações a respeito de alguma coisa para o próximo. Os gestos são necessários para a compreensão da mensagem do outro. É algo rápido de se fazer e mais fácil de ser entendido quando estamos abreviando uma mensagem para determinado público. Segundo Luís da Câmara Cascudo (2003, p. 18):

O gesto é anterior à palavra. Dedos e braços falaram milênios antes da voz. As áreas de entendimento mímico são infinitamente superiores às da comunicação verbal. A mímica não é complementar, mas uma provocação ao exercício da oralidade. Sem gestos, a palavra é precária e pobre para o entendimento temático. Antes das interjeições primárias, a mão traduzia a mensagem útil.

É notório que a troca de informações se inicia através de sinais. Os movimentos corporais, como a postura, toque, olhar, entre outras linguagens não verbais, são difusores de conhecimento para o próximo. A mímica, sendo um transmissor milenar, fora essencial nos tempos de outrora e ainda tem sua importância na contemporaneidade por ser uma ponte para a comunicação com o outro. Tanto as palavras quanto as gesticulações são sinais significativos no processo de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano. O'Connell e Airey (2010, p. 100) sobre esse ponto de vista entendem que o corpo é visto como um canal de comunicação, transmissor consciente ou inconsciente de informações planejadas ou involuntárias; é uma fonte de expressão simbólica, possuidor de uma linguagem organizada através dos simbolismos criados culturalmente, aparecendo nos gestos e nas gesticulações.

Não existe uma unanimidade sobre o “real” significado do gesto entre os pesquisadores do tema. Neste trabalho ele (o gesto) é apresentado como simples ato coordenado objetivando uma mensagem ou resposta em um determinado ambiente em que seja considerado sagrado ou não.

A gesticulação dos pés no chão é algo singular, sua prática possui significados diversos de acordo com o tempo e o local onde foi ou é feita. Essa renovação de informação, constantemente praticada pelo fiel em seus ritos religiosos ou aspectos culturais, conduze-nos

¹³ Cascudo (2003, p. 20) informa que foi a imagem gesticulada a “primeira forma da comunicação humana, mantém sua prestigiosa eficiência em todos os recantos do mundo”.

à busca de pontos comuns nos quais possamos enxergar, na prática alheia, um meio para nos aproximarmos do outro e não apenas “saber” de dogmas que nos distinguem e separam.

A despeito de a comunicação não verbal ser composta por sinais simples, ela pode possuir significados múltiplos e até complexos, dependendo do ambiente em que é apresentada. Embora alguns gestos pareçam ter o mesmo significado ao redor do planeta, é possível encontrar diferentes interpretações simbólicas sobre ele. Cascudo (2003, p. 21) diz: “Não existe, logicamente, a mesma tradução literal para cada gesto, universalmente conhecido”. Corroborando essa frase, temos o famoso conto popular da *discussão por aceno*¹⁴ - texto elucidativo sobre a maneira como a junção de ícones num ambiente coletivo pode demonstrar várias singularidades a respeito de um símbolo. Vemos primeiramente a intencionalidade do autor, algo exclusivo dele, porém a interpretação de tal gesto pelo seu receptor pode gerar entendimentos totalmente divergentes dos que foram fantasiados pela mente do criador, comprovando, assim, que a noção nossa sobre um determinado fato pode representar equívocos perante o conhecimento do outro. Isso confirma a ideia de Leal (2011, p. 4-5): numa expressão que é capaz de mostrar “o que do corpo pode ser comunicado pelo não dito, a falta de clareza na expressão do gesto é o que há de mais instigante nesse modo de produção de sentido” ou seja, a expressão, os sinais, os gestos são partes importantes da linguagem, devendo ser entendidas em sua essência. Partindo dessas afirmações, O’Connell e Airey (2010, p. 101) revelam: “Nossas interpretações dos sinais não verbais de outras pessoas podem ser muito apuradas, ou estar bem longe do pretendido devido os nossos preconceitos, projeções ou variações culturais”. Assim sendo, não deve o erudito arriscar substituir a interpretação do nativo de uma região sobre assuntos relativos à sua cultura, querendo falar por ele. Os nossos costumes podem apontar semelhanças, mas estas talvez não reflitam o mesmo significado fora das fronteiras de nossa terra ou do nosso conhecimento.

Destarte, tendo o objetivo de esclarecer a importância do gesto em um determinado ambiente, esta pesquisa foca, dentre os tantos sinais feitos pelo ser humano, o significado dos pés descalços, cuja prática e importância podem ser encontradas em diferentes religiões ao longo do tempo. O uso simbólico dessa prática gestual possibilitou uma análise sem fronteiras entre diferentes culturas, algo não “demarcado” pelo espaço sagrado individual ou

¹⁴ A discussão por aceno é uma história antiga da Idade Média espanhola, referente à disputa de um sábio com um rústico. A autoria do texto é atribuída a João Ruís (1283-1350), arcebispo de Toledo, foi publicada por Luís da Câmara Cascudo na Tribuna de Petrópolis em 1949. O texto pode ser lido na íntegra nos anexos desta dissertação.

coletivo, conforme é demonstrado em eventos realizados pelas entidades religiosas. E por ser essa uma evidência tão notória no território em que é exibida, trabalharemos neste capítulo dando ênfase às tradições indígena, africana e a judaico-cristã, demonstrando como esse gesto se encontra presente em parte de suas histórias e nos seus costumes.

2.2 A significação dos pés desnudos na cultura dos povos indígenas: um estudo sobre os vestígios do período colonial

No final do século XV, exploradores europeus encontraram terras desconhecidas; um continente novo cujas regiões extensas poderiam satisfazer (nos séculos subsequentes) às ambições da Espanha, Portugal, Inglaterra, Holanda entre outros países ávidos para impor sua cultura e extrair a maior quantidade possível das riquezas do mundo novo. Os povos nativos encontrados aqui no Brasil viviam em um sistema comunitário de ajuda mútua e benefícios comuns. Andavam nus, possuíam tradições e costumes diferentes dos de outras tribos espalhadas por este imenso território. Essas pessoas chamadas de índios, desde aquele período, tiveram suas crenças, línguas e povos massacrados pelos então “visitantes” que se autoproclamaram donos do Novo Mundo. A simplicidade indígena e a esperteza dos colonizadores se uniram a princípio, não se imaginando que, tempos depois, tal vínculo se revelaria em hecatombe para os nativos. A busca desenfreada por obter lucros cada vez maiores fizera com que a população da localidade fosse submetida aos abusos dos recém-chegados. As belezas naturais foram essenciais para a exploração contínua; a troca de presentes revelou ser o princípio da escravidão; os costumes indígenas passaram a ser uma transgressão aos olhos dos povos cristãos; os seus curandeiros foram vistos como feiticeiros; e a vida livre uma afronta aos trabalhadores europeus. Entretanto, tais visões não eram acolhidas por todos os que aqui chegaram. Muitos, sedentos pela oportunidade de viver em um novo lugar diferente do Velho Mundo, fizeram do novo ambiente sua nova casa, um espaço onde podiam aprender com o distinto à medida que ensinavam.

Dentre os vários costumes implantados nas terras do Novo Mundo, havia a necessidade constante de demonstrar para o Deus único e para todos os cristãos as mesmas tradições vistas em vários países da Europa, como os festejos dos dias dos santos, as celebrações da Páscoa, Natal, dentre outras. As utilizações dos pés descalços em determinadas cerimônias cristãs (a exemplo das procissões que detalharemos a seguir) coincidiram com o

jeito indígena de viver. Freyre (2003, p. 101) apresenta o relato sobre o Padre Anchieta, que observava as ações de alguns colonos do século XVI, mesmo “os mais ricos e honrosos”, igualmente os missionários, andavam também de pés descalços, “à maneira dos índios; costume esse que parece ter-se prolongado ao século XVII e aos próprios fidalgos olindenses”. Tal descrição é condizente com esta afirmação de Cascudo (2004, p. 199): “Os indígenas brasileiros do século XVI viviam de pés nus”. Assim, vemos no andar sem vestes e calçados algo natural na vida indígena (nas pinturas sobre o período colonial temos uma breve representação desses fatos; a imagem 3, nos oferece o “modelo” de vida da tribo Apiakás¹⁵, alguns descansando, outros executando as tarefas do seu dia-a-dia, de corpos pintados ou não, estão livres, sem o pudor atribuído pela cultura europeia. Esta e outras artes de Hercule Florence são registros únicos de tribos e costumes indígenas eliminados ou adaptados durante a colonização). Isso permitia a eles um contato direto com a natureza, a mãe-terra, capaz de proporcionar moradias, alimentos, animais e plantas a tanta gente que soubesse cuidar corretamente dela. As vestimentas usadas posteriormente por esses povos seguiam determinações “educativas” à maneira europeia. Cascudo (2004, p. 189) nos informa isso ao dizer que “o indígena americano, melanésio, polinésio, africano só se vestiu pela imposição da catequese missionária ou decisão do governo colonizador. Por ele mesmo continuaria na tranquila exibição inocente de sua beleza”. Nesse sentido, permanecerem desnudos em um ambiente era visto de forma diferenciada entre as culturas indígenas e europeias. Para os primeiros, o mundo era um lugar admirável, bom de se viver e desfrutar os prazeres da vida, algo doado a eles por seus bons deuses, devendo ser aproveitado de modo comum. Já o segundo grupo vinha para o Novo Mundo com suas noções questionáveis sobre o pudor, cobertos da cabeça aos pés, com seus calçados, panos e chapéus, usando vários trajes feitos para proteger seus corpos das condições climáticas de sua terra natal, cujas temperaturas eram diferentes do clima e tempo dessa nova região – colônia, a qual almejavam dominar, explorar e nela viver para seu próprio bem e da metrópole.

¹⁵ Para o antropólogo Wenzel (1999, p. 1), os Apiakás, conforme foram retratados pelo pintor Hercule Florence, eram um povo aguerrido, que após dois séculos de contato “não conseguiram manter sua língua e seu modo de vida tradicional”. Hoje eles vivem dispersos ao longo dos cursos fluviais no Norte do Estado de Mato Grosso, constituídos por umas poucas dezenas.

Imagem 3 – Maloca dos Apiakás sobre o rio Arinos. - Hercule Florence, 1828



Fonte: TIRAPELI, 2006.

Essas culturas foram interagindo e aos poucos misturando alguns costumes, sendo hoje possível ver singularidades e junções nos eventos comemorativos ao longo do país, remetendo aos aspectos tanto de origem ameríndia quanto dos europeus. Entre as várias tradições existentes em nossa sociedade contemporânea, o uso dos pés descalços, apesar de comum em diferentes tradições religiosas, como a Cristã, a Islâmica, a Umbanda, entre outras, fora uma herança deixada à cultura brasileira pelos povos indígenas, tendo sua importância não apenas nos aspectos religiosos, mas na vida social indígena; é o que nos informa Freyre (2003, p. 232):

Vários são os complexos característicos da moderna cultura brasileira, de origem pura ou nitidamente ameríndia: o da rede, o da mandioca, o do banho de rio, o do caju, o do “bicho”, o da “coivara”, o da “igara”, o do “moqué”, o da tartaruga, o do bodoque, o do óleo de coco-bravo, o da “casa do caboclo”, o do milho, o de descansar ou defecar de cócoras, o do cabaço para cuia de farinha, gamela, coco de beber água etc. Outros, de origem principalmente indígena: o do pé descalço, o da “muqueca”, o da cor encarnada, o da pimenta etc. Isto sem falarmos no tabaco e na bola de borracha, de uso universal, e de origem ameríndia, provavelmente brasílica.

As diferentes maneiras dos povos indígenas de viverem ou de usarem os materiais feitos à mão, facilitando a sua vida diária, acabaram sendo bem proveitosas a todos os que conviviam ao seu redor; tanto os europeus quanto os negros se aproveitaram da utilização desses itens, conforme os mencionados, e enriqueceram a sua cultura com tais objetos. A esse

processo resultante da assimilação de elementos pertencentes a diferentes culturas denomina-se de aculturação. Segundo Ullmann (1991, p. 313), aculturação: “É um processo no qual duas culturas, geralmente uma delas sendo doadora e a outra, receptora, num contato bastante prolongado ou permanente, sofrem influxo recíproco. Em termos mais simples, dir-se-ia que consiste na adaptação de uma cultura à outra”. Tendo em vista os costumes ameríndios supracitados, parte de suas tradições marcaram significativamente, através da assimilação de elementos culturais, os habitantes de outrora e posteriormente se impregnaram na nossa cultura popular, sendo bem comum avistar vários deles ao longo do Norte, Nordeste e outras regiões do Brasil.

Dentre os costumes existentes na vida indígena, é possível ainda observar, na sua maneira simples de viver, a realização de cultos religiosos, danças, esportes e a permanente sintonia entre as tribos e o ambiente que as cerca. Nesse habitat, as práticas feitas por eles, tendo os corpos pintados e os pés desnudos, não são imposições de um chefe ou membro da tribo, fazem parte das tradições de outrora, sendo o seu uso algo bem comum para os nativos. Exemplos desses tipos de atividades podem ser vistos hoje em várias aldeias nas práticas de determinados eventos culturais. São as representações da história de vida indígena, uma continuação dos ritos de passagens aprendidos com os seus antepassados. Desse modo, falaremos brevemente a respeito desses rituais praticados a pés descalços.

Símbolos da arte indígena, a música e a dança fazem parte do seu cotidiano e, para Tirapeli (2006, p. 17), foi a religião católica, através dos padres, que aproveitou as danças para agrupar “a cultura indígena à tradição cristã”, gerando conseqüentemente a incorporação pelos nativos de valores estranhos em sua cultura. Como o objeto de estudo deste trabalho é a utilização dos pés descalços num espaço sagrado, não nos aprofundaremos nos outros aspectos simbióticos contidos nas tradições indígenas, europeias e africanas, frutos da “junção cultural” adquirida por elas a partir do século XVI. Tal exemplo, quando vinculado aos pés desnudos, torna-se mais perceptível durante os períodos de festas religiosas, quando ocorrem reuniões dos membros da aldeia para celebrar um determinado rito, festa ou dança.

As danças executadas nos mais diferentes rituais, por diferentes lugares no mundo, deixaram suas “pegadas” como uma espécie de herança cultural destinada aos seus descendentes. Sua paixão independe de raças e coordenadas geográficas. É uma distração para os modernos e um divertimento que se executa a sério para os indígenas em geral. Apoiando-

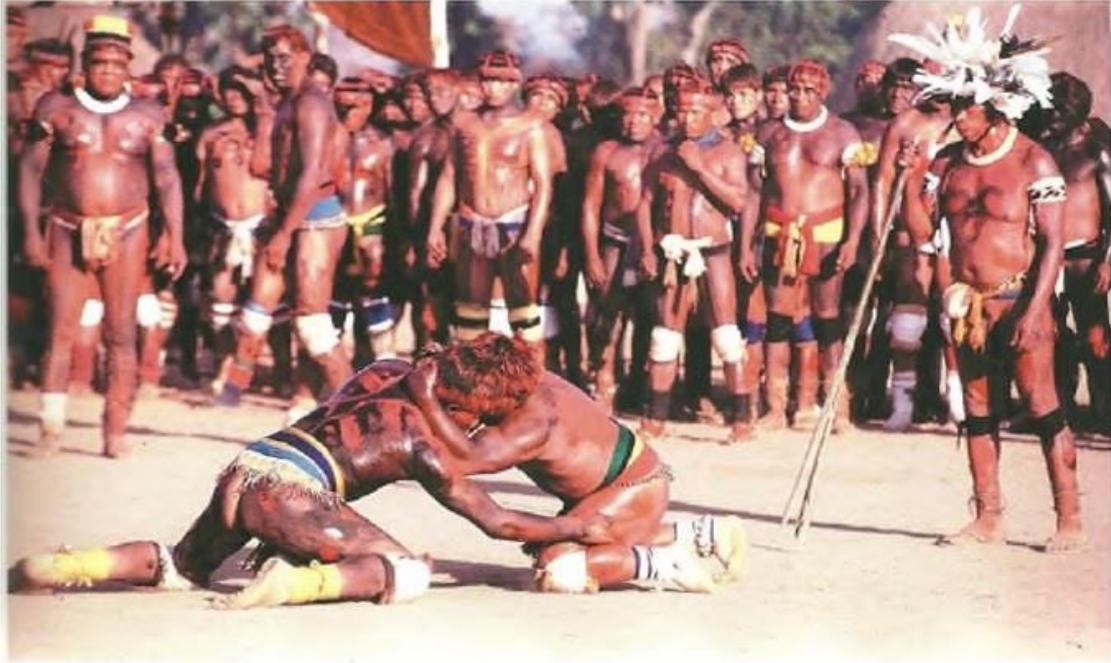
se nessa perspectiva, Mendes (2006, p. 32-33) descreve a dança como tendo um significado metafísico de imortalidade, uma junção de gestos capazes de expressar a alegria existente na vida como uma contraproposta à tristeza da morte. Corroborando tais ideias, Almeida (2013, p. 83 e 85) apresenta a dança executada nos eventos funerários pela tribo dos Bororo como sendo a representação dos seus costumes de vida. Observando os laços de união aos quais estão vinculados, assim ela é feita: “Seguindo o ritmo dos chocalhos e as orientações do Roia epa, os dançarinos mantêm os movimentos de seus corpos com passadas curtas, rápidas, girando, saltando, com momentos para trás ou arrastando os pés no chão, percorrendo toda a circunferência do Pátio”. Além dessa, poderíamos mencionar as danças dos Puris, Tapuias, dentre outras tribos conforme descritas e pintadas por escritores e artistas de outrora, a exemplo de Manuela Carneiro da Cunha (1978), Albert Eckhout (1641) e Jean Debret (1820-1830), em cujos rituais vemos as representações de diferentes ritos de passagens, exemplos de danças indígenas feitas a pés descalços no solo sagrado em frente às malocas ou noutro ambiente.

As raízes as quais estamos analisando se estendem a inúmeras tribos e no intuito de sistematizar, foram mencionadas apenas algumas. Cabe a nós ressaltar que tais costumes indígenas são práticas realizadas há muito tempo pelos seus ancestrais, nas quais o foco se concentrava na reverência, marcar a passagem de uma etapa da vida, agradecimento. É um ritual sagrado em todo ambiente em que se encontravam; antes apresentavam-se nus, hoje muitas dessas tribos utilizam vestes, no entanto procuram manter os princípios de outrora.

Nos “esportes” indígenas, podemos observar seu modo natural de viver ao se mostrarem em eventos como o Quarup, realizado pelos índios Xavantes¹⁶ do Estado do Mato Grosso, rituais praticados como o huca huca (na imagem 4), em que ocorrem confrontos entre dois oponentes que testam agilidade, força e inteligência em uma disputa frenética das tribos.

¹⁶ Segundo Graham (2008): O contato com os índios Xavantes se deu de diferentes maneiras entre religiosos, mineradores, bandeirantes... “Crenças e práticas religiosas, bem como algumas instituições sociais e práticas cerimoniais foram afetadas, em especial entre aqueles que travaram contato com missionários, sejam eles católicos ou evangélicos”. Apesar de todo o processo de aculturação, “a Cultura Xavante continua a se manifestar com extrema vitalidade, sendo retransmitida de geração em geração através da língua e de inúmeros mecanismos sociais, cosmológicos e cerimoniais”.

Imagem 4 - Ritual Quarup na aldeia Waruá, Parque do Xingu - MT



Fonte: TIRAPELI, 2006.

O acontecimento se dá em frente às ocas. Nesse espaço de danças e lutas, os povos indígenas envolvidos no duelo se encontram com os corpos pintados, descalços, trajando apenas uma “tanga”; é uma importante demonstração das tradições praticadas pelos seus antecessores e propagação das mesmas tradições aos filhos e netos, os herdeiros de uma cultura admirável. Entre outras práticas ocorridas no vasto mundo indígena, Cunha (1978, p. 64-66) relata a dos índios Kkaho, havendo nelas as corridas de Pörgahuk entre as mulheres ou a de toras feita pelos homens, ambas manifestações do “ritual comumente realizado no fim do luto”. Apesar do “enquadramento” em uma categoria como esporte, tais práticas não mantêm esta denominação na cultura indígena, seus rituais de luto são homenagens a várias atividades outrora desempenhadas ou acompanhadas pelo membro da tribo quando ainda vivo.

Ambos os eventos demonstram a naturalidade com que grande parte dos nativos apresentam seus ritos. As poucas vestes, os pés descalços, o contato com elementos da natureza ainda se fazem presentes. Por mais que elementos antes alheios a sua cultura se façam tão atuais no seu cotidiano, seus exercícios/costumes ainda permanecem firmes diante da assimilação de culturas impostas pelo consumismo desenfreado, marca veemente do capitalismo.

É comum, na prática desses eventos supracitados, além dos festejos pelo nascimento, casamento, colheita farta, vemos os povos indígenas com os pés no chão realizando tributos,

divertindo-se enquanto estão “conectados” às forças existentes no solo sagrado. Antes do período colonial, sua forma natural de viver os deixava livres para executarem seus rituais em comunidade, tendo os pés e corpos nus, pintados, enfeitados, usando penas ou vestuário feito da palmeira do buriti, celebrando as alegrias e demais sentimentos proporcionados pelas etapas da vida. Atualmente, é possível ver os “nativos”, durante seus eventos, realizarem grande parte dos seus rituais despídos da cintura para cima, pintados e com os pés descalços, em uma junção de imposição cultural capitalista (de ideias e vestimentas antes desconhecidas) e manutenção das tradições antigas.

Tirapeli (2006, p. 44-45) relata que nas práticas religiosas feitas pelas tribos indígenas no Brasil, há, conforme as imagens de Theodor de Bry (1592) baseadas nos relatos do alemão Hans Staden, quando esteve em poder dos índios na região de Ubatuba-SP, a dança ritual canibalista, na qual todos dançam nus, porém os “chefes” usam mantos. Nas tribos antropomórficas, o ritual de execução de alguns prisioneiros era feito através de cerimonial. Primeiramente, socializavam o impostor com o grupo indígena pelo processo de limpeza, tornando-o membro da tribo, para depois ser posto num ritual em que todos, com seus corpos pintados e desnudos, desfaziam sua cordialidade, exibindo o inimigo perante a tribo, que o repudia, e dela aparece um jovem cuja ação guerreira é desafiar e matar o opositor (depois que este faz suas ameaças e juras de vingança). Logo após, toda a tribo consome a “força” do sacrificado, sua carne é dividida e quem o matou recebe a imposição especial de não poder participar desse banquete.

A arte indígena ou sobre os povos indígenas, feita durante séculos, demonstra como era e é a sua convivência. Tirapeli (2006, p. 21-22) vê essas imagens como reveladoras das características únicas de cada grupo, os costumes e modos de executarem suas tarefas diárias e afirma que se deram “realistamente” a partir de 1636 nos desenhos e pinturas de Albert Eckhout, antes dele “eram idealizadas por gravuristas europeus. A pintura em destaque (imagem 5) apresenta uma das obras mais significativas de Eckhout, a *Dança dos Tapuias*¹⁷. Aqui é possível ver os homens segurando armas (dardos e seu propulsor, tacapes) e ao mesmo

¹⁷ Almeida (1999), informa: Os tapuios vivem na região compreendida entre o Ribeirão Carretão e a Serra Dourada, no Estado de Goiás. “Sua origem coincide com os primeiros séculos de formação de Goiás, a descoberta do ouro, a chegada de colonos e seus escravos africanos, o surgimento de arraiais garimpeiros e, naturalmente, a resistência dos índios a todo esse movimento”. Esse grupo indígena é resultante “da mescla desses povos” e “Descendem de diversas etnias indígenas que fizeram hostilidades à colonização e foram aldeadas naquela região”.

tempo dançando em um ritmo próprio da tribo, que parece ser cadenciado pelo som rítmico feito pelas duas mulheres. Na imagem os oitos índios dançam enquanto são observados pelas duas índias (e pelo artista da obra). Os Tapuias aproveitam a natureza ao seu redor de forma natural, nus, porém enfeitados com algumas penas.

Imagem 5 – Dança dos Tapuias – Albert Eckhout



Fonte: OLIVEIRA, 2005.

A representação fantasiosa também podia atender a objetivos religiosos. Desenhos etnográficos de artistas como Hércule Florence, Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, feitos no século XIX são exemplos de trabalhos cuidadosos (ao longo desta pesquisa é possível observar algumas imagens desses pintores. As figuras de números 3, 6 e 7 são exemplos das artes desses respectivos pintores). Nessas obras sobre os nativos do Brasil, pode-se observar eles executando suas tarefas ao modo natural, alguns nus, outros usando apenas “tangas”, tendo os pés descalços e os corpos pintados. Essas gravuras do cotidiano, vivido em harmonia com a natureza e a comunidade local, são reproduções dos costumes tribais de outrora. Outras imagens foram realizadas à medida que aumentava o contato dos povos indígenas, a princípio, com os europeus e posteriormente com os negros; tais representações artísticas, no entanto, não sublimaram os motivos dessas relações.

Todo o simbolismo contido no gesto dos pés descalços não possui o mesmo “peso” para índios, negros e europeus, haja vista que os dois primeiros viviam (em sua grande maioria) sem calçados ao longo do Brasil colonial, enquanto para o último tal costume seria uma reparação pelos pecados cometidos perante o seu Deus. Neste quesito, Cascudo (2002, p. 460) comenta que os “Índigenas e africanos escravizados não usavam sapatos. O português trouxera o costume de suas romarias festivas e penitenciais. Seria, evidentemente, um ato de humilhação reparadora em reverência a Deus”. Atos esses capazes de serem condizentes com a vida indígena, portanto fáceis de serem assimilados por eles em uma comparação aos desígnios cristãos uma vez que, junto com as ideias de cristianizar os pagãos, existia a noção de transmitir os valores e comportamentos da nação experiente e civilizada para povos menos “esclarecidos”, os habitantes das terras até então desconhecidas. Esta ideologia de destruir tradições antigas para construir a nova fora, durante longos anos, a base sustentadora de numerosos impérios europeus, para dominar esses povos e se apoderar de suas riquezas.

Dentre os intentos contidos entre os vários missionários enviados para fazer proliferar o cristianismo no Novo Mundo (busca incessante das instituições religiosas para “ganhar almas”), o sentimento de respeito ao próximo era mais apreciado pelos indígenas do que os gestos europeus de dar e receber presentes. Isso se deve ao fato de o respeito (fazer-se semelhante ao próximo) estar relacionado às questões remetidas ao cuidado, atenção e valorização do “irmão” em seu modo de viver; enquanto o gesto de presentear carrega intenções de interesses que podem ser desde a mudança ou a manutenção do pensamento do outro para satisfazer desejos de quem doa ou recebe.

Os nativos das novas terras descobertas tinham um apreço maior pelos missionários franciscanos, dentre tantos europeus existentes entre eles, devido ao grau de simplicidade, amizade e adequação aos seus costumes. Segundo Todorov (1999, p. 169-170):

Além desse embaralhamento da identidade, observa-se também, como é de esperar, identificações parciais muito mais controladas. São especialmente as dos monges franciscanos, que, sem nunca renunciar a seu ideal ou a seu objetivo evangelizador, adotam facilmente o modo de vida dos índios; na verdade, uma coisa ajuda a outra, o movimento inicial de identificação facilita a assimilação em profundidade. “Quando o presidente da segunda Audiência perguntou-lhes porque preferiam aqueles religiosos los franciscanos aos outros, os índios responderam: É porque andam vestidos pobrememente, e descalços como nós; comem o que comemos, instalam-se conosco, e falam mansamente” (Motolinia, III, 4). A mesma imagem encontra-se nos Diálogos dos sacerdotes cristãos e indígenas, contados pelos antigos mexicanos: a primeira palavra que eles põem na boca dos franciscanos é uma afirmação de semelhança:

“Não vos inquieteis, evitai ver-nos como seres superiores; na verdade, somos apenas vossos semelhantes e também somos apenas gente comum e mais, somos homens da mesma espécie que vós, realmente não somos deuses. Também habitamos a terra, bebemos também, também morremos de frio, também sofremos com o calor, também somos mortais, também somos perecíveis”.

Tais práticas são símbolos da resistência indígena diante das sucessivas ondas que tendem a pôr em choque suas tradições quando em “rota de colisão”, os costumes de outros povos contrariam os seus. Os franciscanos, no entanto, ao passo que buscavam a conversão do outro, procuravam viver conforme o mandamento do seu Deus, “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mc 12, 31 e Mt 22, 39). Por isso era necessário comer com os índios, andar com os pés no chão, seguir o arquétipo de simplicidade do “mentor” de sua ordem, o famoso santo católico São Francisco de Assis. Esses cristãos procuravam viver no exemplo de boa convivência nas comunidades indígenas. Sua identificação missionária coincidiu com a simplicidade dos nativos; de modo simples compartilhavam tudo, respeitavam a natureza e trabalhavam em conjunto, algo comum e favorável a ambos nessa relação entre culturas distintas, principalmente para os cristãos, que viam nessa aproximação uma oportunidade para convertê-los.

Embora tenham ocorrido diversas adaptabilidades culturais durante a colonização no Brasil e posteriormente a esse processo, é possível vermos novidades adentrarem cada vez mais os diferentes espaços religiosos, tendo como intuito “atualizar” os cultos e demais reuniões grupais em prol do bem-estar de todos. Porém, apesar de inúmeras adaptações, sinais simples, como as bênçãos, prostração, mãos estendidas, pés descalços, dentre outros, se mantêm firmes em suas respectivas tradições religiosas. Esses gestos não possuem os mesmos significados quando analisados de uma cultura para a outra. Nesse sentido, seria possível tal gesticulação como os pés descalços ter influência fora das fronteiras indígenas? A qual cultura tal aspecto poderia estar relacionado?

2.3 A simbologia dos pés descalços na tradição africana existente no Brasil durante o período colonial

Apesar de ocorrerem algumas similaridades nos estudos da vivência dos pés descalços presente nas culturas indígena e africana existentes no Brasil, é notável uma diferenciação enorme quando analisamos suas “aplicações” em questões sociais referentes a cada cultura.

Enquanto no mundo indígena era algo comum e natural ver descalços e nus os membros das diferentes tribos durante suas coletas de frutos, caçadas de animais, disputas entre tribos e nos seus rituais de vida e morte, para os africanos tal gesto fora usado como sinal de “imposição” à classe dos escravizados. Traficados de um continente para outro, chegavam nas terras tupiniquins sem os itens capazes de identificarem seu “status” anterior, sujeitos agora à condição de servos e dependentes exclusivos de seus senhores. Por outro lado, tais aspectos existentes no período escravagista, como a utilização de vestimentas feitas de algodão e o não uso de sandálias ou sapatos, foram usados como “sinal” na vida dos negros escravizados. Durante toda a resistência e adaptabilidade no período colonial, os negros procuravam, ao longo do seu dia a dia, manter alguns aspectos de suas origens, camuflando-os na cultura cristã europeia, em meio aos seus cultos religiosos geradores do Candomblé¹⁸, Umbanda, Xangô, dentre outras tradições.

Destarte, os pés desnudos seriam uma das lembranças da terra natal, a mãe África? Ou seria um gesto de respeito nos ambientes religiosos em que se encontram? Ou ainda um vestígio das marcas da escravidão de outrora? A análise gestual dos pés descalços na cultura africana será abordada neste trabalho tendo dois pontos de vista: o primeiro referente ao seu aspecto sociocultural contido desde a era colonial no Brasil, e o segundo que focará aspectos contidos em algumas práticas religiosas de origem ou com influência de povos provenientes da África, cujas tradições cruzaram oceanos, cortaram continentes, para serem perpetradas em “seus pequenos” espaços sagrados.

A nação brasileira surge através da relação entre povos indígenas, europeus e africanos, cujas afinidades foram responsáveis por modelar a religião, a cultura, a economia aos padrões dos primeiros visitantes provenientes da Europa. Apesar das belezas naturais existentes nas *terras brasilis*, os líderes dos países europeus não queriam outra coisa senão alimentar a sede insaciável de riquezas, por isso cometiam diferentes tipos de abusos contra os nativos da época, criando divergências entre povos, trazendo doenças, causando genocídios e

¹⁸ Segundo Cascudo (1999, p. 233 e 234), o Candomblé: “Festa religiosa dos negros jeje-nagôs na Bahia, mantida pelos seus descendentes e mestiços. Lugar onde esta festa se realiza. Macumba no Rio de Janeiro. Xangô em Alagoas a Pernambuco. Sede religiosa do culto negro, com o barracão onde as filhas-de-santo cumprem sua longa iniciação sob a direção do pai-de-santo ou mãe-de-santo... Os negros de origem banta dão o mesmo nome aos centros de sua devoção”.

Para Giumbelli (2013, p. 96): Mesmo congregando elementos católicos, africanos e do ocultismo, a Umbanda se constituiu como uma modalidade de espiritismo. É o que indicam os primeiros livros que identificavam a nova religião. Seus mentores criam em 1939 a Federação Espírita de Umbanda, e em 1941 realizam o I Congresso Brasileiro de Espiritismo de Umbanda. Kardec não é sua principal referência, mas consta obrigatoriamente dos debates para a institucionalização da umbanda, que mais tarde se proclamará a “primeira religião genuinamente brasileira”.

miséria às tribos existentes. A ideia de inadaptabilidade dos povos indígenas ao estilo de trabalho do colonizador (ligado a interesses comerciais), fez com que o tráfico negreiro fosse a chave capaz de abrir as portas para o aumento das margens de lucro e mudar o padrão de vida de grandes fazendeiros e das metrópoles europeias. Segundo Alencastro (2013, p. 33-34): “o ciclo mais longo da economia brasileira é o ciclo negreiro, que vai de 1550 a 1850”. O negro era tido como um objeto, um utensílio a mais dentre tantos possuídos pelos senhores, donos de engenhos, comerciantes e capturadores de escravos. Não era apenas a fonte de lucro ou de serviço, era a “base” a qual poderia sustentar e elevar as suas fortunas. Essa construção do Brasil, ocorrida às custas da destruição de aldeias, esfacelamentos de famílias indígenas e africanas, provocou o aumento da riqueza de uma minoria em detrimento da exploração da maioria cativa.

Dentre os costumes da época colonial, viver com os pés descalços era algo comum para índios e negros. Enquanto os indígenas viviam desnudos em plena sintonia com a mãe-terra antes da chegada dos povos de outras partes do mundo, os africanos que aqui desembarcavam não possuíam pertences, roupas nem calçados capazes de fazerem recordar quem realmente eram; poderiam outrora ter sido reis, príncipes ou servos; se fossem prisioneiros, todos eles não passavam de mão de obra barata, para servirem aos desejos de seus senhores. Nas descrições de Freyre (2003, p. 398), o africano foi obrigado diversas vezes a despir-se de sua veste para “vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil. Para de tanga ou calça de estopa tornar-se carregador de tigre¹⁹. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de sua família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil”. Em uma das poucas histórias existentes sobre os sofrimentos ocorridos nas caravelas transportadoras de negros escravizados, entre os séculos XVI e XVII, Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 48) citam dois depoimentos de pessoas que foram cativas nesses transportes marítimos durante o período colonial, um dos relatos é o da ex-escrava Galdina; o outro (transcrito a seguir) é de Mahommah G. Baquaqua:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado e as mulheres do outro. O porão era baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o

¹⁹ Tigreiros ou carregadores de tigres eram a denominação vulgar concedida aos escravizados transportadores de barris cheios de fezes retirados das casas dos seus patrões para serem despejados no mar. Tal fato ocorrera numa época em que as cidades não tinham rede de esgoto e o escoamento dos dejetos era reservado a alguns negros escravizados que tinham o desprazer de levar e de ver escorrendo excrementos dos barris, emporcalhando e deixando manchas em suas peles que “lembravam” os tigres. Descrições mais detalhadas sobre a higiene no período colonial do Brasil podem ser encontradas em autores como Novais e Alencastro (1997, p. 67-70).

sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoce ao pensar nisto.

Albuquerque e Fraga Filho, (2006, p. 48) revelam que essas embarcações também eram conhecidas como tumbeiros por conta das quantidades de maus tratos, doenças e mortes com que muitos africanos ali depararam. As histórias dessas duas pessoas revelam parte das adequações impostas aos escravizados, homens e mulheres, viajando nus por longos dias e noites até chegarem cada um ao local determinado pelo comerciante de escravos ou pelos compradores. Juntos com os africanos vinham suas crenças, os sentimentos de revolta para com o acontecido e o medo do que estava por vir. Assim, livres de todos os seus bens materiais, despídos, tementes e comovidos, os negros, vindos de vários lugares da África, estavam sujeitos a sua nova condição de vida, servirem as autoridades sem questionamentos.

A grande maioria dos escravizados eram capturados para realizarem os trabalhos pesados no campo e na cidade, enquanto outros serviriam nas casas grandes. Os primeiros usavam andrajos e andavam a pés descalços, o segundo grupo ganhava roupas adequadas e ficava com os pés desnudos servindo nos domicílios dos seus patrões. Para Souza (2011, p. 29), “uma das maneiras, tradicionalmente apontada pela historiografia como a mais característica de distinguir visualmente um cativo de um liberto estava na relação descalço-escravo”. Isso produziu um significado cultural durante toda a escravidão.

Os pés descalços poderiam ser vistos como um símbolo de lamúria, marcas da escravidão designadas aos negros. Esse “sinal” fora desconcertante para muitos dos cativos no período da colonização, haja vista que estes não poderiam ter nenhum adorno de luxo. Segundo Malheiro (1886) citado por Freyre (2003, p. 40) as proibições como essas se devem à aplicação da Carta Régia de 3 de setembro de 1709 e bando de 1740 no Estado do Maranhão, leis criadoras do “pensamento uniforme” entre a população, sendo aplicada certa vez até por um larápio que subtraiu “o esplendor e outras joias de São Benedito; mas sob o pretexto, ponderável para a época, de que o negro não devia ter luxo”.

No século XIX, ao contrário do período posterior, é possível ver negros e negras, ricamente adornados, livres para demonstrar sua beleza. Algo visto apenas entre negros alforriados que buscavam na fotografia a impressão de sua condição emancipada.

O fim da obrigação contida nos pés descalços aconteceria através da “conquista da liberdade” e ocorreria quando os “presos” embolsassem seu bilhete de soltura - a famosa carta

de alforria - ou quando simbolicamente recebessem um par de sapatos doados pelo seu “benfeitor”; em ambos os casos o proprietário reconheceria todos os serviços prestados pela lealdade do servo. De outro modo, a vida livre seria o alvedrio conseguido legalmente através das incessantes lutas dos negros escravizados que ajuntavam o pouco dinheiro conseguido para comprar a sua alforria²⁰, caracterizada pelo uso público dos pés calçados. Conforme nos diz Cascudo (2002, p. 242), remetendo aos relatos de Antônio Nicácio F. Pimenta, “o primeiro dinheiro gasto por um escravo, depois de alforriar-se, era comprar sapatos e um guarda-sol”. Junto com essa vontade, encontrava-se a necessidade de demonstrar perante as outras pessoas sua nova condição de vida, para obter a sua aceitação social tão desejada. Cascudo (2002, p. 242) complementa: “o ex-escravo comparecia à missa dominical com os pés calçados e o guarda-sol, fechado debaixo do braço ou o empunhando solenemente, como um bastão litúrgico”. Eis as insígnias dos homens livres, agora representantes de uma nova “casta” na sociedade, os possuidores do símbolo da “liberdade ainda que tardia”. O simbolismo presente no calçado era tamanho que muitos guardavam pela vida inteira. Mesmo se fosse possível encontrar alguns com os pés no chão devido ao tamanho menor dos sapatos, esses “objetos de liberdades” estavam seguros nas mãos do seu proprietário, algo que nas palavras de Cascudo (2002, p. 42) podia ser visto como a um tesouro imprescindível:

O sapato era quase sempre trazido na mão, porque raramente cabia nos pés. Metia-o à entrada da rua e, logo que fosse possível, arrancava-o com um suspiro de alívio. Era, entretanto, uma distinção marcante, e para ele indispensável, do seu novo estado. Os sapatos duravam uma vida inteira. Ficavam para os descendentes. Era o famoso sapato-defunto, jamais ajeitado às plantas do possuidor. (CASCUDO, 2002, p. 242)

A incorporação de novos símbolos (sapatos e roupas) representou no Brasil a afirmação do comportamento baseado nos desejos dos brancos e dos aspectos diferenciadores entre ex-membros (da classe escrava) e os escravizados. Fortalecendo esse pensamento, Lopes (2014, p. 262-263) informa que era “falta de respeito o escravo permanecer de pés calçados diante de pessoas tidas como superiores, uma das caracterizações externas da condição escrava eram os pés descalços. Assim os sapatos eram o símbolo de sua libertação e de seu nivelamento aos brancos”. Por isso, quando adquiriam o seu calçado, deixavam-no em lugar de destaque nas casas, para que fossem vistos e apreciados tanto no lar quanto fora dele.

²⁰ Nas descrições de Cunha (1985, p. 40), as cartas de alforria foram mais perceptíveis no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

Ser negro e viver sem um calçado era pertencer à classe paupérrima da sociedade, a camada social difamada e explorada. Até um negro, quando entre outros, se possuísse sapatos, buscava não os retirar em público, comprovando sua posição diante dos olhares alheios, fossem esses dos brancos da sociedade ou dos “outros” negros. Por isso, adotavam estilo de vida ocidentalizado, representação da sua nova condição de vida. Bittencourt (2006, p. 83), a esse respeito, comenta que “a visibilidade associada a uma maior proximidade da África, devia ser evitada para garantir uma percepção social diferenciada”; isso poderia ser visto no corpo coberto e na utilização de novos penteados e uso de sapatos, ou seja, numa sobreposição da cultura branca da época sobre a cultura dos seus ancestrais.

A condição servil delimitada tendo por base os pés desnudos era tanta que muitos escravizados, ao fugirem das fazendas dos seus donos, buscavam levar, quando possível, um par de sapatos. Dessa maneira, poderiam andar pelas ruas, praças e feiras sem serem reconhecidos, despistavam assim o capitão do mato ou outros procuradores de recompensas. Essa era na visão de Lopes (2014, p. 263): “a estratégia de alguns fujões que calçavam sapatos para passar por livres e ludibriar seus perseguidores”.

O artista Jean B. Debret, em uma de suas pinturas (imagem 6), demonstra como seria o reflexo das distinções existentes entre classes e dentro da mesma raça. Vemos um escravizado, vendedor de flores e outros itens andando nas ruas bem vestido e ornamentado; a senhora de classe e sua criança cobertos com todo esplendor necessário, seguidos de perto pela ajudante doméstica ou ama de leite do menino, usando bonitas vestes, calçados e enfeites capazes de evidenciar o apreço de sua patroa por ela, estima que os escravizados alinhados logo atrás têm em parte por conviverem no dia a dia com seus donos. Contudo, no desenho artístico, percebe-se a condição servil na qual três entre os quatro negros vivem – condição registrada pelos pés descalços. O infortúnio desses só não é maior do que o do pedinte rabiscado no canto direito da representação artística, ou ainda da população negra estabelecida nas senzalas e dos “tigres” nas cidades. Para Lopes (2014, p. 263), “um escravo de ganho podia, graças aos seus recursos, como mostram fotografias do século XIX, andar bem trajado, com anel no dedo...”, contudo, o semblante e o aspecto novo não mudam seu estado de cativo. A maior marca na vista de todos não seria, portanto, as do ferro (escondidas pelas roupas) e sim os pés descalços.

Imagem 6 – O vendedor de flores e os escravos alinhados. Jean B. Debret



Fonte: PAVAM, 2015.

Viver com os pés no chão (livre), por mais que fosse natural para algumas tribos da África, tornou-se o símbolo (dos cativos) do pesadelo para os povos que chegavam ao Brasil; uma imposição “decretada” aos desfavorecidos pelos dominadores. Apesar de toda essa extensão negativa, fruto do período colonial na história pessoal dos africanos e dos seus descendentes, o uso dos pés desnudos teria alguma influência quando analisamos questões religiosas presentes na cultura afro-brasileira?

Analisando os pés descalços pelo sentido religioso contemplado pelos africanos durante o período colonial ou adaptado para realização das celebrações de cultos afro-brasileiros, podemos considerar os seguintes aspectos dessa ligação entre os seres humanos e os deuses da terra: primeiro, o solo, em diferentes mitologias, é a melhor representação atual dos antepassados da humanidade, o lugar de onde foram tirados e para onde poderão voltar; segundo, essa ligação exige respeito e cuidado para com a mãe-terra – deve-se preservar e cuidar dela, uma vez que o toque dos pés desnudos no solo se tornaria necessário por ser uma comunicação dos contemporâneos com as forças ctonianas de outrora.

A religião de origem “negra” no Brasil se formou aos poucos, motivada pelas circunstâncias aqui encontradas, em uma espécie de junção de culturas (africanas, indígenas e europeia) em prol da sobrevivência de alguns costumes do passado dos povos negros. A influência dos pés desnudos na cultura brasileira é tamanha, que pode ser analisada em várias religiões de origem ou com influência africana (Xangô, Umbanda, Candomblé...). Os pés

desnudos são uma espécie de marca tradicional respeitada e praticada por diferentes membros nos eventos religiosos; um rito essencial se não no todo pelo menos em parte do culto. A análise perspicaz de Cascudo (2002, p. 463) expõe:

Quem já assistiu às funções dos Candomblés, Macumbas, Xangôs, Umbandas pelas cidades ao longo do litoral brasileiro lembra a estranha saudação indispensável que todos fazem na entrada do barracão festivo. Grandes e pequenos titulados da seita, desde o Babalorixá à mãe de santo, ogãs, filhas de santo e filhos, os devotos admiradores, todos tocam o solo com os dedos da mão direita e alguns levam-na à frente. É uma presença da liturgia de Roma nos preceitos devidos aos Orixás da África Ocidental. Oblação aos Dii Inferi, aos Deuses sinistros e misteriosos da Terra, que tudo podem. Tangite vos quoque terram, tocaí também a terra, recomenda-se no *Mostellaria*, de Plauto. Quando uma filha de santo, no delírio dos cantos e dança votiva ao seu Orixá, recebe o padroeiro entrando em transe, sentando o Santo, estrebuchando desordenadamente, um dos primeiros cuidados dos companheiros é descalçá-la, fazendo-a pisar diretamente no chão do terreiro.

Esses gestos fazem parte da enigmática comunicação entre o solo terrestre e o ser humano - uma espécie de “reposição” energética da Mãe-Terra para com os seus filhos - encontro este “marcado” pela renovação das forças, mudanças de parâmetros em que “todos” permanecem do mesmo jeito com os pés desnudos, buscando entender a mensagem do outro. Tal vestígio dessa relação homem-terra pode ser encontrado nos contos mitológicos da Grécia Antiga. Nos *doze trabalhos de Hércules*, essa relação de reciprocidade fica mais clara, quando o herói grego enfrenta o filho de Geia, Anteu, possuidor de força descomunal, considerado imbatível enquanto estivesse em pleno contato com a terra, a mãe que duplicava as forças do filho quando este se apoiava nela. Foi preciso Hércules entender o significado dessa ligação para, posteriormente, suspender com suas mãos seu adversário e o fazer padecer sufocado.

De forma semelhante Freyre (2003, p. 394) descreve sua experiência ao ver práticas africanas, em lugares distintos no Brasil, na região do Nordeste, mais especificamente no Estado de Pernambuco, onde os devotos “preocupam-se” em retirar as botinas ou chinelos antes de entrarem para participarem da reunião. Já no Rio de Janeiro (Sudeste do País), a preocupação seria a de estar ou não pisando na esteira estendida na sala e em cujo centro se encontrava o pai do terreiro. Em ambos os casos é possível ver influências da religião islâmica, primeiramente no gesto do descalça-te, (fazendo alusão à descrição do livro bíblico do Êxodo 3,5) sinal importante no ambiente no qual o praticante se encontra e, segundo, o cuidado com o outro, respeitando os seus limites e o do presidente da celebração.

Tanto na Umbanda quanto no Candomblé ou no Xangô, ficar de pés descalços (ou com um sapato especial) é uma das formas ritualísticas de entrar em contato com os antepassados. A terra é a mãe, a força, a representação da antiga morada dos nossos ancestrais, pronta para exercer sua influência de “recriação” num perfeito fluxo energético com as pessoas. Nesse simbolismo, ocorre uma troca entre as forças da terra, geradora e mantenedora da vida humana; assim, tanto nas mitologias do Candomblé, cristã, Iorubá, Umbanda, quanto em outras, vemos a origem humana conectada ao solo por meio do poder divino. Como diria Cascudo (2002, p. 200), “a terra dá força no seu contato poderoso, estabelecendo misteriosa comunicação magnética, animando e fortalecendo”. A profundidade dessa ligação provoca, durante os rituais, uma importação de energias positivas ao mesmo tempo que procura eliminar as negativas; um primoroso curso cíclico em benefício do próprio ser humano. A imagem 7 apresenta o ritual da Umbanda realizado em Manaus, no terreiro onde o culto é feito para os membros e simpatizantes das religiões Afros, nela é possível perceber a relação de harmonia que deve ter o ambiente onde a presença da natureza pode ser observada nas plantas, na relação entre os seres humanos e no contato com os seus orixás.

Imagem 7 – Festa da Umbanda cultuada em Manaus



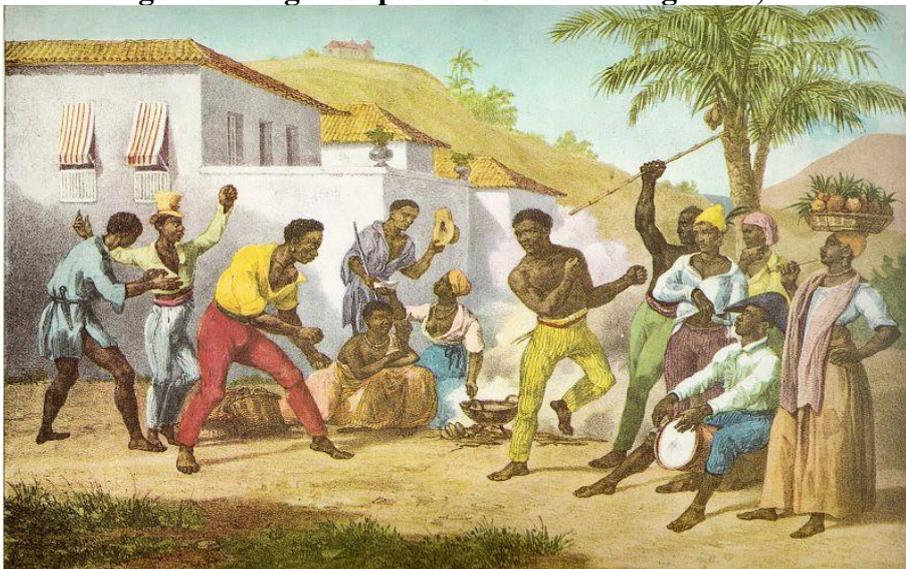
Fonte: AFINSOPHIA, 2008.

Em outro ponto de vista, essa gesticulação é uma representação contundente de humildade e, atualmente, é praticada por alguns membros durante os rituais umbandistas. É importante frisar que o fato de ficar calçado no terreiro não impede a comunicação ou a incorporação dos espíritos com as pessoas. Não se trata de uma mitificação do gesto por essas

instituições religiosas, porém não é tão cômodo para o pai ou mãe de santo quanto a “ligação” feita naturalmente ao permanecerem com os pés no chão. Isso quando o ambiente está consagrado, preparado para ocorrer a tramitação de energias sutis ou densas no ambiente agora sagrado.

Ao analisarmos a origem dessa prática no Brasil, observamos, durante o período colonial, ser feita por escravizados, que devido a sua condição social, não podiam se arrumar com vestes e calçados como faziam os devotos cristãos ao irem às missas. Seus cultos eram feitos em barracões ou ao ar livre, muitas das vezes supervisionados por conta do medo de ocorrerem planos capazes de gerar revoltas. As práticas consistiam em danças com performances dramáticas, oferendas, pedidos, orientações e agradecimentos, algo comum nos festejos e cultos, tudo feito a pés descalços (um dos símbolos marcantes da escravidão). Os possuidores de calçados os deixavam na entrada do terreiro, para depois pisarem no “solo sagrado” na “nova África”. Da mesma forma, eram transmitidos costumes cujas origens são africanas, como o *Maculelê* e a *Capoeira*. A imagem 8, pintura de J. Rugendas de 1835 demonstra o jogo de capoeira feito em uma “roda” onde dois oponentes dançam e se enfrentam com movimentos corporais incentivados pelo som rítmico executado no ambiente. Cascudo (1999, p. 241 e 530), descreve que essa dança guerreira e o jogo atlético vieram a ser “introduzidos no Brasil pelos escravos Bantos de Angola”, ambas (o Maculelê e a Capoeira) são executadas tradicionalmente com os pés no chão e, durante muito tempo, serviram como “arma” contra a repressão policial do século XIX.

Imagem 8 – Jogar Capoeira. Johan M. Rugendas, 1835



Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL, 2007.

Graças às lutas e ao apreço cultural conquistado pelos escravizados durante o período colonial sobre as reminiscências das tradições africanas, podemos ter na contemporaneidade a existência dessas instituições religiosas. Na análise de Mattoso (2003, p. 228), “aos escravos africanos, alforriados no século XIX, é que a Bahia deve a preservação de toda uma estrutura social própria da comunidade negra, herdada dos tempos da escravidão, na qual coexistem, em perfeita harmonia, culturas europeias e culturas africanas”. Esse legado foi propício aos baianos e a toda a cultura afro-brasileira espalhada aos quatro cantos deste imenso país.

Além disso, há na África diversas histórias nas quais é possível encontrar vestígios e interpretações que podem ser relacionados ao uso dos pés descalços. Muitos dos reis africanos de outrora bem como as majestades europeias propagaram durante muito tempo ideias nas quais atribuíam a uma entidade divina seus poderes de governança. Estavam assim abençoados e os seus súditos deveriam respeitar e obedecer. Atitudes semelhantes a essa podemos observar nas descrições de Silva (2011, p. 318-319), conformes com os acontecimentos havidos na Zambézia durante o reinado de Gatsi Rusere (em pleno século XVII). Apesar de ter sido questionado por atitudes dúbias, como a condescendência com os europeus, o rei foi responsável por restaurar “o antigo protocolo que exigia que os estranhos descalços e sem chapéus deitassem de bruços e se fossem arrastando até o rei a bater palmas. Aos portugueses, passou a exigir, quando menos, que comparecessem sem sapatos e se acocorassem diante dele”, falando sem olharem direto para o rei, conforme o costume antigo. Cascudo (2004, p. 200) também menciona o gesto ligado às tradições antigas, descrevendo que “os negros da região dos lagos enfrentam o elefante, o rinoceronte, o tigre também descalços, como a maioria africana e brasileira”. Os detalhes expõem o fato de as caças de outrora, feitas a pés desnudos, terem realizado prodígios pelos bons guerreiros e serem propagados pelos anciãos aos seus ouvintes.

Apesar de abordados de forma destrinchada, esta dissertação não contempla a visão dos povos africanos ou indígenas sobre o uso constante ou não dos pés descalços em suas culturas. O presente estudo é baseado nas pesquisas de renomados autores sobre esses povos e em especial graças à atenção de Luís da Câmara Cascudo ao abraçar o estudo desse gesto. Esta lacuna, no entanto, é preenchida parcialmente com as descrições supracitadas, tendo o intuito de incentivar pesquisas que aprofundem mais o tema em questão.

2.4 O descalça-te e os seus significados na tradição judaico-cristã

Uma visão ampla sobre os diferentes aspectos contidos na utilização do gesto pés descalços foi trazida para o Brasil através dos costumes europeus, cujas raízes se encontram no judaísmo, religião da qual se desenvolveu grande parte dos ensinamentos de duas outras grandes instituições monoteístas, a cristã e a islâmica. As cortes europeias deixaram em nosso país várias tradições que foram adaptadas com o passar do tempo através do processo de aculturação. Assim, observamos, nessa aceitação de um novo sistema de identidade, o soerguimento do novo modo cultural. É a pluralidade entrando em cena para delimitar o seu espaço. Os pés descalços, nesse sentido, podem ser estudados nos eventos comemorativos provenientes do catolicismo em parte na Europa e aqui no Brasil.

Na tradição javista, isso é algo comum, sendo possível verificar em várias passagens bíblicas a menção do gesto de lavar os pés, conforme o costume judaico referente à purificação e hospitalidade antiga realizada por um servo do anfitrião. Tendo como base a purificação, encontramos em Êxodo (30, 20-21) esta determinação: “Quando entrarem na Tenda da Reunião, lavar-se-ão com água para que não morram; e também quando se aproximarem do altar para officiar, para fazer fumegar uma oferenda queimada para Iahweh. Lavarão as mãos e os pés, e não morrerão”.

A execução dessas abluções era destinada aos sacerdotes (Aarão, seus filhos e demais descendentes) antes de entrarem no espaço sagrado. A pureza de corpo deveria coincidir com as intenções puras dos sacerdotes, dos fiéis e das oblações destinadas a sacrifício. Lavar-se era a garantia de evitar as impurezas, as mãos por conta de pegarem em objetos consagrados e os pés porque caminhavam no ambiente santo.

Do outro ponto de vista relacionado à hospitalidade, conforme a descrição do livro do Gênesis (18, 3-4) foi deste modo oferecido por Abrão (patriarca das religiões monoteístas judaica, cristã e muçulmana) a três homens que encontrara na entrada de sua tenda durante o calor do dia. Ao se dirigir àquele cuja aparência demonstrava ser o líder do grupo, disse: “Meu Senhor, eu te peço, se encontrei graça a teus olhos, não passes junto de teu servo sem te deteres. Traga-se um pouco d’água, e vos lavareis os pés e vos estendereis sob a árvore”. Esse ato respeitoso de atender de modo cômodo seus convidados revela a aplicabilidade dos costumes de outrora. O bom anfitrião demonstrava sua afabilidade e serventia sem esperar

nada em troca. Wiersbe (2006, p. 117) em seu livro *Comentário bíblico expositivo*, revela a lealdade e benignidade do patriarca hebreu a sua tradição: “a hospitalidade é uma lei importantíssima no Oriente, e Abraão cumpriu-a com fidelidade”. De forma semelhante ao seu tio, Ló, estando na entrada da cidade ao anoitecer, demonstrou acolhimento realizando um convite de respeito e consideração aos dois homens, apresentados nesta passagem do livro do Gênesis (19, 2) como Anjos que chegavam a Sodoma: “Eu vos peço, meus senhores! Descei à casa de vosso servo para aí passardes a noite e lavar-vos os pés; de manhã retomareis vosso caminho”. Os bons costumes de hospitalidade não foram perdidos por Ló durante os anos vividos longe de sua terra natal, o servir ao outro de forma intencional, caridosa e pontual era algo que contrastava com as atitudes impiedosas e incoerentes dos homens de Sodoma diante dos visitantes conforme é relatado ao longo dos versículos seguintes do texto. Sobre essa prática benevolente do povo hebreu, Gower (2002, p. 241) afirma: “Os judeus acreditavam que Deus enviava às vezes anjos disfarçados para verificar se as pessoas estavam de fato obedecendo à lei da hospitalidade”. Tal aplicação se deve ao fato de os povos de origem semita saberem bem como é viver como nômades, a falta de alimento, do lugar para repouso, a solidão do caminhante, o calor do dia, o frio da noite..., tudo isso poderia ser questão de vida ou morte no deserto ou nos lugares desconhecidos em que pernoitavam. Obedecer a seu Deus onisciente representaria ao mesmo tempo respeito ao Ser divino e amabilidade ao seu próximo.

Noutros trechos do Primeiro Testamento (Gênesis 43, 24) é possível observar a mesma condescendência do patriarca dos judeus sendo proferida por José governador do Egito ao seu intendente. A ordenança apontava métodos para recepcionar cordialmente os seus irmãos, o homem encarregado da casa obedecendo às ordens, “introduziu os homens na casa de José, trouxe-lhes água para que lavassem os pés e deu forragem a seus jumentos”. Aqui é notório o oferecimento de alívio para os pés cansados da dura viagem realizada para “comprar víveres”. A benevolência casual do governador servira como período de descanso da longa jornada existente entre as terras de Canaã e as terras do Egito. A assimilação de humildade e serventia existente nessa prática tão adequada à generosidade do povo hebreu, é também mencionada na saga sobre o rei Davi. Em I Samuel (25, 41), como resposta positiva de Abigail ao pedido de casamento de Davi: “Tua serva é como escrava para lavar os pés dos servos do meu senhor”; nesse ponto a prática usual é simbolicamente mencionada para demonstrar o tamanho apreço da viúva pelo futuro governador do povo. Noutra exposição descrita em II Samuel (11, 8) é apresentado um pensamento sob forma figurada, o rei Davi faz este pedido a

Urias, o heteu: “Desce à tua casa e lava os teus pés”. A ideia por trás dessa sugestão esconde o incentivo ao soldado para dormir com sua mulher. Sobre isso Adeyemo (2010, p. 395) observa: “Preocupado em esconder seu pecado... Davi fingiu interesse no progresso da batalha e então dispensou Urias para descer à sua casa, sugerindo inclusive que tivesse relações sexuais com a esposa, como se percebe pelo eufemismo hebraico: lava os pés”. No fundo o pedido do monarca buscava ocultar os desajustamentos e as consequências da sua conduta (e de Betsabeia) durante a ausência do servo heteu.

O apóstolo Paulo, em I Timóteo (5, 10), também descreve este gesto (“lavar os pés”) como sendo a comprovação das atitudes convenientes às viúvas inscritas pela Igreja: “se tiver em seu favor o testemunho de suas belas obras, criou filhos, foi hospitaleira, lavando os pés dos santos, socorreu os atribulados, aplicou-se a toda boa obra”. Eis os frutos das boas ações feitas por essas mulheres. O relato apresenta costumes hospitaleiros praticados durante uma vida de dedicação ao próximo. São vestígios das práticas de senhoras que colocavam a casa e os serviços à disposição dos hóspedes, os novos e temporários integrantes do lar. A abnegação aqui era algo muito valorizado pelos cristãos de outrora, haja vista que naquela época, além de as viagens serem perigosas, não era seguro passar a noite em qualquer lugar, o acolhimento de uma família poderia salvar a vida do refugiado. Ainda hoje o amparo de um necessitado também é considerado reflexo da caridade que ainda subsiste nos dias atuais.

É importante informar a distinção contida no grau de estima que a religião cristã católica dá aos pés descalços em comparação com a religião judaica. A primeira se apoia nas descrições do Segundo Testamento, enquanto a segunda se baseia no Primeiro Testamento. No cristianismo, vemos os pés descalços presentes nos dois exemplos mencionados na Via Sacra, recordando os passos do Messias da condenação ao martírio, como na já mencionada Procissão do Senhor dos Passos realizada em várias partes do Brasil. O cristianismo soube, ao longo dos séculos, lidar bem com esses gestos, porém não os adotou como um requisito indispensável em seus cultos. A prática, ou não, está a critério dos fiéis. Os seguidores cristãos tentam “trazer” novamente a lembrança do Pastor de “ovelhas”, o Eterno Cristo, que, ao executar essa ação, a faz por obediência ao Altíssimo em seu trajeto de aflição e martírio, de condenação injusta, padecimento na cruz e óbito em benefício da libertação dos humanos, dos pobres escravos do pecado, algo muito maior do que a libertação dos israelitas da garra dos egípcios feita pelo pastor Moisés. No caso dos cristãos, quando comparamos os gestos dos pés descalços praticados por ambos os profetas, apesar de semelhantes, o mais importante foi feito pelo Messias Jesus. Moisés apenas mostrou o poder de Deus por trás dos seus gestos,

enquanto o Emanuel (Deus conosco) realizou com seus atos e palavras a graça divina aqui na Terra.

Ainda no Segundo Testamento, temos uma outra associação feita aos pés descalços diferente das práticas cristãs supracitadas. Ela se encontra na narração de Lucas (15, 22) da parábola conhecida como *o filho pródigo*. Este, retornando à sua antiga casa desprovido de recursos e arrependido, encontra o seu pai longe da habitação com os braços abertos e pedindo aos empregados vestes e calçado para os pés nus. “Ide depressa, trazei a melhor túnica e revesti-o com ela, ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés”. Aqui há um simbolismo de mudança de status, de escravizado faminto para filho querido, de hóspede inconveniente a convidado digno e esperado há muito tempo. Os itens exigidos pelo pai simbolizavam honra em detrimento da escravidão na qual o filho se encontrara antes, algo constatado pelos andrajos e os pés desnudos. Gower (2002, p. 15), em sua descrição generalizada sobre o estilo de vida dos tempos bíblicos, menciona que os pobres na época, devido a suas condições econômicas, quase sempre andavam descalços, enquanto outros usavam sandálias simples.

Durante muito tempo, intérpretes judeus e simpatizantes de textos religiosos utilizaram-se da exegese nos seus estudos bíblicos a fim de obterem respostas aos assuntos da fé. Muitas interpretações foram criadas ao longo da história em torno das principais personalidades bíblicas. Um dos mais notáveis personagens da Torá judaica ou do Pentateuco cristão é o profeta, pastor e guia Moisés. A narrativa sobre Moisés, segundo Josefo (2004, p. 86) demonstra o homem: “cuja virtude seria admirada por todo o mundo, pois aumentaria a glória de sua nação e humilharia o Egito, e cuja interpretação seria imortal”. A previsão do profeta egípcio e as descrições contidas no Pentateuco foram passadas oralmente durante anos, ao longo de gerações, pelos ancestrais do povo hebreu. A previsão comenta sobre o nascimento, a saída da terra natal, a convivência com os egípcios, a fuga e o retorno de um homem escolhido para libertar o povo pertencente ao seu Deus. Em síntese, pode-se dizer que toda a história da libertação dos israelitas no Egito teve início com o sim de Moisés no monte Horebe, após ver a sarça ardendo em fogo sem se consumir, retirar as sandálias, pisar na terra santa, livrar-se dos medos e sair para cumprir seu destino. A humildade e confiança de Moisés foram tamanhas que o seu gesto ultrapassa milênios, conseguindo influenciar na contemporaneidade várias tradições religiosas. Elas repetem seu gesto como o sinal de simplicidade, reverência, humildade, para ir ao encontro do Deus onisciente - o Ser divino que primeiro atrai um pastor através da sarça ardente e depois lhe dá uma recomendação de

observância na vida e posteriormente a de libertação do seu povo. Na descrição do Êxodo (3,5) Ele disse: “Não te aproximes daqui; tira as sandálias dos pés porque o lugar em que estás é uma terra santa”. Em sua interpretação, Cascudo (2002, p. 461-462) comenta que essa foi a primeira recomendação litúrgica feita a um guia, cujo objetivo final era o de levar o povo eleito para a terra prometida. Daí sua ponderação:

“Mandando Moisés descalçar-se, para dar uma visão assombrosa do lugar sagrado, Jeová empregou indicação corrente e popular no Egito, dando sugestão material e visível para alcançar o invisível e o abstrato, talqualmente realiza a liturgia católica, tornada mais superficial e compreensível com o II Concílio Vaticano. Doutra forma, naquele tempo, Moisés não compreenderia”.

Na montanha onde o pastor estava ocorre o evento sobrenatural, cujos aspectos revelaram ser pontual e delimitado, algo que transformou o solo onde Moisés pisava em um espaço sagrado. É notório que Moisés, ao retirar as sandálias, reconheceu por direito a superioridade estabelecida pela presença do Deus de seus antepassados sobre a sua vida e posteriormente sobre todo o povo hebreu escravizado no Egito. Para Sellin e Fohrer (2007, p. 180): “A conexão da tradição de Moisés com o episódio do Êxodo e com o acontecimento do Sinai passou a ter como finalidade justificar as pretensões de Javé a respeito de Israel e indicar as obrigações deste para com Javé”. Essa experiência única e memorável estabeleceu um comprometimento do homem com as causas divinas. Elevou o pastor ao “cargo” de profeta e libertador da nação. Cascudo (2002, p. 200), dando ênfase a essa determinação proveniente do “Eu Sou” diante do servo Moisés, faz uma comparação com as ordenanças reais destinadas aos serviçais:

[...] O que os soberanos exigiam era, descalçando-se o vassalo, atitude desigual ante o poder real. A sola do sapato interrompia a comunicação, isolando o homem, como fazendo-o escapar à jurisdição divina do Rei, senhor da terra e dono dos poderes. Calçar-se com sua autorização, era estabelecer um nível mais próximo à grandeza da majestade.

Cascudo revela que não era adequado para o subordinado permanecer calçado diante do monarca, a possibilidade desse ato só deveria ser conveniente quando permitido pelo rei. De modo semelhante temos, na história da escravidão negra no Brasil fatos nos quais as sandálias ou calçados estavam “ligados” às pessoas livres, ter tais objetos seria um símbolo de “encaixe” do negro simples na sociedade colonial. Associação semelhante foi feita por Lopes (2014, p. 262) ao dizer: “[...] os sapatos eram, para o negro, o símbolo de sua libertação e de

seu nivelamento aos brancos”. Os pés desnudos foram durante muito tempo a representação humilde da condição servil.

A associação da humildade e veneração presente no gesto do descalça-te é vista também em diversas passagens contidas nas Escrituras Sagradas de judeus e cristãos. A exemplo, temos a semelhança do gesto feito pelo sucessor de Moisés, o jovem Josué, quando se encontrava em Jericó. Do mesmo modo que seu antecessor, pisou com os pés desnudos em um lugar santo e prostrou-se em sinal de reverência, reconhecendo a supremacia do Deus onipotente através da presença mística existente no local. Assim, em resposta ao seu questionamento, ele obedece ao pedido do chefe do exército de Iahweh, conforme a descrição apresentada no livro de Josué (5, 13-15): “Descalça as sandálias dos teus pés, porque o lugar em que pisas é santo”. Diante do comandante celestial, o guerreiro Josué adota uma postura de adoração e obediência, escuta as instruções divinas e em seguida se prepara para conquistar a cidade fortificada. Sob outro ponto de vista, os pés desnudos podem ser vistos na narrativa contida no livro de Rute (4, 7-8), onde Booz resgata a moabita junto com o terreno através da lei do levirato, momento esse expresso na simbologia contida no gesto do outro homem em lhe entregar as sandálias de uso, ficando descalço na porta da cidade, efetuando o acordo entre ambos diante do povo.

Ora, antigamente era costume em Israel, em caso de resgate ou de herança, para validar o negócio, um tirar a sandália e entregá-la ao outro; era esse o modo de testemunhar em Israel. Disse então a Booz aquele que tinha o direito de resgate: “adquire-a para ti”, e tirou a sandália.

Esse gesto concretizava um contrato (transferência de propriedade) num tempo em que não existiam escrituras e prevalecia a lei de herança para o parente mais próximo. Conforme as descrições contidas no livro de Levítico (25, 23), os judeus da época ainda acreditavam que a terra não deveria ser vendida perpetuamente, pois pertencia a Iahweh e o ser humano eram apenas hóspedes. A retirada e entrega do calçado a outra pessoa, ficando conseqüentemente com os pés no chão, seria a representação simbólica da desfeita do terreno, da mulher e outros itens vinculados ao nome do finado. De fato, esta ação tinha validade legal quando feita diante da comunidade. Caso oposto ao mencionado se encontra no livro de Deuteronômio (25, 9-10), quando a lei do levirato é exposta, alertando os israelitas para um caso específico: quando dois irmãos morassem juntos, se o casado viesse a falecer (sem deixar filhos), deveria por obrigação o cunhado casar com a viúva e conceder herdeiros em honra ao nome do falecido.

Caso ele recusasse essa união, a mulher deveria procurar os anciãos e tomar as seguintes medidas:

“[...] então a cunhada se aproximará dele na presença dos anciãos, tirar-lhe-á a sandália do pé, cuspirá em seu rosto e fará esta declaração: “É isto que se deve fazer a um homem que não edifica a casa do seu irmão”, e em Israel o chamarão com o apelido de “casa do descalçado”.

A sandália seria a simbologia das posses e bens pertencentes ao falecido, retirá-la significaria eliminar o direito do irmão de herdá-la, consecutivamente a cunhada estaria livre para casar-se com um estranho à família. Sobre isso Clifton Allen (1994, p. 549) informa: “Possivelmente, embora não com toda certeza, a sandália ou sapato em si simbolizava o direito de o proprietário pisar na terra”. Doar ou retirar esse item faria parte da “declaração de herança” destinada a alguém merecedor, no caso de Booz, o parente resgatador. Todavia, Sellin e Fohrer (2007, p. 100-101) denominam esse feito de “axiomas jurídicos no direito privado”, ou seja, as normas legais às quais o povo Hebreu de outrora estava submetido.

Em outra parte das Escrituras, denominada de Livros Proféticos, existem relatos nos quais os pés desnudos aparecem em diferentes situações. Na passagem do livro de Ezequiel (24, 17-18), o Deus de Israel dirige a palavra ao profeta: “Geme em silêncio, não ponhas luto por mortos. Cobre-te com o teu turbante e usa as tuas sandálias, não cubras a barba, nem comas o pão ordinário”. Aqui temos outra vertente hermenêutica do gesto retirar as sandálias entendido, então, como um sinal de tristeza, algo emotivo presente nos velórios. Pensando nisso, o Eterno pede a Ezequiel que evite tais gestos fúnebres de modo a servir de advertência à população de Jerusalém sobre os tormentos futuros, frutos dos erros e culpas dos infiéis. As lamúrias contidas nessa gesticulação são descritas também pelo profeta Miqueias (1, 8): “por isso eu me lamentarei e gemerei, andarei descalço e nu, lançarei lamentos como os chacais, e gemidos como os filhotes de avestruz”. Nessa passagem o profeta descreve as maneiras pelas quais ele demonstraria suas angústias e lamento sobre os acontecimentos futuros que recairiam sobre Jerusalém, Samaria e outras cidades da região. Seu aspecto despojado e abatido servia de alerta aos eventos vindouros, calamidades às quais a população estaria sujeita. Essa ação profética em ficar com os pés e o corpo desnudo fora realizada por diferentes servos de Iahweh segundo as descrições bíblicas. No livro de Isaias (20, 2-4) é possível ver o profeta falar e atuar pelo nome do Deus de Israel, alertando seu povo para depositar sua confiança somente no Deus vivo e não em potências estrangeiras, por isso fez previsões sobre a vitória da Assíria perante dois inimigos:

Falou Iahweh por intermédio de Isaías, filho de Amós, e disse: “Eia, tira o pano de saco de sobre os teus lombos, e descalça as sandálias dos teus pés”. Ele assim fez, andando nu e descalço. Então disse Iahweh: Da mesma maneira que o servo Isaías andou nu e descalço, durante três anos - sinal de presságio que diz respeito ao Egito e a Cuch -, dessa maneira o rei da Assíria levará os cativos do Egito, e os exilados de Cuch – jovens e velhos – nus e descalços, com as nádegas descobertas - vergonha do Egito!

Cumprindo a ordenança divina, o profeta andou despido e com os pés nus durante anos, eis uma pequena representação de como os cativos ficariam diante da situação imposta pelos novos governadores da região. A vergonha faria parte do sofrimento do povo, Isaías compartilhou tal pesar quando antecipadamente seguiu as determinações dirigidas pelo seu Senhor. Ao comparar essas passagens cujo vínculo com os pés descalços seria a representação de lamúria, temos algo parecido realizado não por profetas, mas pelo rei Davi, quando ele fugia dos planos em andamento do Golpe de Estado efetuado pelo seu filho Absalão com apoio de partidários de Israel. O rei, ao saber da conspiração e da guerra por vir, faz uma retirada estratégica aos prantos: “subia Davi chorando, pela encosta das Oliveiras, a cabeça coberta e os pés descalços e todo o povo que o acompanhava tinha a cabeça coberta e subia chorando” (II Sm 15, 30). Os pés nus aqui são vistos como sinal de profundo pesar, fruto do sentimento de tristeza que se abateu sobre o rei e seus servos diante da situação desagradável imposta por Absalão. É importante frisar a existência de outras passagens bíblicas que fazem menção ao uso dos pés desnudos, não como algo prático, mas sendo exemplo de metáforas relacionadas aos infortúnios destinados ao povo de Israel, caso esse povo não reconhecesse seus pecados e voltasse para o Deus Único, a exemplo de Jr 2, 25 e Ez 16, 10, em que Jerusalém é simbolicamente apresentada como uma mulher que nasceu na pobreza, cresceu e foi protegida, enfeitada e calçada pelo seu benfeitor, saiu de sua condição desvalorizada, cometeu diversos erros, mas pôde ainda ser perdoada.

Observando a riqueza contida no significado e na utilização do gesto descalça-te, conforme a ordenança divina diante de Moisés, ou ainda na maneira simples de viver ou adotar o estilo de vida dos pés descalços pelos outros profetas dos tempos bíblicos, vemos a cultura judaico-cristã que se estendeu pelo Brasil instituir normas e devoções europeias, fundamentadas na Torá ou na Bíblia cristã. A base dos ensinamentos se encontra no decálogo apresentado por Moisés ou, de forma mais resumida e consistente, nos dois preceitos descritos no evangelho narrado por Mateus (22, 36-39): “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu espírito, esse é o maior e o primeiro mandamento.

O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Esses princípios são centrais, neles a fé monoteísta é sustentada. São regras às quais Jesus Cristo deu ênfase, algo confirmado pelo também evangelista Lucas (10, 25-28), e pelas quais Jesus viveu e morreu. Essas descrições, que remontam aos ensinamentos do Mestre cristão, são geradoras de atitudes da crença em um único Deus, e da união por parte da boa convivência mútua, ou seja, são as grandes obrigações com o divino e a humanidade, as pedras fundamentais para a construção de um mundo melhor.

Apesar das similaridades observamos adaptações coerentes com as riquezas culturais de cada região brasileira. Dentro do cristianismo há dois bons exemplos sobre os pés desnudos os quais remetem a atos feitos por Jesus Cristo, seriam: o lava-pés e o caminho da via dolorosa. Ambas as representações podem facilmente ser vistas nas celebrações cristãs mais conhecidas como Missa de Lava-Pés ou nas Procissões dos Passos. A primeira está relacionada com os aspectos de humildade e servidão e a segunda faz referência aos instantes dolentes sofridos por Jesus Cristo desde a condenação até o calvário. Nesse segundo “cenário” (imagem 9), várias pessoas percorrem o caminho durante as procissões com os pés desnudos em uma forma de penitência por alguma falta cometida. Outros, no entanto, fazem-no como sinal de agradecimento por um desejo realizado.

Imagem 9 – Procissão no Círio de Nazaré



Fonte: ALCORTA, 2014.

Câmara Cascudo (2002, p. 199) observou, ao longo dos seus anos de vida, a força desse ato religioso na liturgia católica durante a “Sexta-Feira da Paixão”, quando padres e

ministros se descalçam para a adoração da cruz. Sua visão ainda recai sobre países europeus cujo gesto é praticado por incontáveis fiéis durante as procissões do período pascal:

Nenhum de nós deixou de ver, nos países católicos, homens e mulheres acompanhando procissões com os pés descalços em satisfação de promessa ou penitência. Na procissão do encontro, na primeira sexta feira antes da Sexta-Feira da Paixão, é de fácil encontro essa tradição. Nas peregrinações e romarias em Portugal e Espanha os que acompanham sem sapatos, por devoção, são incontáveis. Não houve ideia mais viva de reforma purificadora que denominar aos Carmelitas “descalços” embora se refira à ausência das meias nas alpercatas.

O autor demonstra como nessa tradição os pés desnudos chegam a ser um elemento característico para os pagadores de promessas. Essas expressões coletivas, capazes de “vivenciar” os caminhos percorridos por Cristo, feitos pelos seus devotos durante séculos, são representações da fé popular baseada nos ensinamentos da Igreja. Como exemplos, temos a cidade de Ovar em Portugal, onde é possível observar um calendário com várias procissões quaresmais que remontam ao século XVII. No Brasil, essas informações podem ser comprovadas nas “procissões das vias-sacras” ou romarias ocorridas ao longo do território nacional. Algumas possuem detalhes interessantes como a de Fogaréu no município de Goiás (Goiás Velho), onde ocorre a representação da prisão de Jesus de Nazaré pela guarnição de Roma, composta por cerca de quarenta homens descalços, encapuzados e portando tochas acesas. Todas essas encenações são adaptadas do Evangelho de João (capítulos 18 e 19) e dos evangelhos sinóticos (Marcos, Mateus e Lucas).

É interessante observar, na análise dos pés descalços contida na Bíblia cristã, as diferentes interpretações que gera ao seu público quando se analisam determinadas passagens que mencionam esse gesto em diferentes contextos. No Segundo Testamento podemos encontrar passagens utilizadas nas celebrações da Igreja Católica Apostólica Romana que dão significados e legitimidade à via-sacra cristã (Mt 26-27; Lc 22-23, além das supracitadas). As missas de lava-pés (imagem 10) trazem à memória o instante em que o Senhor Jesus Cristo demonstra sua disposição para servir ao descalçar os discípulos e lavar-lhes os pés. De modo semelhante o presidente dessa celebração católica executa com humildade o gesto praticado pelo seu Senhor. Durante um determinado período da missa o padre lava e seca os pés de doze pessoas que representariam os doze discípulos de Jesus. Em muitos lugares essa celebração ocorre na quinta-feira e abre o tríduo Pascal, que faz alusão a paixão, morte e ressurreição do Cristo. Nas descrições bíblicas do evangelho de João (13, 4-5) diz: “levanta-se da mesa,

depõe o manto e, tomando uma toalha, cinge-se com ela. Depois põe água numa bacia e começa a lavar os pés dos discípulos e a enxugá-los com a toalha com que estava cingido”.

Imagem10 – Missa de Lava-pés



Fonte: PAROQUIA DE SANTO ANTÔNIO, 2017.

O Messias cristão, ao executar esse gesto, traz à memória dos seus discípulos o bom costume da tradição judaica, servir com generosidade o seu próximo, ser hospitaleiro e dedicado às causas que tendem a aproximar um ser humano do outro. A ideia aqui é ter humildade acima de quaisquer sentimentos ou atitudes egoístas. Dessa maneira Jesus vai de um extremo ao outro, saindo da condição de mestre, se torna escravo diante dos súditos. Nas palavras de Adeyemo (2010, p. 1313-1314):

Ele não apenas estava vestido como um escravo: estava também fazendo o trabalho de um escravo. Lavar os pés era uma tarefa tão servil que nem os mestres incumbiriam seus discípulos de realizá-la.... Esse ato implica reconhecer-se como escravo ou servo daquele cujos pés estamos lavando, mas ninguém deve ser apenas servo. Os discípulos de Jesus devem lavar os pés “uns dos outros”, ou seja, todos devem lavar os pés de todos. Jesus declarou que esse ato era uma obrigação que os discípulos tinham uns para com os outros, e o uso do tempo presente indica tratar-se de uma obrigação contínua, não de algo a ser feito uma única vez.

Se o melhor exemplo deve vir do mestre, então não existe ninguém mais perfeito para realizar algo tão simbólico e exemplar. Só assim, “vendo para crer”, os discípulos tentariam colocar em ação a máxima “amar ao próximo como a si mesmo”. É notável que Jesus não instituiu o lava-pés como ordenança, ou uma espécie de ritual a ser feito cotidianamente, ele queria seguidores humildes, pessoas prontas para se sacrificarem em serviço do outro. Jesus não deu um novo significado ao gesto, apenas demonstrou que servir ao próximo é o verdadeiro jeito de demonstrar seu apreço por ele. Na análise de Cascudo (2003, p. 101): “o lava-pés fora cerimônia inicial de hospitalidade, acolhida, boas-vindas, indispensável por todo o oriente”. Apoiando e ampliando essas ideias, Gower (2002, p. 245) informa que essa atitude de lavar os pés dos convidados era feita antigamente por escravos que removiam as sandálias para um servo executar essa tarefa bem como para evitar de trazer o pó apanhado ao longo do caminho para dentro da casa.

O “descalça-te”, nas tradições Judaico-cristãs através de seus escritos da Torá ou da Bíblia, nos apresenta diferentes situações em que os “pés descalços” são utilizados revelando a crença em um Deus único capaz de realizar os mais diferentes e notáveis prodígios. Sua análise a partir de Câmara Cascudo, apesar de limitada, serve como uma seta capaz de indicar o porquê de tantos caminhos e interpretações religiosas ao redor do gesto simples e tão notável. Tal gesto pode servir desde momentos alegres e festivos, passando por cumprimento de um dever ou gesto substituto de escrituras, sendo também uma representação de algo humilde ou subserviente, além de poder ser utilizado em cerimônias como missas, cultos, encontros religiosos e gestos fúnebres.

É necessário ter uma reflexão sobre as condições históricas que se apresentam no horizonte do conhecimento entre a prática e as teorias por trás dessa gesticulação, principalmente quando tais questionamentos recaem sobre as culturas judaica e cristã, que buscam atuar no dia a dia de acordo com as palavras da Escritura Sagrada.

Após observar o gesto dos pés descalços nas culturas acima mencionadas, se faz necessário apontar algumas descrições para conhecermos melhor sobre a importância desse gesto nos ritos de diferentes tradições.

2.5 A prática dos pés-descalços em outras tradições religiosas

Buscando encontrar os pontos em comum nos quais o gesto dos pés descalços se faz presente em diferentes tradições religiosas, apontaremos neste trabalho algumas delas, mencionadas em diferentes mitologias e praticadas sob algumas denominações que não foram abordadas anteriormente neste trabalho. De acordo com Kung (2004, p. 16): “Não obstante, apesar de todas as diferenças de crença, de doutrina e de ritos, também podemos perceber semelhanças, convergências e concordâncias”.

A prática dos pés descalços na tradição islâmica²¹.

O sagrado livro dos muçulmanos, o Alcorão, apresenta-nos verdades pelas quais é estabelecida a prática ritual de retirar os calçados para se poder adentrar o lugar sagrado, a mesquita, com os pés descalços ou usando apenas meias. Essa prática é realizada por todos os fiéis ou visitantes antes de entrarem nesse recinto sagrado. Certas condições especiais, como a mencionada na 5ª Surata (Al Maida, 6), do Alcorão, revelam que Allah não impôs carga alguma, mas a purificação do corpo, “Wudhu”, realizada pelos fiéis que se dispuseram a fazer abluções preparatórias antes da oração (lavar o rosto, as mãos, os pés), é uma forma de agradecimento ao Deus Misericordioso:

Ó crentes, sempre que vos dispuserdes a observar a oração, lavai o rosto, as mãos e os antebraços até aos cotovelos; esfregai a cabeça, com as mãos molhadas e lavai os pés até os tornozelos. E, quando estiverdes polutos, higienizai-vos; porém, se estiverdes enfermos ou em viagem, ou se vierdes de lugar escuso ou tiverdes tocado as mulheres, sem encontrardes água, servi-vos do tayamum com terra limpa, e esfregai com ela os vossos rostos e mãos. Allah não deseja impor-vos carga alguma; porém, se quer purificar-vos e agraciar-vos, é para que lhe agradeçais.

Em outras circunstâncias, quando ocorrer a falta de água, a indicação é a de esfregar-se com areia ou terra limpa, pois essa prática, chamada *tayamum*, é condizente com o ritual de higienização muçulmano.

²¹ A Religião Islâmica descreve sua origem baseada nos eventos sucedidos no início do século VII E.C. na cidade árabe de Meca, local esse onde Maomé (o Profeta) recebeu parte das revelações divinas que culminaram posteriormente nas descrições contidas no Sagrado Alcorão.

Luís da Câmara Cascudo (2002, p. 198) nos informa que na tradição islâmica o “descalça-te” é algo típico, uma recomendação necessária, tendo os fiéis de deixar na linha do umbral os chinelos e sapatos para, posteriormente, entrarem nas mesquitas e realizarem suas orações (imagem 11). Esse elemento característico diferente de outros tantos que desaparecem ou se transformam é praticado há mais de treze séculos de modo imutável nos cerimoniais do mundo muçulmano. Retirar os calçados é reconhecer a força de Alá naquele ambiente sagrado. Uma maneira de se respeita as normas mencionada pelo Benevolente no Alcorão.

Imagem 11 – O culto muçulmano



Fonte: FELDMAN, 2012.

Tal ato é o reflexo do gesto feito por Moisés, narrado pelo anjo ao profeta Maomé, ambos servos de Alá, escolhidos pelo Misericordioso, a fim de darem à humanidade (os tementes) as graças de lerem o que lhes fora revelado. No Alcorão, mais especificamente na 20ª Surata, (Taha, 9-15), há descrição do evento:

Chegou-te, porventura, a história de Moisés? Eis que viu algo como fogo, e disse a sua família: Permanecei aqui, porque lobriguei algo como fogo; quiçá vos traga dele uma áscua ou, por outra, ache ao redor do fogo alguma orientação. Porém, quando chegou a ele, foi chamado: Ó Moisés, Sou teu Senhor! Tira as tuas sandálias, porque estás no vale sagrado de Tôua. Eu te escolhi. Escuta, pois, o que te será inspirado: Sou Allah. Não há divindade além de Mim! Adora-Me, pois, e observa a oração, para celebrares o Meu nome, porque a hora se aproxima – desejo conservá-la oculta, a fim de que toda a alma seja recompensada segundo o seu merecimento.

Nessa descrição é apresentado o início da história espiritual de Moisés. A sua trajetória de vida é narrada nessa Surata e em outras no Alcorão. Essa narrativa, no geral, segue o mesmo contexto proposto pela perspectiva da Bíblia judaico-cristã, tornando Moisés um guerreiro, libertador e servo obediente do Misericordioso. Gower (2002, p. 250). Observa-se que “a remoção dos sapatos era, portanto, marca de consideração e respeito”. Concordando com Gower, Cascudo (2004, p. 199) informa que o sapato elevava a postura do ser humano, por isso ganhou atenção especial “desde a antiguidade remota”, quando o “Eu Sou” ordena a retirada do calçado por Moisés, ao mesmo tempo em que Ele convida o pastor a reconhecer não apenas o espaço sagrado, mas também sua humildade e obediência perante o Soberano.

Quanto à tradição muçulmana em seguir esse gesto mosaico, não se trata apenas de “imposição” ou orientação religiosa, mas prudência e higiene no local sagrado, a mesquita. Não por acaso, existem as recomendações contidas na 24ª Surata (An Nur, 31) e na 33ª Surata (Al Ahzab, 59), reveladoras das instruções necessárias para as mulheres em conservarem seus pudores e não mostrarem seus atrativos. Assim, deveriam se cobrir adequadamente, não baterem os pés no chão ou agitarem os pés, evitando serem molestadas, atraírem olhares alheios ou criarem situações inconvenientes; tais atitudes serviriam de distinção entre as mulheres muçulmanas quando equiparadas às de outras religiões. Em uma outra passagem na 27ª Surata (An Naml 23-44), podemos observar como os pés descalços e as pernas, caso fossem mostrados por uma mulher em público, seriam considerados prática incomum e pouco dignificante. A Rainha de Sabá, chamada Bilquis (na tradição árabe), cometeu esse incidente quando, ao entrar no palácio de Salomão, o rei de Israel, recolheu a saia, deixando descoberta parte das pernas. Ao ser informada de que pisava em um palácio de cristal, brilhante como água, reconheceu o equívoco ao imaginar que no piso havia água, e foi, junto com Salomão, consagrar-se a Allah.

Concomitantemente, o Alcorão recomenda que tanto os homens quanto as mulheres muçulmanas devam se vestir de modo a não chamarem atenção; um princípio há muito tempo respeitado por diferentes tradições islâmicas. Conforme já mencionado anteriormente, a

condição pela qual os pés descalços eram aceitáveis seria a dos escravos. Homens e mulheres abastados não eram vistos com “bons olhos” quando bem trajados e não usassem calçados correspondentes ao seu poder aquisitivo.

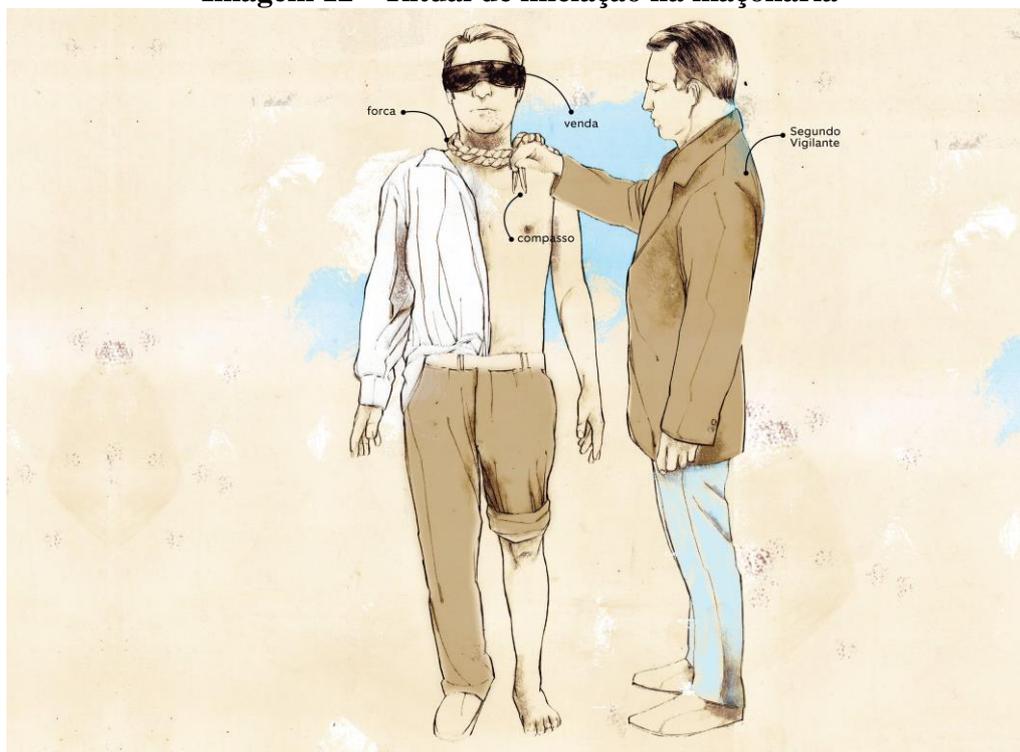
O calçado, na tradição islâmica, ganhou este valor de respeito a partir da ideia do profeta Abraão, o criador desse objeto “divisor de classe”. Seguindo a tradição oral muçulmana, Hanauer (2005, p. 35) comenta que Abraão, o patriarca de três grandes religiões monoteístas - judaísmo, cristianismo e islamismo, foi o responsável, entre tantos feitos, de ser “o inventor das sandálias, pois antes dele as pessoas andavam descalças”. Esse artefato se tornou não apenas algo útil no dia a dia para os pastores e demais pessoas que percorriam grandes distâncias a pé. Apesar de a tradição oral conceder esse título de inventor ao patriarca, não foi possível comprovar sua veracidade.

A Maçonaria e o contexto para o uso do pé descalço

Na sociedade secreta denominada maçonaria²² existe um ato no qual o pé descalço aparece como elemento dentro de um conjunto ritualístico que demonstra sinal de humildade por parte do candidato iniciado nessa organização. O gesto é praticado em um dos rituais antigos de iniciação, denominado “desnudamento” (imagem 12). Nele, a princípio, o pretendente ficava despido e usando o avental, hoje, permanece no ambiente seminú, não totalmente nu nem completamente vestido, a fim de, como simbolismo, retratar a humildade e a personalidade incompleta. Assim, o principiante é conduzido por uma autoridade da entidade, consciente de que não está usando trajes adequados para ir ao templo ou se apresentar diante dos membros maçônicos.

²² Segundo Knight e Lomas (2002, p. 17 e 192), a Maçonaria é "Um sistema peculiar de moral, oculto por alegorias e ilustrado por símbolos". Sua base de fundação ocorreu em meados do século XVII em Londres, na Inglaterra, onde fora estabelecido o dia e horário de encontro dos novos pensadores.

Imagem 12 – Ritual de iniciação na maçonaria



Fonte: TOMA, 2016.

Essa prática é vista nas cerimônias de inserção na ordem, conforme comenta Couto (2009, p. 79) em seu *Dicionário Secreto da Maçonaria*:

Em épocas mais antigas, entrar num Templo com os pés descalços e a cabeça descoberta era considerado um ato de desrespeito. Na Maçonaria, o candidato deve passar por uma cerimônia de iniciação, denominada Descalçamento. Nela o candidato retira o calçado do pé direito e ingressa na Câmara das Reflexões usando tênis (antes não era usado nada nos pés). Não se trata, entretanto, de algo que o candidato faça por si mesmo: ao contrário do ingresso em mesquitas ou sinagogas, o calçado aqui deve ser retirado pelo Mestre de Cerimônias ou por outras autoridades maçônicas. Esse gesto significa humildade e contrição (arrependimento dos pecados).

Esse ritual de abertura a um novo conhecimento é costumeiro nas descrições sobre a maçonaria e, dependendo do local onde ocorre, acontecem algumas alterações – como a remoção durante o ritual do calçado de um dos pés, seja esse o direito ou o esquerdo, porém a “essência” do cerimonial é preservada. O fato de ter que usar uma venda nos olhos e retirar (em determinadas lojas maçônicas) apenas um calçado para pisar com o pé descalço no chão representa o caminhar dificultoso e manco no qual esse profano estava. Por isso, é necessário terminar essa marcha para alcançar o caminho correto em direção à luz, a passagem para o

conhecimento. Há a necessidade de esse neófito ser guiado, para ir ao encontro da ciência, ao aperfeiçoamento moral e espiritual pretendido por todos os maçons.

Knight e Lomas (2002, p. 12 e 14) descrevem os aspectos contidos na formalidade desse evento no livro *A chave de Hiram*, apresentando informações idênticas, já que os dois autores passaram por momentos parecidos quando aderiram ao grupo maçônico. Em vez de usarem o tênis, como mencionou Couto, eles usavam um simples chinelo em um dos pés. Dessa maneira foi possível prosseguir no ritual ao qual estavam submetidos os aprendizes maçons (1º grau). Após serem aceitos e estando preparados para ascenderem ao 2º grau, eles usavam as mesmas vestes determinadas no primeiro ritual, porém agora apresentam o pé direito exposto a todos. Muito mais que o respeito para com o grupo, esses ritos representam também a abertura ao conhecimento, a humildade perante o outro e a confiança na entidade da qual se pretende fazer parte.

Wicca e o significado dos pés no chão

A Wicca²³ é uma religião antiga praticada por muitos devotos da mãe natureza. Entre suas divindades, existem a deusa-mãe e o deus cornuto. Seus cultos podem ser feitos em vários lugares, pois a natureza é o seu grande templo. Algumas práticas ritualísticas não são feitas de modo generalizado por todos os integrantes (conforme ocorre em determinadas religiões monoteístas), por isso ficar com os pés descalços é uma opção a ser feita entre os fiéis durante os rituais. Tal prática não é de modo algum uma imposição aos devotos, sendo feita apenas pela escolha pessoal. A imagem 13 demonstra uma dança realizada por membros dessa religião em honra a sua deusa. A sintonia dos seres humanos com a Mãe Terra proporciona durante o ritual uma conexão mágica entre ambos.

Há aqueles que preferem ficar calçados e com suas vestes apropriadas à ocasião, as chamadas roupas cerimoniais, outros permanecem descalços durante as celebrações, alguns, porém, preferem fazer seus rituais nus. Para Prieto (2009, p. 356): a esta última atitude “diz-se que ele está vestido de céu ou com as vestes da lua”. Porém, em ambos os casos, nada é um

²³ Para Claudiney Prieto (2009, p. 8) A Wicca é uma religião de mistérios e veneração à natureza com suas crenças, práticas e profunda filosofia centradas nas forças da natureza. Atualmente é conhecida como a bruxaria moderna.

empecilho para que a energia da Deusa flua no ambiente onde acontece o culto, pois tudo provém dela, até mesmo os materiais pelos quais foram feitas as roupas e os calçados.

Imagem 13 – Dança circular em honra à Mãe Terra



Fonte: CASTRO, 2016.

A ideia da existência de uma troca de energia entre a terra e o ser humano é bem antiga. Durante muito tempo, tais conceitos serviram como interpretação sobrenatural de forças que poderiam ser consideradas sagradas ou não. E dessa forma a prática foi feita por inúmeros povos. Segundo Cascudo (2004, p. 551) quando: “o homem sentiu na natureza a presença de forças conscientes e poderosas, *wakan* dos sioux, *orenda* do iroqueses, *manitu* dos algonquinos, *mana* dos melanésios, *arangkila* ou *boilia* dos australianos..., fixando-se em entidades superiores ou entes humanos”. É esse sentimento de pertencimento e de dependência da energia da Terra que entusiasma os fiéis a cultuarem a natureza em suas várias estações e nos mais diferentes lugares, onde possam, eles mesmos, experimentar as energias concedidas pela deusa-mãe através da experiência ritualística.

A visão cristã pregada durante a Idade Média sobre essa relação do ser humano com a natureza, era em grande parte deturpada por membros importantes da religião dominante da época, e esse ponto de vista era disseminado aos seus seguidores. Isso ficava notório quando se referia a análise do culto de outras denominações religiosas como o dos devotos da mãe-terra. Nos relatos exagerados dos inquisidores Kramer e Sprenger, descritos no *Malleus Maleficarum, parte III, Questão VIII* (1997, p. 415), tais conhecimentos e práticas, como o contato dos pés descalços com a terra, davam forças as feiticeiras e isso era considerado perigoso. Por isso, esse ritual (o contato dos pés com o solo) deveria ser evitado durante a

captura das mulheres que eram denominadas de bruxas. Muitos, por precaução, utilizavam uma cesta ou tábua na qual pudessem deixar a suspeita suspensa do chão, assim ela perderia o poder de guardar o silêncio sob exame, ou então se libertar, fulminando muitas pessoas com raios. Dessa maneira, muitos homens e mulheres foram pendurados enforcados ou queimados pelos tribunais da inquisição entre o século XV e o XVIII.

Outro aspecto em que se pode mencionar a utilização dos pés descalços na prática da magia é o seu funcionamento como uma espécie de repositório energético das forças perdidas durante a realização desse processo. Prieto (2009, p. 133) descreve que há duas formas capazes de restaurar o poder pessoal quando ela se esgota; a primeira seria descansar e a segunda corresponderia à absorção de energia de fontes naturais, como comida, ar, terra, água, fogo, o que seria traduzido em ações como cantar, dançar, ouvir música, andar com os pés despidos. “Quando sentir que seu reservatório energético encontra-se esgotado, abrace uma árvore ou ande descalço por algum tempo, sentindo a energia pulsante abaixo dos seus pés. Sinta esta energia entrando dentro do seu corpo e restaurando sua alma e corpo”. Dessa maneira, será fácil perceber que as “baterias estão carregadas”, ou seja, você estará completamente reenergizado.

Com o mesmo objetivo, Millenium (2004, p. 69 e 70) esclarece como o “andar de pés descalços na natureza é ótimo para equilibrar-se energeticamente”; algo indicado, especialmente pela tradição, nos festivais de Equinócio de outono (21/9 no Hemisfério Norte e 21/3 Hemisfério Sul), chamado de Mabon. Nesse evento, os seguidores da Wicca têm a convicção de que o Deus Sol está enfraquecendo seus raios e diminuindo sua luz, e as plantas e os animais passam por um período de adaptação, preparando-se para o frio que se aproxima. Isso é algo natural e faz parte do ciclo anual da mãe-terra que tanto adoram. Todavia, haveria algum outro conto, mito ou história que contemplasse tal relação de troca de energias da mãe terra com os humanos? E a qual tradição está vinculada?

A descrição dos pés descalços nas tradições europeias

Mitologia é o conjunto de narrações capazes de “comprovar”, envolver e revelar aos crentes o caráter misterioso presente nos acontecimentos da vida real, além de explicar o simbólico presente no sobrenatural. Ao longo da história dos seres humanos existiram várias mitologias desenvolvidas em diferentes contextos, entre elas a Mitologia da Suméria, egípcia,

nórdica, celta, romana, grega, dentre outras. Giuseppe Staccone (1991, p. 13) relata que “o pensamento mítico, no mundo grego, desenvolveu-se em duas etapas: primeiro, como divinização das forças da natureza, e, num segundo tempo, como antropomorfização dos deuses”. Não por acaso, é na mitologia que também encontramos a ligação dos seres humanos com a mãe-terra. Primeiramente, a partir dos desejos do divino, dos semideuses e da própria terra - no conto de Deucalião e Pirra, os ancestrais do ser humano e sobreviventes do dilúvio. Depois, no confronto entre forças, conhecimentos e agilidade de Hércules contra Anteu, filho de Geia.

Nesses casos, a terra não é apenas apoio ou base para a humanidade, ela é a fonte da energia, a força mantenedora da vida. Isso é o que Cascudo (2002, p. 462) nos revela:

“A terra, Gaia, Telus, Titéia, Cibele, a *kthón*, mãe dos deuses, mantenedora da vida organizada, era, em última análise, tudo para os antigos, os deuses que viviam debaixo da terra ou dirigiam a força da fecundação, da germinação, da conservação da existência vegetal e animal, eram decisivos oraculares. Orientavam as águas, o movimento do mar, guardando os ventos nas cavernas, o vôo das aves, a migração dos peixes, os animais, o alimento vegetal.

A Europa é uma região rica em mitologias que descrevem a ligação humana com a terra. Na Itália, existe um conto em que os pés descalços podem ser apreciados claramente; esse conto se refere à deusa Ferônia, a deidade do fogo e das fontes naturais de energia. Seus devotos, durante os cultos, tendo a finalidade de purificar seus corpos de alguma doença ou a de um membro da família, percorriam o caminho feito de brasas incandescentes a pés desnudos.

Cascudo (2002, p. 81) discute esse gesto sob dois pontos de vista específicos: primeiro, atravessar o fogo a pés descalços como sendo um gesto ligado à tradição religiosa, inspirado pela própria deusa, no caso dos sacerdotes, ou sinal de devoção para os fiéis, “uma exibição de relativa santidade, uma possibilidade visível de milagre”. Cascudo (2002, p. 86) também revela que no segundo ponto eles percorriam esse caminho em brasas a pés nus por contas de especulações (investigações universitárias, comprovação de inocência em crimes ou espontaneidade de jovens) - “todas as pessoas que têm atravessado a fogueira dizem a mesma frase: sensação de calor apenas. E a recomendação é de abanar as brasas e não mudar a passada, mantendo ritmo inalterável”.

Ao contrário desses devotos que enxergam na gesticulação de andar a pés descalços sobre fogueira um ato sagrado, os judeus, seguindo os ensinamentos de suas tradições,

colocavam em dúvida essa prática, se apoiando-se na passagem da Escritura contida em Provérbios 6,28: “Pode alguém caminhar sobre brasas sem queimar os próprios pés?”. Apesar de essas descrições serem simbólicas no judaísmo, era proibida a execução dessa e de outras manifestações culturais, provenientes de povos do exterior, pelos devotos do “Eu Sou”.

Observado por outro aspecto, os pés descalços já possuiu um distinto sentido de escolha, voltado para a união de dois seres. Essa junção fora concretizada em laços matrimoniais entre Skadi e Niord (imagem 14), no conto sobre esses deuses presente na mitologia Nórdica. Skadi era uma gigante filha de Thiassi, morto pelos deuses asgardianos (por se apoderar das maçãs da juventude e sequestrar a deusa Indu). Tendo o objetivo de receber tributos ou vingar a morte de seu pai, ela vai à terra dos deuses (Asgard) e é convencida, depois de um banquete, a esquecer os erros acontecidos no passado e a olhar para o futuro, escolhendo um deus de sua apreciação e com ele casando, em sinal de amizade e união entre as duas espécies, os Vanir e os Aesir. Entretanto, a preferência não deveria ser feita fixando os olhos no rosto, mas selecionando os pés nus. A gigante seleciona entre os apresentados o possuidor dos pés mais atrativos, assim, Niord (deus dos mares) é escolhido e uma determinação é feita: “Quero que ande sempre descalço - dissera ela, impondo apenas esta pequena condição para aceitar o ajuste matrimonial” (FRANCHINI; SEGANFREDO, 2006, p. 115). Desse modo, é selada a paz entre os dois mundos e a união é realizada para o bem desses seres místicos.

Imagem 14 – Njord e Skadi, Wilhelm Wägner, 1882



Fonte: MCCOY, 2012.

Segundo Mirella Faur (2007, p. 77, 78 e 109), o deus Niord (Njord) era descrito pelas seguintes características: marinheiro, com barba e cabelos grisalhos, olhos azuis, descalço, carregando uma rede e um gancho. Era a divindade padroeira das abundâncias na terra e no mar, muito diferente de sua companheira, denominada de a deusa do inverno, Skadhi, “a noiva brilhante dos deuses”. Devido a tantas disparidades presentes em suas naturezas, ambos não se acostumaram às incompatibilidades dos fenômenos naturais aos quais estavam submetidos quando longe do seu território de origem, o que provocou a dissolução dessa união divina.

A prática dos pés desnudos na tradição egípcia

Vários outros contos são encontrados em diferentes culturas, relatando a valorização dos pés como sinal de respeito, obediência, humildade num ambiente sagrado e, em outros, abordando os aspectos ostentadores dos seres humanos com seus objetos (sandálias e sapatos) terrestres.

Ao estudar a cultura do antigo Egito, é possível perceber, na maioria das figuras que representam sua mitologia e sua antiga cultura, deuses e membros de classes mais importantes portando algum luxo e, ao mesmo tempo, servos e escravos com pouca vestimenta, e todos eles com os pés descalços. Nessa cultura, o calçado era algo utilizado pela classe abastada, os servos e escravos, quando possuíam tal item, deveriam saber onde poderiam utilizá-los. Diz Cascudo (2002, p. 198): “O pé descalço era uma homenagem. Homenagem de humildade e de obediência. O costume já era assim pelos reinos poderosos...”. Cascudo (2004, p. 199) completa:

Ninguém podia aproximar-se dos soberanos da Assíria, Pérsia, Babilônia, Egito, Peru, México com as sandálias nos pés. A suprema recompensa que o faraó Meri-RÂ-Papi, da VI dinastia, concedeu ao onipotente ministro Una foi esse conservar-se calçado na sua presença.

O ministro obteve algo incomum para aquele período, a permissão de ficar calçado até na presença do faraó. Tal ato não era permitido aos vassallos. Mas isso não limita o andar de pés descalços apenas aos vassallos, o faraó em determinados eventos andava de pés nus, respeitando as tradições de outrora. Doberstein (2010, p.78) afirma que: “Durante o ritual de reivindicação do território, o faraó percorria de pés descalços o espaço entre os dois

montículos”. Esses espaços serviam como uma espécie de demarcação dos limites onde o faraó governava. Se até o representante maior da realeza demonstrava respeito a certas tradições, um servo não poderia se apresentar perante o seu senhor ostentando itens que poderiam ofender àqueles presentes no recinto. De modo semelhante, pode-se analisar o pedido de Iavé para Moisés quando este, diante da sarça ardente, escutou a ordem do Sobrenatural para retirar o bem material visível, respeitar o espaço sagrado e atender à ordenança do Ser Místico. Sobre isso Cascudo (2004, p.199) diz:

Doutra forma Moisés, egípcio pelo *jus soli*, não compreenderia. As sandálias eram conhecidas no Egito desde a IV dinastia. Um faraó da VI, autorizando o ministro Una a permanecer calçado na presença real, já mostra o alcance do costume e sua significação simbólica. Quando Jeová falou a Moisés reinava Ménefta, da XIX dinastia. O costume era lei por todos sabida e venerada.

Moisés compreendera que, obedecer ao Deus de seus antepassados, era ter uma atitude congênita para com todos os israelitas. Para isso, era preciso despir-se dos seus ideais, para calçar os desejos daqueles que clamavam por liberdade. Somente assim ele entenderia o pedido do Onipotente e enfrentaria, junto com seu único Deus, o faraó e o seu panteão egípcio.

É possível observar que, apesar de todas essas menções religiosas e culturais contidas nessa gesticulação (descalça-te), a revelação dá importância histórica de entender o motivo do uso dessas práticas por diferentes instituições. Seu uso em rituais nos demonstra a imensa diversidade interpretativa apesar de visualmente esse gesto ser semelhante aos praticados por inúmeras tradições. Tais similaridades podem apresentar alguns questionamentos, dentre eles: Será que existe uma espécie de sintonia religiosa entre a prática gestual dos pés descalços com a vida dos religiosos? Como essa harmonia traria para a sociedade uma reciprocidade?

CAPÍTULO 3 – OS PÉS DESCALÇOS COMO METÁFORA DE COMPROMISSO SOCIAL

Neste capítulo será apresentada a metáfora contida na ideia de retirar o calçado como uma forma de afastar-se do pré-conceito sobre a religião do outro, ao mesmo tempo em que tenta entendê-lo. Uma oportunidade de criar pontes, de ligar um ser humano ao outro, para assim poder remover os impedimentos gerados pelas desconfianças sobre questões relacionadas à cultura alheia. Seguindo essa linha de pensamento, serão apresentadas informações sobre o sentido presente na simbologia ‘calçar o próximo’. Dessa maneira é apresentado nesse terceiro capítulo um avanço na prática dos pés descalços quando comparado aos escritos de Luís da Câmara Cascudo. Ocorre aqui um aprofundamento em relação a simbologia presente no gesto do descalça-te através do uso metafórico dessa prática gestual. É possível enxergar a oportunidade de obter (mesmo que temporariamente) uma abertura para o diálogo, uma relação de compromisso com o próximo, um caminho para o encontro com a *majestas*, o *numinoso*, o Ser Sobrenatural. A partir dessa experiência, da união de irmãos e irmãs, sem distinção de crença, cor ou classe social surge a oportunidade de se ter a convivência pacífica em mundo melhor.

A liberdade de poder pesquisar e propor um conhecimento extra sobre o tema dessa dissertação, é aqui utilizado na busca de conseguir meios corretos para a concretização da Heurística, um estudo capaz de levar a resolução de problemas do cotidiano com o uso metafórico do “descalça-te” e do “calçar o outro” nos diálogos inter-religiosos e na convivência cotidiana.

Assim a ideia de trabalhar o tema a partir da visão do autor (Luís da Câmara Cascudo), não significa que o pesquisador deve permanecer no mesmo limite “proposto” pelo inspirador. Deve-se e é necessário seguir mais adiante, questionar e propor novas ideias, esse é o sentido de toda essa pesquisa. Buscar relações do tema em diferentes religiões, algo capaz de trazer um ou mais significados para a vida de todos os crentes, uma possível melhoria de convivência na sociedade a partir desse gesto.

Por isso, esta última parte se encontra dividida em dois pontos específicos: O primeiro ponto descreve o gesto do “descalça-te” tendo a finalidade de observar os princípios e os valores que devem sustentar uma sociedade mais unida e menos discriminatória. Desse modo, a metáfora dos pés descalços revela a importância da iniciativa individual e transformadora,

que parte do interior da pessoa, tendo como pressuposto a renovação da relação com outras pessoas, cuja relevância será difundida para o campo social.

Na segunda parte é descrito o compromisso social contido no simbolismo ético em calçar o próximo. Aqui, comentamos as ideias deixadas por grandes líderes religiosos através da Regra Áurea: “O que não desejas para ti mesmo, isso também não o faças aos outros”, e o visível desejo contido nessa frase de que ocorra uma espécie de “despertar”; uma sintonia entre as pessoas e as religiões em vista de viverem numa casa comum. Também discutiremos as relações atuais e o sentido de calçar o outro na contemporaneidade, abordando brevemente aspectos da acolhida do pluralismo religioso como maneira de considerar que algo complexo, a exemplo da religião, possa ser debatido, visando ao benefício de um público muito maior do que a própria denominação religiosa.

As abordagens aqui apresentadas foram baseadas tanto nas descrições de livros sagrados das instituições, quanto nas exposições de autores renomados ou praticantes do grupo religioso até aqui mencionados.

3.1 O compromisso social presente na simbologia dos pés descalços

Pensar em compromisso social é pensar primeiramente no bem comum. Algo que não faz distinção de religião, classe, cor, etnia, opção sexual ou quaisquer outros meios usados para separar uma pessoa da outra. Isso aponta a necessidade de sermos solidários e prestativos com o próximo. Significa que é preciso realizar atos de coragem pela paz e união. Se nos ativermos ao pensamento de que o Sagrado existe e está presente de certo modo em todas as religiões, as intenções presentes nos cultos perpassariam pelas ideias de apenas desejar o bem para todos, seu foco incidiria em fazer algo em conjunto (com outras denominações) para uma melhor convivência dentro da sociedade. Assim, seria possível se concentrar no objetivo de fazer emergir em todos os devotos esse sentimento de benevolência mútua. Os primeiros passos para isso acontecer já foram dados há muito tempo; os encontros e os diálogos inter-religiosos constituíram apenas algumas pegadas nessa direção. O gesto dos pés descalços, mais do que mero sinal realizado nas tradições teístas, é um bom emblema de algo comum em grande parte dessas e de outras tradições. Visto como símbolo de humildade, obediência,

servidão, torna-se algo necessário no início desses encontros cuja intenção é a de se despir dos julgamentos para aproximar-se do outro disposto a entender aqueles que se apresentam de maneira comum no recinto.

Independentemente do ambiente em que se encontra o ser humano, não é digno determinar qual o melhor caminho para o outro percorrer. O que pode ser feito é apenas uma indicação, como uma seta pintada na placa, apontando a melhor estrada, e essa direção indicada é fruto da experiência daqueles que já passaram por ela. A decisão de seguir ou não um novo caminho, repleto de aprendizados, depende do livre arbítrio de cada pessoa. Para isso é necessário se distanciar, deixar de lado antigas “verdades” institucionalizadas e se colocar no caminho do bem comum em prol da melhoria de todos e não mais de uma tradição ritualística religiosa. Aqueles que se propõem a entrar em debates religiosos devem se dispor a isso, a aceitar as memórias e perspectivas presentes na religião ou na cultura do outro.

Os pés descalços nesse sentido não devem ser interpretados e determinados como verdadeiros à luz de uma única tradição. Os seus muitos significados estão baseados em eventos e locais específicos, fatores esses que foram necessários para a justificação da prática gestual realizada através dos ritos, em diferentes instituições, ao redor do mundo.

A ideia de trabalhar o “descalça-te” de forma metafórica como um meio de esclarecer aos religiosos a importância de despir-se de conceitos antiquados, para poder aceitar o outro com toda a sua bagagem cultural, é extremamente necessária nos dias atuais. Busca-se entender como é, na concepção do outro, o conhecimento que envolve o transcendente; sua maneira de cultuar o Sagrado e se envolver com Ele. Uma resposta significativa, diante das resistências construídas a centenas de anos como muros para evitar o contato com tudo que é alheio, o considerado sobrenatural. O desejo aqui provém da vontade em derrubar essas barreiras, esses muros das desconfianças, criados por pessoas que, alimentando o seu pré-conceito, impuseram a todos os seus seguidores uma ideologia capaz de manter afastado tudo aquilo que eles julgavam ser inconveniente a sua tradição cultural.

Antes de aprofundar-nos nesse uso metafórico contido no gesto dos pés descalços, é preciso esclarecer o porquê do uso dessa metáfora nesta pesquisa. Primeiramente a metáfora aqui apresentada é entendida como a substituição de uma palavra ou frase por uma outra palavra capaz de simbolizar o que a anterior gostaria de dizer. Para Paul Ricoeur:

Dessa conjunção entre ficção e redescritção concluímos que o “lugar” da metáfora, seu lugar mais íntimo e mais último, não é nem o nome, nem a frase, nem mesmo o discurso, mas a cópula do verbo ser. O “é” metafórico significa a um só tempo “não é” e “é como”. Se assim é, somos levados a falar de verdade metafórica, mas em um sentido igualmente “tensional” da palavra “verdade”. (RICOEUR, 2000, p. 14).

A ideia é apresentar uma semelhança que demonstra a conexão das palavras, a afirmação contida no “é” evidencia algo que já foi nomeado. Ou seja, vai dizer algo, caracterizado através de outra palavra. Segundo Ricoeur (2000, p. 129):

.... Se a palavra é o substituto de uma combinação de aspectos, eles mesmos as partes ausentes de seus diversos contextos, o princípio da metáfora deriva dessa constituição das palavras. Segundo uma formulação elementar, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação. Não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio entre pensamentos, isto é, de uma transação entre contextos...

Destarte, essa interação verbal entre palavras produz uma reflexão sobre saberes distintos. Conceituada em outras palavras, a função da metáfora é instruir por uma aproximação repentina coisas que parecem distantes. (RICOEUR, 2000, p. 60). Ela (a metáfora) descreve o “fazer ver” como a necessidade para aparecer no novo discurso a figura da lógica. Muito tempo antes de Paul Ricoeur, Aristóteles, um grande filósofo grego, explanou seus conhecimentos sobre uma diversidade de assuntos, as suas definições sobre vários temas serviram de exemplo e base para o desenvolvimento do pensamento ocidental. Com a metáfora não foi diferente. Em sua definição: “A metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia”. (ARISTÓTELES, 1984, p. 260). Segundo esse pensador, esse transporte funciona como uma condução específica de palavras. Algo que de certo modo está subentendido no sentido próprio e agora se apresenta de modo figurado.

Assim sendo, a interpretação metafórica desenvolvida como uma expressão através do gesto “descalça-te”, propõe observar as situações nas quais esse gesto se impõe para substituir essas palavras por: retirar, despir-se, afastar-se dos preconceitos de antigos para adentrar o espírito de comunhão e solidariedade.

Trabalhar com essa metáfora é uma maneira simples e coerente de informar uma ampliação do sentido do gesto “descalça-te”. A sua difusão como palavra usada para explicar uma ação benevolente, focada no respeito ao outro, é fruto de uma inovação repentina, mas ao mesmo tempo em contato com os seus sentidos de outrora (de respeito, humildade, observância...).

Com base nesse discurso, percebe-se que o sentido por trás do ato de descalçar é o de retirar os pré-conceitos para buscar um novo espaço onde se possa aproximar daqueles que estão distantes. Seria uma espécie de construção horizontalizada pela paz, pela compreensão e entendimento do outro, ao mesmo tempo a eliminação dos pré-conceitos verticalmente institucionalizados. Um rompimento com os ensinamentos aos quais muitos estão familiarizados, algo passado de geração a geração como uma espécie de herança incoerente daqueles que buscam viver um falso sentimento de unidade.

A representação do “descalça-te” provém da vontade em demolir todos os obstáculos impostos por pessoas cujos preconceitos criaram os muros da exclusão. As muralhas destinadas a distinguir e manter afastadas de suas crenças as pessoas julgadas e condenadas por terem e expressarem uma tradição cultural diferente.

Esse gesto (descalça-te) é um modo simplificado de demonstrar a fé quando o pensamos no sentido religioso, e o concretizamos através do gesto de pisar nu em um espaço sacralizado. Interpretado de outra maneira, é exemplo de distinção social quando o observamos em determinados períodos históricos (século XV-XVIII, durante a colonização do Brasil) quando membros de uma certa classe econômica se distinguiam dos menos favorecidos através do uso de um adorno de luxo, um calçado, que ao mesmo tempo protegiam seus pés e a reputação de membros ligados ao comércio e à aristocracia.

Mais do que simplesmente abordar a diversidade de conceitos, essa metáfora busca evitar a soberba individualista, limitada à visão reducionista e separatista relacionada ao gesto dos pés descalços. Trata-se de expandir as fronteiras do conhecimento, agregando as descrições de diversas tradições culturais e religiosas para abraçar ao máximo todos aqueles que procuram se unir em prol de um bem maior. É a vontade sincera de acolher o outro e assim juntos serem ‘iguais’, livres de conceitos antiquados e prontos para servir. Essa maneira metafórica de tentar compreender o que é significativo e belo para o outro, revela a riqueza

contida na experiência religiosa e a impossibilidade humana de entender o Místico em toda a sua revelação.

Um olhar retrospectivo sobre essa analogia simbólica do “descalça-te” contida na tradição javista, e mais especificamente mosaica, nos apresenta um vínculo entre o ser humano e o Transcendente que começa a partir desse ato. Após o pedido de um e a aceitação do outro, surge o início de uma conversa entre seres distintos, um natural e o outro sobrenatural. Os pés descalços aqui podem ser vistos como a abertura para o diálogo, uma relação de respeito e admiração que envolve o gesto e o ambiente onde o divino se manifesta. Aqui é criado um espaço novo onde esse relacionamento acontece, de início com sentimentos de desconfiança, e posteriormente através da esperança em obter o melhor para o próximo. Nesse contexto, temos a descrição que gira em torno de uma aura de mistério, uma possível oportunidade de crescimento pessoal e espiritual daquele que se sentiu livre para escolher e foi ao encontro daquilo que antes ele não conhecia. Uma oportunidade única visando ao outro, ao mesmo tempo em que permite a possibilidade de uma pessoa realizar grandes feitos.

A boa convivência só é possível a partir da abertura recíproca, um diálogo aberto onde em que se possa debater sobre o Divino sem impor os dogmas das instituições religiosas. O que deve prevalecer é o sentimento mútuo pela justiça, igualdade e dignidade humana. Ou seja, nada de instituir regras rígidas para delimitar o que deve e onde deve ser feito, mas sim, criar condições para a realização de uma solidariedade. No entanto, isso levanta um questionamento: Como criar essas condições a partir dessa metáfora?

A consciência da necessidade de ajudar o próximo é o primeiro passo para que ocorra um debate sincero e posteriormente uma prática solidária na sociedade. O debate verdadeiro e auspicioso só acontecerá mediante o resgate da união entre todos os líderes e membros de grupos religiosos que queiram tentar mudar o ‘quadro pintado há séculos’ de descaso com os mais pobres. Após esse princípio, a metodologia construída nesse momento de igualdade (em que não existe um membro mais importante que o outro e todos estão de pés descalços/libertos de sua proteção dogmática) poderia efetuar medidas eficazes para tentar conter as atrocidades em demasia da sociedade. E porque as religiões teriam esse papel importante? Justamente por serem elas detentoras de bilhões de fiéis, teoricamente capazes de incentivarem as pessoas a cumprirem com suas obrigações de crentes. Crendo no seu Deus e a partir da escolha do livre arbítrio (deixado por tal divindade), passam a praticar o bem, possuindo a perspectiva de viverem em um lugar de comunhão, renovando as relações

recíprocas. De acordo com Gasda (2012, p. 61): “A religião, assim como a arte visa a expressar simbolicamente o sentido e os valores existenciais de um grupo de indivíduos”. São esses princípios os definidores de comportamentos, da autocompreensão, expressa no combate às injustiças, às desigualdades, às violências físicas e verbais que tanto maltratam os menos privilegiados.

Essa perspectiva do “descalça-te” serve para que as pessoas nela envolvidas, interpretem as relações existentes na sociedade de hoje com todo o seu despautério e abusos, questionando tal situação ao mesmo tempo em que desejem e atuem buscando mudar esse quadro para a existência de um mundo mais justo e solidário.

A abordagem dessa condição metafórica dos pés descalços tenta fomentar a compaixão e a igualdade em meio a tanta disparidade religiosa e cultural. Trata-se de uma unicidade prática diante da diversidade dogmática. Surge a vontade de ficar, mesmo que temporariamente, análogo ao próximo e às suas considerações religiosas, sem o temor de deixar sua identidade fundada em princípios distintos. A perda da subjetividade, como mencionada aqui, não significa perder a autonomia de declarar e viver sua fé. Simboliza distanciar-se da vontade solitária e abrir-se à pretensão coletiva. Esses momentos circunstanciais são ambientes de confraternização, onde a proximidade com o desconhecido seria reflexo sobre a experiência *numênica* de cada um.

É notório, na maneira como os seres humanos vivem, os diferentes ensinamentos de sua tradição cultural serem teoricamente únicos, porém existe uma diversidade de interpretações dentro de uma mesma tradição. Particular é a maneira que uma pessoa tem de entrar em contato com o absoluto. Apesar de existir uma oração em comum determinada pela tradição religiosa, a experiência do transcendente é singular, pode até acontecer em momentos de partilha/de oração em grupos, louvor, adoração..., em que os ritos juntam a todos, mas a experiência religiosa é única. E, aqui, surge um questionamento: Como a visão individualizada pode mudar para uma prática voluntária e social?

É preciso ter para isso um projeto de vida que não seja sustentado pela ganância (querer apenas para si), mas a audácia de querer o melhor para si próprio, sua família, seus amigos e todos aqueles que lutam por dias melhores. Seria uma opção pelo que está acima de qualquer indivíduo (religioso) a busca não de um lugar qualquer, mas do lugar cuja força

divina foi estabelecida desde o princípio do mundo, o reino descrito no Evangelho bíblico em Mateus 25, 31-46:

Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos bodes, e porá as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda. Então dirá o rei aos que estiverem à sua direita: 'Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me'. Então os justos lhe responderão: Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver?' Ao que lhes responderá o rei: 'Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes'. Em seguida, dirá aos que estiverem à sua esquerda: 'Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos. Porque tive fome e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber. Fui forasteiro e não me recolhastes. Estive nu e não me vestistes, doente e preso, e não me visitastes'. Então, também eles responderão: 'Senhor, quando é que te vimos com fome ou com sede, forasteiro ou nu, doente ou preso e não te servimos?' E ele responderá com estas palavras: 'Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer'. E irão estes para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna".

O Reino proposto pelo Cristo é o lugar destinado aos merecedores, ou seja, aos humanos capazes de reconhecer o valor moral nas obras misericordiosas, prestando socorro e auxílio a todos os carentes por alimento, abrigo, amigos...; aos que procederam bem diante das circunstâncias inesperadas, dando valor mais à vida, ao outro, ao invés de dedicarem sua atenção a lugares e objetos. É um ambiente novo próprio para todos os que souberam retirar seus pré-conceitos, conter seus ímpetos e pisar no mesmo espaço onde estavam os excluídos para assim ajudá-los.

A partir do desprendimento de coisas insignificantes, como as materiais, será possível o ser humano atentar no desejo alheio ao invés de viver para sustentar o seu próprio ego. Não é possível ajudar o próximo, enquanto não puder retirar as amarras que tornam o ser humano cada dia mais individualista, um narcisista capaz de viver por certo tempo numa margem, olhando apenas para o seu reflexo, enquanto ao mesmo tempo dá as costas para o que ocorre com o outro. A redefinição da identidade é indispensável aos adeptos do narcisismo, a sua compreensão e atuação solidária junto aos mais pobres devem ser provenientes dessa mudança. Doar-se, dedicar parte do seu tempo em conjunto com outras pessoas de religiões e

culturas distintas, mas reunidas com intenção de pensar e mitigar os males existentes em um determinado local.

A boa conduta é o exemplo aceitável proveniente de uma fé verdadeira e uma ação eficaz. Junto à comunidade ou nos debates inter-religiosos, figura como o modelo a ser assimilado em prol do outro. Enseja a possibilidade de viver livre de amarras (calçados) que impeçam de chegar mais adiante, onde existe o que é desconhecido, mas necessário para aumentar a fé no encontro imediato entre pessoas ou entre a humanidade e a manifestação divina. A inobservância da atuação dessa prática metafórica (de manter-se com os pés descalços para conviver em tom de igualdade com o próximo) permite que o ser humano continue fechado em torno de si mesmo e da sua condição religiosa.

Enquanto as pessoas não puderem eliminar tal visão egocêntrica, fica difícil falar ou trabalhar em comunidade. O verdadeiro passo para acabar com esse subjetivismo seria desapegar do supérfluo e corrigir esse déficit de atenção para com o irmão. Destarte, o descalçar corresponde a livrar-se da recusa de reconhecer a alteridade absoluta, para depois conviver respeitosamente num ambiente de plenitude e comunhão desejada. A conversação é um simples meio, cujo fim aponta para a perspectiva de eliminar os entraves existentes nas atitudes negativas de acolher pessoas cujas religiões ou culturas são diferentes.

O Sumo Pontífice Bento XVI, em suas descrições na *Carta Encíclica Caritas in Veritate* (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 7), crê que “só o encontro com Deus permite deixar de ver no outro sempre apenas o outro, para reconhecer nele a imagem divina, chegando assim a descobrir verdadeiramente o outro e a maturar um amor que se torna cuidado do outro pelo outro”. Nesse exemplo o Bispo de Roma acredita que só conhecendo Deus o ser humano poderia descobrir na realidade a maneira correta de tratar o irmão de modo digno e honroso. Os maduros na fé seriam os exemplos a serem seguidos tanto nos debates religiosos, quanto na vida comunitária e pessoal. Dessa forma, o discurso relacionado ao Divino só pode ser válido para todos a partir do momento em que contempla todas as diferentes realidades religiosas, e isso só ocorre no instante em que o outro é visto como o (a) irmão/irmã que deve ser cuidado (a), tratado (a) da mesma maneira como gostaríamos de ser tratados. Afinal de contas, o discurso de uma verdadeira religião deve-se apoiar neste aspecto: “Com efeito, a religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisto: visitar os órfãos e as viúvas em suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo”. (Tg, 1, 27). Essas são as atitudes coerentes e designadas para os crentes da tradição javista.

De modo semelhante, o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor, faz uma análise parecida, relacionando como deve ser a atuação da humanidade com o outro, baseando-se no evangelho de Jesus Cristo, conforme fora descrito por Mateus:

Não há outra saída para se experimentar a força de Deus. É ilusório continuar a procurá-la sem viver a referência diária do outro. Nem mesmo basta o outro eleito segundo os próprios critérios, selecionando as escolhas. O outro é cada outro. Inclui também aqueles que resistem, se opõem, pensam diferentemente, até perseguem ou se fecham. A fé, percurso experiencial que se insere no mais profundo da fonte que o nome revela, não põe de fora, por conta de sua autenticidade, nem mesmo os incômodos, indignos ou os escandalosos. Não há lugar para preconceitos, nem justificativas para discriminações ou distanciamentos que validem sentimentos de pouca fraternidade. (AZEVEDO, 2009, p. 73 e 74)

Em sua exposição ele observa que um grande compromisso do ser humano deve ser o de capacitar-se para compreender o outro. Isso é o desafio capaz de experimentar a onipotência divina quando se estabelecem vínculos duradouros entre as pessoas.

É perceptível, na relação da criatura com o seu Criador, do ser humano para com o seu Deus, a oportunidade de crescimento, a aceitação que supera os desentendimentos, em prol de algo maior, a busca pela união de todos, para o bem da comunidade, o lugar da presença divina. O Ser Onipotente transformaria de tal forma a vida dos seus fiéis, que estes estariam aptos a se afastarem dos males costumeiros e a viverem dando atenção para atos convenientes aos cuidados com as demais pessoas. Porém, essa não é a única forma para superar as disputas costumeiras presentes na sociedade. A possibilidade de desobstruir, de quebrar e eliminar as atitudes inconvenientes da formação pessoal, visando à integração social, permite uma orientação distintiva de seu agir, caracterizando sua intencionalidade mais profunda mediante o seu propósito solidário perante a comunidade. A junção dessas atitudes semelhantes diante da apropriação desse gesto (pés descalços) por diferentes tradições provoca o enriquecimento pessoal e comunitário. Do mesmo modo contribui para a melhoria de vida do próximo. O progresso acontece de ambos os lados, é uma ocasião singular para entender o que o outro passa, antes de juntos lutarem pelo bem comum.

Embora se tenha falado sobre essa “união” religiosa ou cultural, ela é a convicção de uma resposta diante das necessidades dos desamparados, uma junção símbolo da fé verdadeira, comprometida com o próximo e não voltada para si mesmo ou para uma instituição específica. A serenidade presente na metáfora do descalça-te, não se restringe apenas a uma

questão de informação, seu foco está mais presente na ação, na participação e compreensão. É a benevolência que nasce da sintonia entre irmãos de fé, dos que deixaram a comodidade pessoal em vista de criar condições adequadas para favorecer o conforto para outros.

Os pés descalços é a representação que não fere o pudor alheio. É uma demonstração daqueles cujos pés estão ausentes de ornatos, seja por vontade própria, respeito ao ambiente sagrado ou cumprindo uma ordenança de um ser superior. É uma atitude de alguém apto a ser igual ao próximo, mesmo que seja temporariamente, isto é, durante uma reunião, culto ou dialogando com pessoas de origem diferente.

Ficar de pés descalços não deixa ninguém mais poderoso, prepotente ou se vangloriando por ter feito algo incomum, diferente do costumeiro. Ao contrário disso, esse gesto faz que as pessoas permaneçam em um determinado lugar de maneira quase semelhante a como quando vieram ao mundo, sem adornos, status, livres de materiais, porém dependentes de um ser maior do que elas mesmas, algo/alguém capaz de as alimentar com o necessário naquele instante. Essa relação faz o ser humano sentir-se mais perto do Ser misterioso, de uma outra pessoa, da sua religião ou de outra cultura. Assim, há uma espécie de comunhão ligada a esses desejos; o vínculo estabelecido muito além das paredes dos templos, das oratórias e encenações religiosas; a conexão prática, expressa na gesticulação do descalça-te, reconhecendo a igualdade humana em meio às evidências de convicções institucionais discordantes, aptas (em sua grande maioria) a se unirem para realizar discursos e projetos pelo bem comum.

O intento dessa prática gestual, no contexto dos debates religiosos, seria a libertação daquilo que afasta o ser humano do outro, um breve distanciamento das questões dogmáticas para adentrar questões sociais de maior significado para a humanidade. Seria do estado sombrio do preconceito com o que é alheio para retornar à pureza existente no interior de cada pessoa, voltada para estender as mãos em conjunto em prol dos que estão excluídos, à margem da sociedade.

Os discursos religiosos feitos aos membros de diferentes denominações religiosas demonstram que existe ao mesmo tempo a experiência individual do Sagrado em meio a tantas outras demonstrações de experiências plurais, todas repletas de mistérios e cheias de realizações quando, ao mesmo tempo em que liga o ser humano ao divino, une as pessoas.

Descalçar dessa maneira é eliminar as concepções estabelecidas, forjadas entre julgamentos de outros cidadãos e da observação limitada daqueles que carregam uma falsa moral ética. Isso é da visão proveniente de instituições e pessoas que alteram o espírito de comunhão humana para formar uma visão de grupo muitas vezes longe do sentido da célebre frase instruída por Jesus Cristo, conforme é descrita nos evangelhos: “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mc 12, 28-31; Mt 22, 34-40 e Lc 10, 25-37). Tais passagens refletem a maneira como as instituições cristãs deveriam se posicionar perante o outro e a imensa diversidade cultural contida dentro e fora do seu “círculo” de influência. No entanto, Valls (1994, p. 44 e 45) percebe no cristianismo os ideais éticos identificando-se com os religiosos, segundo os quais os seres humanos viveriam para conhecer, amar e servir a Deus e seus irmãos, embora, nem sempre, esses discípulos conseguissem colocar em prática as declarações de seu Mestre ou estar à altura das afirmações dele. Por isso, são evidentes tantas falhas cometidas ao longo dos séculos pelos seguidores do Cristo e de outros “mentores” religiosos, como Buda.

Em seu modo de pensar, o Dalai Lama (2000, p. 119) vê em toda diversidade existente entre as várias tradições religiosas algo extremamente enriquecedor e, por conta disso, afirma que, em princípio, todas as religiões são iguais, quando salientam enxergar no amor e na compaixão o contexto da disciplina ética. O monge, ao assegurar isso, não prega que todas são essencialmente uma coisa só. Para ele, existem muitas compreensões contraditórias a exemplo dos conceitos de criação e ausência de início formuladas pelo budismo, cristianismo e hinduísmo, revelando a separação quando o discurso entra no terreno da metafísica, mesmo com muitas similaridades reais que sem dúvida existem.

Segundo Panasiewicz (2007, p. 119), as divergências históricas e essas diferenças religiosas revelam facetas do mistério divino à humanidade (sob uma ótica cristã). Elas são uma oportunidade para as tradições religiosas reinterpretarem suas identidades à luz dos misteriosos desígnios de Deus em um diálogo inter-religioso. Ao mencionar Claude Geffré, o mesmo autor (PANASIEWICZ, 2007, p. 140 e 141) descreve que há vias diferentes de compreender o mistério divino (elas são únicas e específicas por si mesmas) e as distintas apreensões existentes nas tradições religiosas são caracterizadas pelas diferenças culturais. Essas disparidades devem ser superadas ao se conhecer a religião do outro, que se aproxima amigavelmente para debater assuntos necessários ao período contemporâneo, em prol da paz e do bom convívio com os irmãos e a natureza. O gesto foco deste estudo (pés descalços) busca

revelar esse aspecto capaz de aproximar várias religiões para o diálogo e realizar ações em benefício da humanidade.

Jacques Dupuis (1999, p. 517) vê o diálogo como uma abertura de fé ao outro em sua diversidade, um esforço de compreensão e simpatia interior. Seria a “forma” de tentar entender na prática a crença a qual se acredita conhecer na teoria. É notável que conhecer a religião de outra pessoa é mais do que ter simples informações dos fatos ocorridos na sua tradição, é preciso retirar os empecilhos, o calçado que impede de sentir o lugar onde se pisa, a venda que encobre os olhos, tudo aquilo que enfraquece e evita o inter-relacionamento com o próximo.

O diálogo inter-religioso exige esse apreço e cautela para com a religião do outro. É necessário ser ético na sua crença (seu calçado) em relação ao “tipo” utilizado pelos outros. O costume de acreditar que o seu “modelo de calçado” (sua religião) deve ser o mais adequado não deve ser empecilho ao adentrar o ambiente do outro. Uma fé autêntica requer isso, um “confronto”, para ser questionado quanto aos limites de alcance da sua visão no que diz respeito à vida humana e ao Sobrenatural. O desafio é ser ético com sua fé e reconhecer Deus, o Poder Sobrenatural, a energia mística presente na sua crença e em outras, não apenas no diálogo inter-religioso, mas durante a vida. De maneira semelhante, descreveu Moltmann que “a possibilidade de reconhecer Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus fundamenta-se teologicamente na compreensão do Espírito de Deus como a força da criação e como a fonte de vida” (MOLTMANN apud TEIXEIRA, 2010, p. 28).

Descalçar os sapatos (despir-se dos bloqueios antiquados) para pisar no solo sagrado (o terreno do discurso) através do diálogo é ainda a melhor forma de manter o que é ético e valioso em cada tradição ao mesmo tempo em que se busca manter a paz entre elas - uma ajuda mútua entre seus fiéis - conforme os princípios da Regra Áurea. O diálogo deve ser visto como o passo anterior para a realização dos desejos do Ser divino. A partir de tais atitudes éticas será possível viver no novo mundo, onde o novo ser humano aja mais em solidariedade ao seu irmão, respeite e cumpra os mandamentos do seu Deus ao invés de ficar apenas orando e aguardando a sua volta, refugiando-se em pequenos conceitos ao invés de ir ao encontro do outro. É preciso realizar obras semelhantes às de Buda, do Cristo e de tantas pessoas iluminadas que rezaram, pregavam e dedicaram suas vidas a grandes feitos causadores de mudanças na vida do outro.

E como os religiosos poderiam ser éticos diante e distante do próximo?

O sentido ético em calçar o próximo.

Existe uma importante Regra Áurea que diz: “O que não desejas para ti mesmo, isso também não o faças aos outros”. A sua autoria é atribuída ao sábio Confúcio, que a “delimitou” numa simples palavra: reciprocidade. Cerca de meio milênio depois, Jesus Cristo, de forma semelhante, disse: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o também a eles!” (Mt 7,12). O interessante a ser observado é que, tanto “no confucionismo, assim como no cristianismo, a ética da humanidade culmina no amor ao próximo.” (KÜNG, 2004, p. 117). No cristianismo, conforme foi supracitado, é um mandamento que deve ser praticado em sinal de respeito a si mesmo e com o próximo, e o Messias cristão fala desse preceito várias vezes ao longo das Escrituras Sagradas. Muito antes do aparecimento do próprio Cristo, a Torá apresentava um parecer idêntico: “Não te vingará e não guardarás rancor contra os filhos do teu povo. Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. (Lv 19, 18). A explicação de Hans Wolff sobre essas descrições no Primeiro Testamento revela que:

O Antigo Testamento mostra de maneira clara e flagrante as discórdias entre as pessoas. Com a mesma clareza, vê o ser humano falhar e destruir-se a si mesmo, se não progride no caminho da superação do ódio, pois o próprio Deus de Israel começou essa superação, prometendo a consumação. Apenas por esse caminho o ser humano, no meio da confusão de seus sentimentos e vicissitudes, não se perderá a si mesmo. O ser humano é o ser chamado para a fraternidade. (WOLFF, 2007, p. 291)

Tais palavras estão presentes não somente nessas duas religiões (judaísmo e cristianismo), mas de modo parecido em outras ao redor do mundo, a exemplo do islamismo, como disse certa vez o profeta Maomé: “Deseja aos homens o que desejas para ti mesmo, assim te tornarás um muçulmano” (KÜNG, 2004, p. 280).

É visível o desejo nessas frases de que ocorra uma espécie de “despertar” uma sintonia sem fim entre as pessoas, nações, religiões, em vista de viver em um mundo melhor, numa casa comum, onde o plano divino para a humanidade seja percebido como um só, porém dotado de muitos matizes. Para Dom Walmor a alegria plena só pode ser concretizada

mediante a aplicação dessa regra de ouro, o mandamento único, uma aliança de amor que depende da sinceridade de coração e empenho.

É o Senhor que escolhe, ordena o caminho a ser seguido. Ordena porque não existe outra opção. Sua ordem é do amor mútuo: “Amai-vos uns aos outros”. E a escolha feita revela o seu único e insubstituível sentido. Não há outra escolha em lugar do sentido de amar de verdade. Um amor aos outros, a cada outro, para além das preferências e superando os sabores da simples afinidade. Uma experiência que faz encontrar sentido e gosto no amor aos outros. O coração se purifica. Vale o bem. Vale o bem do outro. Ao contar só o bem do outro, o coração do discípulo assemelha-se ao do Mestre. Essa semelhança, como resultado de intimidade, faz com que o coração do discípulo transborde de amor. E quando se ama de verdade, em tudo e a cada outro, a alegria é plena. A plenitude da verdadeira alegria é a razão da escolha que Deus faz de cada um. E cada um é escolhido por Deus para conquistar a alegria plena. (AZEVEDO, 2009, p. 384).

O contentamento verdadeiro é fruto de doação e confronta com o poder. Azevedo nos aponta isso através da sua leitura dos Evangelhos. É difícil assimilar a vontade dos outros. Para isso acontecer, é preciso abandonar a própria vontade e dedicar-se a realizar a vontade alheia. Isso não representa a perda da autonomia quando se deseja doar-se em prol do outro, construir um mundo melhor para si mesmo e também para o outro.

Deve-se estabelecer vínculos duradouros com os quais se possa ser caritativo, enxergando a misericórdia divina através das ações de outros. Isso seria o caráter plural da auto manifestação do amor de Deus. Um compromisso fraterno das comunidades, das instituições religiosas, da sociedade como um todo, a garantia de um bem-estar, que não seja apenas pessoal, mas social. Algo recíproco capaz de resgatar e promover a alegria plena, tanto no diálogo quanto nas ações.

Portanto, sendo a reciprocidade algo extremamente necessário no diálogo inter-religioso, como se daria a manifestação do amor ao próximo em meio às crises éticas atuais? E essa manifestação possui alguma ligação com o objeto de estudo desta pesquisa?

Os problemas éticos na contemporaneidade surgem quando, em determinados momentos, é preciso tomar decisões em situações que afloram sentimentos como a avareza (ganância por dinheiro ou bens materiais), o medo (agressões físicas ou verbais), a satisfação subjetiva (ao invés da coletiva) e a inveja (o desejo de obter algo alheio). Essas emoções são capazes de provocar o distanciamento do homem e da mulher das coisas “divinas” e focar os apegos humanos, bem longe da ideia contida na “Regra de Ouro”. Tais atitudes comuns

refletem a flexibilidade existente em nossas ações, o que contraria as normas de boa convivência propagadas pelos “mestres”. Apesar de as religiões pregarem esse “amor mútuo”, ele não é tanto usado na prática diária da maioria de seus “fiéis”; talvez por falta de tempo, interesse, condições econômicas e demais fatores que podem ser apontados como elementos da grande “desatenção” para com o outro.

É comum vermos hoje em dia o interesse pelos bens materiais ser bem maior do que o interesse pelo outro. Existe a obsessão cega em obter sempre mais, projetada pela lógica de viver no melhor bem-estar possível, confortavelmente satisfeito, dentro dos muros de sua residência e distante dos males existentes na sociedade. Um exemplo de descuido desmedido e segregador, fruto da ambição de uns poucos. Essa cegueira individualista é fruto de uma sociedade consumista, cujo foco está voltado para a propaganda e para obter os novos itens existentes no mercado, muito mais do que a necessidade de conceder a atenção ao outro e aos menos privilegiados.

O exercício da solidariedade nos fornece uma outra metáfora pela qual se pode entender a atuação benevolente de acordo com as descrições desta pesquisa; seria essa benevolência utilizada através do gesto de “calçar o outro”, uma expressão de humildade, promotora da fé verdadeira, fundamentada na caridade para estender o seu alcance e exercê-la plenamente.

A ideia metafórica de “calçar” o outro como um meio para unir pessoas da sociedade e entidades religiosas ao redor do mundo é necessária quando observamos nas cidades o alto número de assassinatos, estupros, sequestros, roubos, difamações, perseguições, entre outras formas estúpidas a que os seres humanos recorrem ao alimentar um ego insaciável, desestabilizando, humilhando e derrubando o outro para obter seu precioso “crescimento pessoal”. Um reconhecimento capaz de preencher o “valeroso” espaço vazio surgido com o tempo. Esses são os frutos de uma cultura de violência, em que os sofrimentos e as privações só são suportáveis para as pessoas de comportamento ético mediante a esperança contida na sua luta diária por uma melhor qualidade de vida. (ROCHA, 2007, p. 17).

O Teólogo Jacques Dupuis, citando Whaling, descreve de forma metafórica que é preciso entrar na pele do outro, calçar seus sapatos, ver o mundo, de certo modo, como o outro vê. Implica colocar para si as questões do outro, penetrar no sentido que o outro tem de “ser um hindu, um muçulmano, um judeu, um budista, ou qualquer outra coisa” (WHALING

apud DUPUIS, 1999, p. 517 e 518). Não há como ser discípulo, apóstolo, profeta se não optar por servir os mais carentes. É preciso conhecer o outro através da sua visão, sua cultura e sua história, adentrar os mesmos espaços, para assim compreender o verdadeiro significado do êxodo, uma saída de si mesmo em direção a um novo ambiente. É incomum prestar a devida atenção ao lugar ocupado pelo outro, a sua experiência religiosa, à dificuldade que passa durante a vida..., no entanto, quando se observarem as diferentes calamidades que o atingiram, surge uma sensibilidade aguçada para tentar modificar a situação. Mas, somente as pessoas que possuem uma percepção maior do que está ao alcance delas, podem compreender a situação alheia e comprometer-se sozinho ou em grupo a executar ações benevolentes.

Antes de tentar calçar/ajudar o irmão, é preciso ser uma pessoa que se importe com ele, que se dispôs a aceitá-lo como ele é, isto é, reconhecer-se semelhante ao outro, pronto para agir como se fosse para si mesmo, de modo que o sofrimento alheio passe a ser incorporado em sua vida como uma espécie de guerra contra o próprio ego. Aqui existe uma opção fundamentada na atitude de eliminar todos os preconceitos antes adquiridos para adentrar no terreno comum a todos os seres humanos, o da dor, do sofrimento, isto é descalçar-se para poder conhecer um terreno novo, um lugar onde a mudança do seu próprio comportamento é tão importante quanto ajudar o outro para que ele mude de atitude, ou se inspire em algo maior do que ele, a Regra de Ouro, segundo a qual ajudar o outro é mais significativa do que o fechamento em torno de si mesmo.

Nesse ponto o narcisismo autorreferencial dá lugar a um reconhecimento da realidade e necessidade humana em conviver pelo bem comum. O foco não recai mais sobre os bens materiais destinados a fortalecer o subjetivismo, a atenção agora é no desafio de promover e garantir direitos a todos, desde que sejam convenientes à dignidade dos seres humanos. Essa atitude não representa a perda de personalidade individual e, sim, indica uma abertura à possibilidade de ampliar sua atuação em benefício de muitos, como na descrição existente nas Escrituras cristãs: “se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto”. (Jo 12,24). É crucial fazer morrer o instinto egoísta para nascer um sentimento comunitário que busca ‘calçar’ o outro, ajudar sem querer algo em troca.

Buscar esse bem comum não é uma tarefa fácil. Consiste em ir atrás de procedimentos/mecanismos políticos, religiosos e sociais, capazes de oferecerem condições de vida melhor para cada pessoa e não apenas para um certo grupo que unifica ideias

semelhantes ao mesmo tempo em que se distingue e se afasta das ideias contrárias. Isso é a capacidade individual das pessoas em realizar procedimentos unitários conexos com a natureza humana.

Essas possibilidades de manter uma paz, uma ajuda mútua, um princípio doutrinário motivador da unidade consistem em alcançar um estado pessoal satisfatório, cuja consciência se afastou do individualismo ao mesmo passo que caminhava para a plena realização através de ações comunitárias e sociais.

O bem comum não consiste na simples soma de bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível e porque somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro. Assim como o agir moral do indivíduo se realiza em fazendo o bem, assim o agir social alcança a plenitude realizando o bem comum. O bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral. (PONTIFÍCIO CONSELHO “Justiça e Paz”, 2011, p. 101)

Ir atrás do bem, não somente para si mas para outrem, demonstra o comprometimento que alguém faz sobre o que é necessário para o alheio. Essa razão de ser torna-se algo importante em sua vida. É aqui que aparece o sentido de ‘calçar’ aqueles que são os mais afligidos pelos descasos da sociedade, levando para eles bens necessários para a dignidade do ser humano, como saúde, educação, cultura, justiça e demais condições de vida. Antes, porém, é preciso denunciar todos os tipos de mazelas impostas e expostas no cotidiano de nossa sociedade. Sem isso é improvável ver um clamor realizado por poucas pessoas acender a chama capaz de provocar mudanças no coração (dos governantes dos Estados, dos empresários, dos líderes religiosos...) daqueles que podem promover em conjunto uma ampla transformação na vida pessoal, social e também espiritual dos fragilizados nessa sociedade consumista.

O empenho para o bem comum feito por pessoas que desejam viver no mundo solidário é capaz de elevar o espírito daqueles marginalizados/desafortunados, criando um ambiente auspicioso para o desenvolvimento de uma comunidade sensibilizada, e consecutivamente um mundo mais equitativo. Apesar de teorias semelhantes existirem há muito tempo, ainda é possível ver grandes mazelas no meio social. Por que será que na contemporaneidade tantas pessoas vivem sem ter acesso às necessidades básicas, como saúde e educação de qualidade, justiça, trabalho...?

Nossa sociedade atual se encontra “descalça” dos princípios éticos e morais por conta de dois fatores principais: o primeiro, a falta de amor com o próximo, e o segundo (reflexo do primeiro) é a indiferença mantida perante aquele desconhecido, este outro que não é a minoria presente num determinado lugar, mas, sim, uma maioria que vive espalhada pelos “quatro cantos do mundo”, dispersos, diminuídos, incapacitados muitas vezes de procurar algo melhor para as suas vidas. São empurrados cada vez mais para os lugares distantes, longe dos centros urbanos, dos locais onde os itens supracitados (saúde, educação, justiça...) estão acessíveis para quem detém um capital condizente com os estabelecimentos e instituições privadas. As dificuldades são tamanhas para os mais pobres, que seus esforços muitas vezes esbarram nas barreiras dos preconceitos e nos descasos dos governos. Seus direitos parecem ficar escondidos em meio a tantos deveres a serem cumpridos. A solidariedade de uns poucos ainda é a forma que alguns encontram para superar esses limites.

Um adágio bastante claro para os que declaram ser espíritas é: “Não há salvação sem a caridade”. A salvação é um presente para os que precisam ser salvos da condição difícil na qual se encontram e também é uma libertação dos egos que prendem as boas vontades humanas. Observa-se que isso dá um significado claro a essa relação de reciprocidade, firmada no bem comum daqueles dispostos a dedicar seu tempo para ajudar pessoas fragilizadas, aquelas que estão vivendo numa situação de miséria humana, sem o auxílio devido da justiça e do Estado, dedicação exercida apenas por aqueles que estão dispostos a ‘calçar’ o outro, conceder um alívio muitas vezes momentâneo diante da realidade cruel.

A caridade está explícita na doutrina social da Igreja, os compromissos de responsabilidade comunitária são por ela impulsionados. Para Bento XVI, Deus é caridade: “da caridade de Deus tudo provém, por ela tudo toma forma, para ela tudo tende. A caridade é o dom maior que Deus concedeu aos homens; é sua promessa e nossa esperança”. (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 2). Ainda que essa caridade consista no alívio passageiro das necessidades alheias, ela é o gesto que ‘calça’ os necessitados. É uma obra de misericórdia que serve para aliviar os tormentos, tanto os corporais quanto simbolicamente os espirituais vividos pelas pessoas que a praticam. Esse calçado irá se desgastar com o tempo, será preciso um novo, um outro gesto fraternal. E até quando essa participação de ajuda comunitária irá prevalecer diante dessas necessidades sociais? É difícil informar isso com precisão, até porque, enquanto os governos não tomam medidas eficazes para a eliminação da pobreza, esta é algo na maioria das vezes, tido como o empecilho para aqueles que estão “proibidos” de

serem os atores de sua própria vida, por conta de forças externas. Os obstáculos culturais, jurídicos e sociais existentes são contornados através dessa atuação sincera, fruto de ideias e princípios diferentes, no entanto capazes de se unir em torno da obra misericordiosa, enfrentando os problemas sociais em favor de outrem.

Mas, como essa metáfora de calçar o outro pode ajudar a mudar esse quadro tempestuoso onde muitos vivem?

O conceito de calçar o próximo surge como uma necessidade de levar não apenas palavras para um diálogo inter-religioso, mas buscar meios passíveis de serem usados pelas crenças religiosas a fim de promoverem mudanças comunitárias, sociais e até mundiais. Ou seja, atitudes coerentes com uma “Regra Áurea”, instigadora de ações virtuosas, que levem os humanos a se conhecerem mais e melhor. Como diria o Dalai Lama (2000, p. 91) “É desenvolvendo uma atitude de responsabilidade pelos outros que começamos a criar o mundo mais bondoso e compassivo com que todos sonhamos”. Não ter a intenção de apontar as falhas alheias, mas reconhecer-se falho primeiramente – eis o passo inicial para concretizar a vontade do Messias cristão: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (Gl, 5,14).

A maioria das pessoas no mundo são religiosas de algum tipo, mas, infelizmente, somente a fé sem grandes ações (até o momento) não foi capaz de tornar o mundo, criado pelo Sobrenatural, mais justo e fraterno. A fé e a ética contida no ser humano são questionáveis quando se trata de olhar o próximo. É como se vê nas palavras contidas no livro bíblico de Mateus (26, 31-46), quando fala do dia do julgamento eterno para toda a humanidade (e não apenas aos cristãos), separando os que agiram para alimentar a insaciável subjetividade dos que atuaram de forma convicta e correta em prol do outro; alimentando e matando a sede, visitando os abatidos por estarem com alguma enfermidade ou aprisionados longe da sociedade; aqueles capazes de acolher os forasteiros, vestir os maltrapilhos, enfim, os que souberam pôr em prática o verdadeiro sentido de amar o próximo. A ideia de calçar o outro reflete esses dizeres do Messias, propiciando o necessário para o bem do outro. Ou como diria Hans Küng (2004, p. 280): em nossa época, precisamos de “construtores de ponte” capazes de enxergarem o que é comum nos valores e nas atitudes éticas, proferindo e também os vivenciando.

Para Barth (2007, p. 90), na contemporaneidade, o ser humano passou do “ser do contra” para o “amar o contrário”, tornando-se “neutro diante das diferenças”. Tal conduta

está presente em todas as partes, inclusive no contexto religioso, independentemente da denominação. Mas, em qual ética esses devotos baseiam seus atos? Como deveriam atuar no contexto de pluralismo religioso?

Muitos dos reflexos atuais em nossa sociedade estão longe de ser semelhantes àqueles exemplificados pelo Cristo, ou mesmo aos de Buda e Confúcio. Vemos diversas vezes apenas as verdadeiras representações da subjetividade presentes dentro das igrejas, templos e demais lugares onde determinadas pessoas agem com indiferença perante partes dos “irmãos” da mesma fé ou dos membros de outras crenças. Na busca por “quebrar” tais “pensamentos fechados” é que o diálogo inter-religioso surge como um meio de promover paz e unidade diante dos pré-conceitos estabelecidos. Como diria Küng (2004, p. 280):

Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais. Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um etos global, uma ética para o mundo inteiro.

Percebe-se, num contexto plural e ético, a relação com o próximo ser o que há de mais precioso e digno de respeito. Aspectos como os econômicos, aparência e o fato de ser o detentor da verdade devem ser deixados de lado, pois a pretensão de convivência pacífica em prol de um aspecto em comum com o Sobrenatural deve ser o objetivo da união. É bom ressaltar que essa unicidade deve ser em prol da paz de um povo, de uma nação ou ainda a paz mundial. Tais preceitos e atitudes são necessários para uma convivência pacífica com o outro e isso não tem a ver com as ideologias equivocadas pregadas por fundamentalistas que pensam ser tais reuniões uma estratégia para criar uma única religião (a apostasia do fim dos tempos), conforme mencionada na Bíblia Cristã (2 Ts 2,3). Para Teixeira (2010, p. 31), “O diálogo verdadeiro não se dá através do abandono da tradição religiosa, mas de seu aprofundamento mediante a oração, o pensamento e a ação”. Sem a atitude de se aproximar (retirar o calçado que o impede de pisar no terreno comum) para conhecer a fé do outro, teremos apenas a contínua apreciação do cultivo de ideias pré-conceituosas e errôneas sobre a crença alheia.

Estamos passando por um período de crise de ética dentro e fora dos lares, escolas, igrejas e locais de trabalho. Essas tensões são veiculadas pelas “ideologias capitalistas” que promovem a busca de uma sustentação do insaciável ego humano. Nas palavras de Panasiewicz (2007, p. 111), mencionando Geffré, o processo de globalização gera um

desenraizamento cultural, risco de desumanização, miséria e uma espécie de uniformização das identidades antropológicas, culturais e religiosas. O fascínio dos padrões estéticos contido nas propagandas e produtos é o suficiente para os subjetivistas obterem, neste mundo, a atenção desejada, presencial ou virtualmente. No caso das religiões, surge uma série de entidades misturando crenças com o intuito de atrair novos adeptos. São oferecidos inúmeras oportunidades no “self-service” religioso, capazes de satisfazerem as exigências e necessidades dos fiéis famintos. De acordo com Steil (2008, p. 8), a sociedade global rompeu com a antiga situação de pertencimento religioso, tendo hoje múltiplas possibilidades de escolha que tornam mais difícil, para as instituições, manterem uma “identidade uniforme”. É possível perceber, em diferentes lugares, o surgimento de comunidades e famílias plurirreligiosas. Como diria Barth (2007, p. 90), é um tempo de mudança, de crise, de morte ao tradicional, de estabelecer paradigmas e estabelecer novas formas de vida e valores, um período para inventar diferenças, ser diferente e conviver pacificamente com o diferente.

No mundo atual, onde a tecnologia aproximou, através das conexões entre rede milhões de pessoas a ela conectadas, surge também um distanciamento real na convivência humana. A religião, sob esse ponto de vista, ainda busca aumentar a sua influência em diferentes pontos. As redes sociais são alvos fáceis para promover um diálogo ou provocar uma discórdia religiosa, haja vista o fanatismo religioso ser um grande empecilho no convívio com o próximo. Moreira (2008, p. 25) descreve que há autores como Marcel Gauchet que veem nessa sociedade globalizada, progressivamente secular, uma cultura tecnológica e pragmática que levará à inevitável dissolução da religião. Da mesma forma pensam I. Wallerstein ou R. Prandi ao afirmarem que “onde o homem tudo pode, Deus é inútil”. Apesar de essas ideias tentarem apontar um futuro para a religião, não há como saber o destino delas. Por isso, concordamos com Teixeira (2010, p. 22) ao ver, nesse novo horizonte, despontar um desafio fundamental que pode ser traduzido como a acolhida do pluralismo religioso como valor irredutível e irrevogável, capaz de provocar mudanças na dinâmica da autocompreensão do tempo atual. As metáforas do “descalça-te” e do “calçar o outro” apontam para essa nova direção, para um tempo de mudanças, em que primeiramente é necessário se despir dos preconceitos, para posteriormente entender o próximo. Deve-se ficar aberto às novidades apresentadas nesse encontro entre pessoas, em que o Sobrenatural não seja motivo de desavença, mas um motivo de unir os humanos para o próprio bem da humanidade, que deve permanecer plural ao mesmo tempo que conserva as diferenças individuais e culturais com respeito e valorizando o outro.

Destarte, “quando faltam sentimentos humanos básicos, a religião, a política, a economia e tudo o mais podem se transformar em algo sórdido. Em vez de servirem à humanidade, tornam-se agentes de sua destruição” (DALAI LAMA, 2000, p. 91). Assim, ao refletir sobre as suas atitudes perante e distante do outro, as causas e as consequências delas, o ser humano passará a conter suas palavras e ações. Esse seria um grande passo ético rumo ao conhecimento de si mesmo, do outro e, consecutivamente, a abertura para o diálogo.

Debater temas religiosos, políticos, ambientais e sociais é algo feito pelas entidades religiosas durante suas reuniões plurais. Focar esses aspectos é algo extremamente necessário. Apesar de o diálogo inter-religioso acontecer num ambiente reduzido, sua influência perpassa por vários espaços. Conforme refletiu Panasiewicz (2007, p. 178), o diálogo efetua-se na vida cotidiana e efetua-se em seu percurso, pois são os participantes do diálogo inter-religioso que dialogam e não as religiões. Seriam essas as oportunidades dos membros religiosos de não apenas conhecerem a religião alheia, mas atuarem convictos em respeito ao outro e pelo bem comum.

A construção desse bem comum depende da revalorização das pessoas, da busca em tornar a sociedade humana mais justa e solidária. Seria uma ingenuidade pensar que isso acontecerá mecanicamente, como um impulso dado para um salto que ultrapassa as barreiras ali impostas. É preciso primeiramente uma mudança de interpretação, que parta do interior para o exterior, da sinceridade de dentro do coração para alcançar pela bem-aventurança as pessoas mais humildes. Diante disso é preciso despir-se dos conceitos de outrora forjados pelo ressentimento, descaso e contestações sociais infligidas por pessoas indiferentes às dificuldades presentes na vida alheia. Descalços dessas ideias equivocadas, livres de quaisquer interesses individuais e aptos para executar serviços em benefício ao próximo, à solidariedade, à paz humana e à paz entre as religiões, teremos um mundo melhor, onde todos poderão pisar descalços em um espaço sagrado, cujas bases foram construídas pela Regra Áurea.

CONCLUSÃO

Por vários séculos os estudiosos da Bíblia, do Alcorão e outros livros sagrados buscaram compreender as mensagens existentes nas Escrituras. As consequências inevitáveis foram várias percepções dentro de um mesmo texto. Entre o uso de tantos gestos e objetos no ambiente religioso, existem as sandálias; frequentemente utilizadas como proteção aos pés ou simplesmente um belo adorno, são vistas no livro bíblico do Êxodo 3,5 como impuras, inadequadas, sendo proibidas no ambiente santo em que Moisés estava. A análise desse versículo revela a existência de várias ramificações capazes de abordar diferentes temas pertinentes para um conto milenar. Nesse quesito, a Ciência das Religiões pode ser observada ao longo deste trabalho através da análise imparcial sobre a gesticulação dos pés descalços que é praticada em diferentes lugares, por várias religiões e culturas, demonstrando o devido respeito e atenção a todas as crenças.

Apesar dos “limites” determinados pelas instituições mencionadas, buscou-se descobrir o motivo da utilização do gesto pelos grupos religiosos e verificar o seu “valor” em diferentes culturas. Isso fez-se necessário para este trabalho como um meio para a compreensão do outro a partir da similaridade do gesto comum. A pesquisa aborda esses elementos, revelando fragmentos do passado ainda presentes em nossa sociedade, cuja estima está ofuscada pelos arranjos da contemporaneidade que insistem em mostrar a beleza do novo em detrimento dos aspectos antigos, desfazendo ou refazendo ao modo capitalista/consumista as tradições culturais em prol do lucro sobrepujando aspectos de um tempo remoto.

Este trabalho foi inspirado nas observações de Luís da Câmara Cascudo, um autor cujos escritos souberam informar a importância dos gestos de outrora e de outros presentes em seu cotidiano. E dessa maneira foi apresentado o gesto dos “pés descalços”, preceito religioso, símbolo de humildade, obediência e respeito indispensável para seguir em frente em direção ao desconhecido. Também se fez necessário abordar fatos relacionados ao espaço onde essa gesticulação foi e é realizada, apresentando características não trabalhadas pelo autor mencionado, porém indispensáveis para a compreensão do tema.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende, no âmbito acadêmico, servir como incentivo a trabalhos posteriores sobre os aspectos gestuais que ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea. É assim que Marcelo Camurça (2008, p. 77), mencionando Geertz, destaca a

religião funcionando como meio para a compreensão do mundo pelos indivíduos dentro de sua interpretação.

A análise de Câmara Cascudo e as de outros autores serviram como uma indicação sobre a existência dessa prática ritualista em diferentes ambientes ao redor do planeta. É importante informar que, apesar do estudo coerente feito por Cascudo sobre o gesto dos pés descalços ou o “descalça-te”, não foi possível observar em seus escritos os princípios que as grandes religiões ou sistemas culturais utilizam para praticar e manter, há centenas de anos e, em alguns casos, há milênios, essa prática gestual. Por outro lado, os seus textos expressam alguns detalhes pertinentes pelos quais diferentes tradições aplicam, com fervor, esse gesto durante os seus rituais, e cativam os seus fiéis, utilizando-o. Exemplos mencionados, como a Maçonaria, Wicca, mitologia nórdica, não apareceram nesses estudos, mas as descrições do uso em outras tradições, como a cristã, a judaica, a egípcia, a grega, a muçulmana, o Candomblé, a Umbanda, foram fundamentais para a inspiração deste trabalho. A visão de Cascudo apresenta em seus detalhes o rito dos pés descalços sendo motivo de adoração da mãe natureza entre diferentes povos; do mesmo jeito é um elemento essencial nos ritos de algumas tradições religiosas, além disso também foi usado como uma representação da distinção social durante o período de escravidão no Brasil.

Em outro ponto desta pesquisa, algo que não foi mencionado por Câmara Cascudo, mas se fez essencial nesse trabalho é o destaque no capítulo 3 a algo existente em diferentes crenças e que se encontra na Regra Áurea, através do uso da metáfora “calçar o outro”. Um exemplo de amor preferencial. Algo capaz de abranger todos aqueles considerados excluídos da sociedade, os enquadrados por diferentes setores como pessoas em condições inadequadas de vida, os famintos, os sem-teto, os sem assistência médica.... Visando a possível solução para o fim dessa inconveniência, é apresentada a abertura ao diálogo entre membros de diferentes religiões e culturas. Um fator decisivo capaz de modificar esse processo de “desajuste” social, uma vez que a religião consegue, através do divino, sensibilizar mais facilmente o coração de uma pessoa para com a necessidade da outra. Assim o diálogo inter-religioso consegue ampliar a atuação solidária ao mesmo tempo em que evita as desavenças que tanto provocaram a separação e o distanciamento entre pessoas de origens distintas.

O que se pretende com esta pesquisa dos pés descalços não é fazer um estudo historiográfico, mas compreender esse gesto como fenômeno religioso, sendo necessário e relevante para adentrar os diálogos entre as religiões. Busca-se, assim, apontar traços comuns

de determinadas tradições religiosas e culturais sobre esta prática gestual (descalça-te), abstendo-se de juízos de valor sobre as “verdades doutrinárias”.

O espaço sagrado, apesar de vinculado aos pés descalços, pouco foi trabalhado por Câmara Cascudo em seus estudos. Porém, nesta pesquisa apresentamos o sagrado corroborando o pensamento de Aureanice de Mello Corrêa: “O sagrado, como um dos atributos da espacialidade, se traduz através de práticas culturais eivadas de sentido religioso, de crenças, mitos e divindades. Práticas culturais e, portanto, sociais que marcam a existência dos homens e sua organização em sociedades” (2008, p. 163). Dessa maneira, entendemos que o compromisso social do tema seria o de buscar um despertar para a importância de compreender tal gesto em várias tradições religiosas, como um símbolo de maturidade, na fé, daqueles que buscam de forma sincera aprender com o próximo e não o julgar pela sua diferença.

Valer-se do agradável, buscando a solução não apenas do próprio problema, mas olhar a situação do outro para tentar resolvê-la, é o caminho dos que não estão indiferentes aos sofrimentos e à dor alheia. É o projeto de vida dos verdadeiros crentes, dos praticantes da Regra de Ouro, daqueles que evidenciam o empenho humano focado no “descalça-te” (metaforicamente falando), na eliminação das disparidades construtoras de muros e ao mesmo tempo procuram construir pontes para se aproximarem de forma benevolente do seu irmão. Isso é o que pode revelar a plenitude de um reino que ainda está por vir.

REFERÊNCIAS

ADEYEMO, Tokunboh. (Org.). **Comentário bíblico africano**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

AFINSOPHIA. **Seu João da Mata e seu Rompe Mato no terreiro de Mãe Vera e Pai James**. Manaus, 24 jul. 2008. Disponível em: <<https://afinsophia.com/2008/07/24/seu-joao-da-mata-e-seu-rompe-mato-no-terreiro-de-mae-vera-e-pai-james/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. **Arte Filosofia – revista do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto, n. 4, p. 09-14, jan. 2008. Disponível em: <http://www.raf.ifac.ufop.br/pdf/artefilosofia_04/artefilosofia_04_00_iniciais_sumario_editorial_notas.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

AHMED, Akbar S. **Pós-modernismo e Islão**. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. (Coleção crença e razão).

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p.1-92

ALCORÃO. **Tradução do sentido do nobre Alcorão para a língua portuguesa**. Tradução de Helmi Nasr. Madinah (Arábia Saudita): Rei Fahd, 2005. (Edição bilíngue árabe/português).

ALCORTA, Guillermo. **Viagens de fé**. Belém do Pará, 01 set. 2014. Disponível em: <<http://www.viagensdefe.com.br/veja-mais-tres-simbolos-e-objetos-da-festa-cirio-de-nazare/#.Wcp1kcZJnIU>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O tráfico negreiro. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org). **História do Brasil para ocupados**: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 32-34. Disponível em: <<http://elivros.online/book/download-historia-do-brasil-para-ocupados-luciano-figueiredo-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ALLEN, Clifton J. (Org.). **Comentário bíblico Broadman**: Velho Testamento. Pentateuco. Vol. 1. Tradução de Adiei Almeida de Oliveira. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.

ALLEN, Clifton J. (Org.). **Comentário bíblico Broadman**: Velho Testamento. Levítico-Rute. Vol. 2. Tradução de Arthur Anthony Boorne. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1994.

ALLEN, Greg. **I'm Ready For My Closeup, Brother DeMille**. [S.l.] 18 jul. 2010. Disponível em: <http://greg.org/archive/2010/07/18/im_ready_for_my_closeup_brother_demille.html>. Acesso em: 02 mar. 2017

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de. **Rituais indígenas na contemporaneidade brasileira: a (re)significação de práticas corporais do povo bororo**. 2013. 274 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13806/1/2013_ArthurJos%C3%A9MedeirosdeAlmeida.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. O Homem contemporâneo e a sacralidade. In: MARTINI; Antônio; PONCE, Branca Jurema; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério; et. al. **O humano, lugar do sagrado**. 7. ed. São Paulo: Olho d'água, 2002. Cap. 6. p.47-54

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **Tapuia**. Instituto Socioambiental Povos Indígenas no Brasil. Maio, 1999. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapuia>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ARISTÓTELES. Poética. Tradução de Eudoro de Souza. In: ARISTÓTELES. **Metafísica (livro I e livro II), Ética a Nicômaco, Poética**. São Paulo: abril, 1984. p. 239-329.

AZEVEDO, Dom Walmor Oliveira de. **Na escola do Salvador**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

BARBOSA, Wilmar do Valle; LOTT, Henrique Marques. “O religioso após a religião”: um debate entre Marcel Gauchet e Luc Ferry. **Horizonte - revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 71-100, out./dez. 2010.

BARRETO, Anna Maria Cascudo. **O colecionador de crepúsculos**. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/biografia/>> Acesso em: 01 nov. 2016.

BARTH, Wilmar Luiz. O Homem Pós-Moderno, religião e ética. **Teocomunicação – revista da Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 37, n. 155, p. 89-108, mar. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/1775/1308>>. Acesso em: 13. dez. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. Uma primeira nota sobre a cultura de massas: a infra-estrutura. In: ENGELS, F.; GEERTZ, C.; LEONTIEV, A. et. al. **O papel da cultura nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980. p. 73-92. (Coleção rosa-dos-ventos).

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Org. Luiz Roberto Benedetti. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985. (Coleção sociologia e religião; 2)

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2013. (9. Reimpressão)

BITTENCOURT, Renata. Modos de negra e modos de branca: o retrato a baiana e a imagem da mulher negra na arte do século XIX. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2., 2006. Campinas, SP. **Atas...** São Paulo: UNICAMP, 2006. p. 1-89. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2006/BITTENCOURT,%20Renata%20-%20IIIEHA.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**: vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CANTARELA, Antônio Geraldo. **O caçador de ausências**: o sagrado em Mia Couto. Belo Horizonte, 2010. 186 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2010.
- CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciências da Religião**: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção repensando a religião).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Pataxó Hãhãhãe**. Instituto Socioambiental Povos Indígenas no Brasil. Maio, 2005. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura**: pesquisas e notas de Etnografia geral. São Paulo: Global, 2004.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro publicações, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História de nossos gestos**: uma pesquisa na mímica do Brasil. São Paulo: Global, 2003.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Superstição no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Global, 2002.
- CASTRO, Dannyel de. **Dia da Terra em Belém é marcado por celebrações da Abrawicca e do Clann an Samaúma**. Bélem, 20 abr. 2015. Disponível em: <<https://neopagaosnacidade.wordpress.com/2015/04/20/dia-da-terra-embelem-e-marcado-por-celebracoesda-abrawicca-e-do-clann-ansamauma/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- COOGAN, Michael D (org.). **Religiões**. Tradução de Graça Salles. São Paulo: Publifolha, 2007.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. Espacialidades do sagrado: A disputa pelo sentido do ato de festejar da Boa Morte e a semiografia do território encarnador da prática cultural afro-brasileira. IN: SERPA, Angelo. (org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 161-180
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. Luís da Câmara Cascudo, historiador dos espaços. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011. São Paulo, SP. **Anais...**, São Paulo: ANPUH. 2011. p. 1-13. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299272352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf> Acesso em: 01 jul. 2016.
- COSTA, Otávio José Lemos. Os lugares sagrados na perspectiva da geografia da religião. **GeoUECE – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade da Universidade Estadual do Ceará**. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 18-28, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.uece.br/geouece>>. Acesso em: 15 set. 2016.

COUTO, Sérgio Pereira. **Dicionário secreto da Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 58-94.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 10-61

DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. Tradução de Maria Luíza Newlands. 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. Disponível em: <http://www.filosofia.art.br/download/filosofia/Dalai_Lama-Uma_Etica_Para_o_Novo_Milenio.pdf>. Acesso em: 05. nov. 2015.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **O Egito antigo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>. Acesso em 02 jan. 2017.

DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma Teologia cristã do pluralismo religioso**. Tradução de Márcia de Almeida e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1999. (Coleção Pensamento Teológico).

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção tópicos).

ECKEL, Malcolm David. Budismo. In COOGAN, Michael D (org.). **Religiões**. Tradução de Graça Salles. São Paulo: Publifolha, 2007. p. 162-197.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUR, Mirella. **Mistérios nórdicos: deuses, runas, magia, rituais**. São Paulo: Pensamento, 2007.

FELDMAN, Marina. **Mesquita de Curitiba é um marco da luta contra o preconceito**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://redacao2ufpr.wordpress.com/2012/06/08/mesquita-de-curitiba-e-um-marco-da-luta-contr-o-preconceito/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FERRY, Luc; GAUCHET, Marcel. **Depois da religião: o que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei?**. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. **As melhores histórias da mitologia nórdica**. 5. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. rev. São Pauto: Global, 2003.

GASDA, Élio Estanislau. **Cultura e religião: a teologia como discurso público**. In: MOTA, Lindomar Rocha; SOUZA, Jose Carlos Aguiar; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. (Org.). **Religião e cultura: memórias e perspectivas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 55-68.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma Geografia do sagrado. **Ra'e ga: o espaço geográfico em análise – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade**

Federal do Paraná. Curitiba, v. 5, p. 1-15, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v5i1.18316>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. **Ra'e ga: o espaço geográfico em análise – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, v. 1, p. 91-120, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v3i0.18226>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

GIUMBELLI, Emerson. Kardec entre nós. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org). **História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 95-97. Disponível em: <<http://elivros.online/book/download-historia-do-brasil-para-ocupados-luciano-figueiredo-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

GOWER, Ralph; **Usos e costumes dos tempos bíblicos.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2002.

GRAHAM, Laura. **Xavante.** Instituto Socioambiental Povos Indígenas no Brasil. Abril, 2008. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xavante>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., 2001. Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** vol.3, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2314/2261>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/213/205>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

HANAUER, J. E. (Org.). **Mitos, lendas e fábulas da Terra Santa.** Tradução de Uri Lam. São Paulo: Landy, 2005. p. 1-83.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2005- Bento XVI). **Carta Encíclica Caritas in Veritate do sumo Pontífice Bento aos bispos, aos presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas, aos fiéis leigos e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade.** 2009. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.pdf>. Acesso em: 04/03/2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê: inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil.** Brasília, 2007. p. 13.

JOSEFO, Flávio. **História dos hebreus: de Abraão à queda de Jerusalém.** Tradução Vicente Pedroso. 8. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004. p. 1-107.

JUNIOR PEREIRA, Clevisson; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de lócus material e conformação simbólica. **Ateliê**

geográfico – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, v. 6, n. 1, p.35-50, abr. 2012.

KNIGHT, Christopher. LOMAS, Robert. **A chave de Hiram**: faraós, franco-maçons e a descoberta dos manuscritos secretos de Jesus. Tradução de Z. Rodrix. São Paulo: Landmark, 2002. Disponível em: <<http://www.inspetoria.org.br/arquivos/cenal/noticias/livros/achavedehiramcompleto.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

KRAMER, Heinrich. SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**: o martelo das feiticeiras. Tradução de Paulo Fróes. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **O Sagrado existe**. São Paulo: Ática, 1994.

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca de pontos em comum. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Campinas, São Paulo: Verus, 2004.

LAIN, Vanderlei (Org.). **Mosaico religioso**: faces do sagrado. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

LEAL, Mariana Katona. Gestualidade e produção de sentido. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS. 2011. Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAP, 2011, p. 4028-4037. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/cpa/mariana_katona_leal.pdf>. Acesso em: 03.mar. 2016.

LEONTIEV, Aleixei Nikolaevich. O homem e a cultura. In: ENGELS, F.; GEERTZ, C.; LEONTIEV, A. et. al. **O papel da cultura nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980. p. 37-72. (Coleção rosa-dos-ventos).

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo**: um brasileiro feliz. 4. ed. São Paulo: escrituras Editora, 2016.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 262-263.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Do espaço sagrado à pista de dança: o caso das igrejas medievais de Norwich. **História – revista do Programas de Pós-graduação em História da UNESP**. vol. 29, n.1. 2010. p. 108-119. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100008>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDES, Mara Souza Ribeiro. **Xondaro**: uma etnografia do mito e da dança guarani como linguagens étnicas. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Palhoça, 2006. p. 30-38. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/82059_Mara.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MILLENIUM. **Wicca**: a bruxaria saindo da sombra. São Paulo: Madras, 2004. p. 60-70. Disponível em:

<http://static.tumblr.com/jstn12f/BY0nKx6ys/a_bruxaria_saindo_das_sombras__millenium_.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MCCOY, Daniel. **Norse Mythology for Smart People**. [S. l.], 2012. Disponível em: <<https://norse-mythology.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Biblioteca básica brasileira)

MOREIRA, Alberto da Silva. O futuro da religião no mundo globalizado: painel de um debate. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de (Org.). **O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 17-35 (Coleção estudos da religião).

NARAYANAN, Vasudha. Hinduísmo. In COOGAN, Michael D (org.). **Religiões**. Tradução de Graça Salles. São Paulo: Publifolha, 2007. p. 124-161.

NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-94.

O'CONNELL, Mark; AIREY, Raje. **Enciclopédia completa dos signos e símbolos: identificação e análise do vocabulário visual que forma nossos pensamentos e dita as nossas reações com o mundo à nossa volta**. Tradução de Débora Ginza. São Paulo: Escala, 2010.

OLDSTONE-MOORE, Jennifer. Tradições chinesas. In COOGAN, Michael D (org.). **Religiões**. Tradução de Graça Salles. São Paulo: Publifolha, 2007. p. 198-235.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O Brasil seiscentista nas pinturas de Albert Eckhout e Frans Janszoon Post: Documento ou invenção do Novo Mundo?. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: poderes e sociedades. 2005. Lisboa, Portugal. **Atas...** Lisboa: Instituto Camões, 2005. p. 1-23. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/carla_mary_oliveira.pdf>. Acesso em: 03. Jan. 2017.

OLIVEIRA, Hélio Carlos M. de. Espaço e religião, sagrado e profano: uma contribuição para a Geografia da Religião do movimento pentecostal. **Caderno prudentino de Geografia – revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Presidente Prudente, v. 2, n. 34, p. 135-161, ago./dez. 2012.

OLIVEIRA, Vladimir Luís de. Espaços do sagrado na tradição Yoga-Samkhya: reflexões para repensar a experiência religiosa a partir de uma releitura dos textos sagrados da Índia. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17.

OTTO, Rudolf. **O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional**. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PANASIEWICZ, Roberley. Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã. **Horizonte - revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 39-54, 2º sem. 2003.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo: diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré**. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. (Coleção estudos da religião).

PAROQUIA DE SANTO ANTONIO. Fotografia, color. **Missa do Lava Pés abre o Tríduo Pascal em Guanambi**. Guanambi, 14 abr. 2017. Disponível em: <<http://paroquiadeguanambi.com.br/portal/2017/04/14/missa-do-lava-pes-abre-o-triduo-pascal-em-guanambi/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PAVAM, Rosane. A alma terrível das ruas. In: **Carta capital**. [S.l.]: Confiança, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/879/a-alma-terrivel-das-ruas-3187.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PINTO NETO, Moyses. A Linguagem em Derrida e Agamben: escritura e gesto. In: SEMANA ACADÊMICA DO PPG EM FILOSOFIA DA PUCRS, 7, 2011, Porto Alegre, **Anais...** Rio Grande do Sul: EDIPCURS, 2011. p. 79-95. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/edicao7/Moises_Pinto_Neto.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PONTIFÍCIO CONSELHO “Justiça e Paz”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

PORTELLA, Rodrigo. O sagrado e suas expressões: aproximações. In: PORTELLA, Rodrigo; MAGALHÃES, Antônio. **Expressões do sagrado: reflexões sobre o fenômeno religioso**. São Paulo: Santuário, 2008. Cap. 2, p. 49-92(Cultura e Religião).

PRIETO, Claudiney. **Wicca para todos**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/briannaloch/files/2564/13921/Wicca-Para-Todos.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

QUEIROZ, José J. As religiões e o sagrado nas encruzilhadas da pós-modernidade. In: QUEIROZ, José J.; GORGULHO, Gilberto. et. al. **Interfaces do sagrado: em véspera de milênio**. São Paulo: Olho d'água. 1996.

RIBEIRO; Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

ROCHA, Zeferino. Ética cultura e crise ética de nossos dias. **Síntese: revista de Filosofia – revista do departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia**. Belo Horizonte, v. 34, n. 108, p. 115-131, 2007. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/227>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 12928-12942.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SCHIAVO, Luigi. Síntese e perspectivas. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de (Org.). **O futuro da religião na sociedade global**: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 171-178 (Coleção estudos da religião).

SELLIN, Ernest; FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento**: volume I e II. Tradução de Mateus Rocha. São Paulo: Academia Cristã, 2007. p. 1-271.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 131-319.

SOUZA, Patricia March de. **Visualidade da escravidão**: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. 2011. 263 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2011. p. 1-81. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=17541@1>. Acesso em: 02 jan. 2016.

STACCONI, Giuseppe. **Filosofia da religião**: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 13-29.

STEIL, Carlos Alberto. Oferta simbólica e mercado religioso na sociedade global. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de (Org.). **O futuro da religião na sociedade global**: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 7-16 (Coleção estudos da religião).

TEIXEIRA, Faustino. O irrevogável desafio do pluralismo religioso. **Ciberteologia**: revista de Teologia e cultura. São Paulo: Paulinas. Ano VI, n. 28. 2010. p. 22-34. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/o-irrevogavel-desafio-do-pluralismo-religioso/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

TILLICH, Paul. **Dinâmica da fé**. Tradução de Walter O. Schlupp. 3. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1985.

TIRAPELI, Percival. **Arte indígena**: do pré-colonial à contemporaneidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (Coleção Arte brasileira).

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 1-170. Disponível em: <<http://lelivros.online/book/baixar-livro-a-conquista-da-america-tzvetan-todorov-em-pdf-epub-e-mobi/>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

TOMA, André. **Como é um ritual de iniciação na maçonaria?** [S.l.], 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-e-um-ritual-de-iniciacao-na-maconaria/>>. Acesso em; 25 ago. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia**: homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 306-325.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião**: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção repensando a religião).

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. Brasília: Brasiliense, 1994.

VAUX, Roland de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Teológica, 2003.

WENZEL, Eugênio Gervásio. **Verbete Apiaká**. [S.l.]: Instituto Socioambiental. março, 1999. p. 1-8. Disponível em:

<https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/apiaka/Verbete_Apiaka_1999.pdf>.

Acesso em: 02 jan. 2017.

WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo**: Antigo Testamento, pentateuco. Vol. I. Tradução de Susana E. Klassen. Santo André, SP: Geográfica editora, 2006.

WIERSBE, Warren W. **Comentário bíblico expositivo**: Antigo Testamento: Livros Históricos volume II. Tradução de Susana E. Klassen. Santo André, SP: Geográfica editora, 2006.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. Tradução de Antônio. Steffen. São Paulo: Hagnos, 2007.

ANEXOS

Um pouco de Luís da Câmara Cascudo

Luís da Câmara Cascudo nasceu no dia 30 de novembro de 1898 E.C., na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. Durante a sua juventude *Ludovicus* (Luís em Latim) trabalhou no jornal instalado pelo seu pai na sua cidade natal, ali começou sua vida literária alimentando cada vez mais o seu gosto pela pesquisa e escrita. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife. Foi um legítimo provinciano, a base de sustentação da família (pais, esposa e filhos). Batalhou como professor e pesquisador. Assumiu a responsabilidade de escrever em sua breve jornada de vida, os aspectos que achava mais importantes da vida. Descreveu sobre temas específicos da cidade do Rio Grande do Norte, África e outros lugares distintos. De modo amplo focou nos aspectos da cultura popular e da etnografia deste imenso País (Brasil). Soube demonstrar aos potiguares e tupiniquins a verdade presente em sua frase: “O melhor do Brasil é o brasileiro”²⁴.

A este respeito Bruno B. Aires da Costa comenta:

Cascudo traz para si a responsabilidade de informar aos seus conterrâneos os fatos distantes tanto no tempo como no espaço, sendo ele o agente de ligação entre o passado e o presente. (...) É por isso que Cascudo define-se como provinciano, pois a província e ele se constituem como uma unidade. É a partir de sua cidade que Cascudo olha e experimenta o mundo”. (COSTA, 2012, p. 339-340).

Cascudo soube dar asas à imaginação do repertório de histórias no Brasil. Hoje se sabe que os seus estudos concretizaram em mais de 190 produções entre livros e opúsculos (ver lista completa nos anexos), centenas de artigos para jornais, milhares de correspondências com os amigos, várias traduções de livros, cordéis, partituras musicais, dentre outros materiais encontrados hoje no *Ludovicus*, Instituto Câmara Cascudo. Antes, esse lugar era a sua querida biblioteca a famosa “Babilônia” detentora de cerca de 10.000 (dez mil) volumes. Muitos dos

²⁴ “O melhor produto do Brasil ainda é o brasileiro”, afirmou Cascudo em entrevista a Pedro Bloch (cf. LIMA, 2016, p. 138)

vestígios deixados por Câmara Cascudo continuam influenciando na história de sua cidade e do seu Estado bem como da cultura brasileira. De modo surpreendente seus trabalhos são inspiração para pesquisas em diferentes áreas nas universidades do Brasil²⁵.

Durante sua vida Cascudo viu suas descrições literárias expandirem além dos confins dos potiguares, assim pode cravar seu nome na memória da sua cidade e do seu país. O renomado escritor faleceu no dia 30 de julho de 1986. Mas as fronteiras do seu domínio continuam a se expandir ano após ano, fruto da influência de seus escritos, da persistência e luta da família e do Estado em proclamar e ampliar o alcance da voz desta figura rara, “o notável do Rio Grande do Norte”, o potiguar mais conhecido. Cujas homenagens chegaram a compará-lo a um santo católico nos aspectos da alegria e inteligência tão evidente, “Por um sortilégio, está no meio de nós... Foi eleito “santo”, “São Cascudo - Padroeiro da Tradição”, com reza e santinho, no Simpósio Internacional dos Contadores de História, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 2007”²⁶. Onde fora efetuado para o mesmo uma oração (ver nos anexos) para todos os seus discípulos cascudianos.

Luís da Câmara Cascudo em Síntese:

Você certamente já ouviu falar que Câmara Cascudo escreveu “cerca de 150 ou 160 livros”, mas não encontrou a quantidade exata e todos os títulos da obra cascudiana em nenhum lugar. Nem o próprio Cascudo sabia ao certo quantos livros escrevera. Vamos tentar reparar esse erro. A bibliografia abaixo foi elaborada a partir do acervo de Carlos Lyra, “o homem que fotografou Cascudo”, amigo do mestre e que é, provavelmente, a pessoa que tem a mais completa coleção de seus livros. Carlos tem edições que o próprio Cascudo não tinha e teve a oportunidade de discutir com o próprio autor cada um de seus livros. Todo esse material foi gravado em áudio e vídeo. A partir de seu acervo, Carlos Lyra dividiu a obra de Cascudo em *livros e plaquetes* (livretos). Utilizamos o livro de Zila Mamede, *Luís da Câmara Cascudo: cinquenta anos de vida intelectual; 1918-1968; bibliografia anotada*, de 1970, para

²⁵ Existem atualmente várias obras que estudam temas trabalhados por Luís da Câmara Cascudo, essas monografias, dissertações e teses, podem ser facilmente encontradas no site *ludovicus*, dedicado a homenagear o autor e divulgar suas obras.

²⁶ Mais informações sobre a vida de Luís da Câmara Cascudo podem ser encontradas nas descrições de BARRETO, Anna Maria Cascudo. *O colecionador de crepúsculos*. 2003.

complementar a bibliografia que é constantemente revisada e ampliada por Daliana Cascudo, neta de Cascudo e diretora do Memorial Câmara Cascudo.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- 001 – Alma Patrícia, crítica literária – Atelier Typ. M. Vitorino, 1921
- 002 – Histórias que o tempo leva – Ed. Monteiro Lobato, S. Paulo, (out. 1923), 1924.
- 003 – Joio – crítica e literatura – Of. Graph. d’A Imprensa, Natal (jun), 1924
- 004 – Lopez do Paraguay – Typ. d’A República, 1927
- 005 – Conde d’Eu – Ed. Nacional, 1933
- 006 – O homem americano e seus temas – Imprensa Oficial, Natal, 1933
- 007 – Viajando o sertão – Imprensa Oficial, Natal, 1934
- 008 – Em memória de Stradelli – Livraria Clássica, Manaus, 1936
- 009 – O Doutor Barata – Imprensa Oficial, Bahia, 1938
- 010 – O Marquês de Olinda e seu Tempo – Ed. Nacional, S. Paulo, 1938
- 011 – Governo do Rio Grande do Norte – Liv. Cosmopolita, Natal, 1939.
- 012 – Vaqueiros e Cantadores – (Globo, 1939) – Ed. Itatiaia, S. Paulo, 1984.
- 013 – Antologia do Folclore Brasileiro – Martins Editora, S. Paulo, 1944
- 014 – Os melhores contos populares de Portugal – Dois Mundos, 1944
- 015 – Lendas brasileiras – 1945
- 016 – Contos tradicionais do Brasil – (Col. Joaquim Nabuco), 1946 - Ediouro
- 017 – Geografia dos mitos brasileiros – Ed. José Olímpio, 1947. 2ª edição, Rio, 1976.
- 018 – História da Cidade do Natal – Prefeitura Mun. do Natal, 1947
- 019 – Os holandeses no Rio Grande do Norte – Depto. Educação, Natal, 1949
- 020 – Anubis e outros ensaios – (Ed. O Cruzeiro, 1951), 2ª edição, Funarte/UFRN, 1983
- 021 – Meleagro – Ed. Agir, 1951 – 2ª edição, Rio, 1978
- 022 – Literatura oral no Brasil – Ed. José Olímpio, 1952 – 2ª edição, Rio, 1978
- 023 – Cinco livros do povo – Ed. José Olímpio, 1953 – 2ª edição, ed. Univ. UFPb, 1979.
- 024 – Em Sergipe del Rey – Movimento Cultural de Sergipe, 1953
- 025 – Dicionário do Folclore Brasileiro – INL, Rio, 1954 – 3ª edição, 1972
- 026 – História de um homem – (João Câmara) – Depto. de Imprensa, Natal, 1954
- 027 – Antologia de Pedro Velho – Depto. de Imprensa, Natal, 1954
- 028 – História do Rio Grande do Norte – MEC, 1955
- 029 – Notas e documentos para a história de Mossoró – Coleção Mossoroense, 1955
- 030 – Trinta “estórias” brasileiras – ed. Portucalense, 1955
- 031 – Geografia do Brasil Holandês – Ed. José Olímpio, 1956
- 032 – Tradições populares da pecuária nordestina –MA-IAA n.9, Rio, 1956
- 033 – Jangada – MEC, 1957
- 034 – Jangadeiros – Serviço de Informação Agrícola, 1957
- 035 – Superstições e Costumes – Ed. Antunes & Cia, Rio, 1958

- 036 – Canto de Muro – Ed. José Olímpio, (dez. 1957), 1959
- 037 – Rede de dormir – MEC (1957), 1959 – 2ª edição, Funarte/UFRN, 1983
- 038 – Ateneu Norte-Rio-Grandense – Imp. Oficial, Natal, 1961
- 039 – Vida breve de Auta de Souza – Imp. Oficial, Recife, 1961
- 040 – Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil – PUC, Porto Alegre, 1963 – 2ª edição Fundação José Augusto (FJA), Natal, 1979
- 041 – Dois ensaios de História – (Imprensa Oficial Natal, 1933 e 1934) Ed. Universitária, 1965
- 042 – História da República do Rio Grande do Norte – Edições do Val, Rio, 1965
- 043 – Made in África – Ed. Civilização Brasileira, 1965
- 044 – Nosso amigo Castriciano – Imp. Universitária, Recife, 1965
- 045 – Flor dos romances trágicos – Ed. Cátedra, Rio, 1966 – 2ª ed. Cátedra/FJA, 1982
- 046 – Voz de Nessus – Depto. Cultural, UFPb, 1966
- 047 – Folclore no Brasil – Fundo de Cultura, Rio, 1967 – 2ª edição, FJA, Natal, 1980
- 048 – História da alimentação no Brasil – Ed. Nacional (2 vol) fev. 1963), 1967, (col. Brasiliana 322 e 323) – 2ª ed. Itatitaia, 1983
- 049 – Jerônimo Rosado (1861-1930) – ed. Pongetti, Rio, 1967
- 050 – Seleta, Luís da Câmara Cascudo – Ed. José Olímpio, Rio, 1967 – org. por Américo de Oliveira Costa. – 2ª Ed. 1972.
- 051 – Coisas que o povo diz – Bloch, 1968
- 052 – Nomes da Terra – Fundação José Augusto, Natal, 1968
- 053 – O tempo e eu – Imp. Universitária – UFRN, 1968
- 054 – Prelúdio da cachaça – IAA, (maio, 1967), 1968
- 055 – Pequeno manual do doente aprendiz – Ed. Universitária – UFRN, 1969
- 056 – Gente viva – Ed. Universitária UFPe, 1970
- 057 – Locuções tradicionais no Brasil – UFPE, 1970 – 2ª edição, MEC, Rio, 1977
- 058 – Ensaio de etnografia brasileira – INL, 1971
- 059 – Na ronda do tempo – Ed. Universitária, UFRN, 1971 (livro biográfico)
- 060 – Sociologia do Açúcar – MIC – IAA, 1971. Coleção Canavieira n. 5
- 061 – Tradição, ciência do povo – Perspectiva, S. Paulo, 1971
- 062 – Ontem – (magações) – Ed. Universitária UFRN, 1972
- 063 – Uma História da Assembléia Legislativa do RN – FJA, 1972
- 064 – Civilização e cultura (2 volumes) – MEC/Ed. José Olímpio, 1973
- 065 – Movimento da independência no RN – FJA, 1973
- 066 – O Livro das velhas figuras – (6 vol.) – 1, 1974; 2, 1976; 3, 1977; 4, 1978; 5, 1981; 6, 1989 – Inst. Histórico e Geográfico do RN
- 067 – Prelúdio e fuga do real – FJA, 1974
- 068 – Religião no povo – Imprensa Universitária, UFPb, 1974
- 069 – História dos nossos gestos – Ed. Melhoramentos, 1976
- 070 – O Príncipe Maximiliano no Brasil – Kosmos editora, 1977
- 071 – Antologia da alimentação no Brasil – Livros Técnicos e Científicos ed., 1977
- 072 – Três ensaios franceses – FJA, 1977 (do *Motivos da Literatura Oral da França no Brasil*, Recife, 1964 – Roland, Mereio e Heptameron)

073 – Mouros e Judeus – Depto. de Cultura, Recife, 1978

074 – Superstição no Brasil – Itatiaia, S. Paulo, 1985

Plaquetes

075 – Da poesia popular narrativa no Brasil – Universidade Nacional do México, 1971

076 – Ás de Vila Diogo – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

077 – Assunto gago – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

078 – Ceca e Meca – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

079 – O morto no Brasil – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

080 – Água do Lima no Capibaribe – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

081 – Visão do Folclore Nordestino – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

082 – Uma nota sobre o cachimbo inglês – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

083 – Folclore nos Autos Camoneanos – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

084 – Divórcio no talher – Museu de Etnografia e História – Junta Distrital do Porto

085 – A cozinha africana no Brasil – Publicações do Museu de Angola, Luanda, 1964

086 – Ancha es Castilla! – Academia de Ciências de Lisboa, 1967

087 – Três notas brasileiras – Junta Distrital de Lisboa, 1970

088 – Conferência (Tricentenário dos Guararapes) – Arquivo Público, Recife, 1949

089 – A função dos arquivos – Arquivo Público Estadual, Recife, 1956

090 – Desplantes – Revista do Arquivo Municipal – S.Paulo

091 – Paróquias do Rio Grande do Norte – Depto. Imprensa, Natal, 1955

092 – A família do Padre Miguelinho – Coleção Mossoroense, 1960

093 – Ateneu Norte-Riograndense – Coleção “Juvenal Lamartine”, Natal, 1961

094 – Breve História do Palácio da Esperança – Depto. Imprensa, Natal, 1961

095 – A vaquejada nordestina e sua origem – FJA, 1976

096 – Mitos brasileiros – Cadernos de Folclore n. 6, MEC, 1976

097 – Paliçadas e gases asfixiantes entre os indígenas da América do Sul – Ed. Biblioteca do Exército, 1961

098 – Versos (Lourival Açucena) – Typ. A República, Natal, 1927

099 – A Carnaúba – in Revista Brasileira de Geografia, p. 159 – IBGE, 1964

100 – Alexander Von Humboldt – 1969

101 – Natal – (Revista Potyguar), 1939 – Coleção Mossoroense, 1991

102 – Caraúbas, Assu e Santa Cruz – (Revista Potyguar, 1938), Coleção Mossoroense, 1991

103 – Paróquias do Rio Grande do Norte – Depto. Imprensa, 1955 – Coleção Mossoroense, 1992

104 – Três poemas de Walt Whitman – Imprensa Oficial, Recife, 1957 – Coleção Mossoroense, 1992

- 105 – Mossoró e Moçoró – Coleção Mossoroense, 1991 – Consultando São João – Depto. Imprensa, Natal, 1949
106 - No caminho do avião... Notas de reportagem aérea (1922-1933) – EDUFRRN, 2007
107 - A Casa de Cunhaú – Gráfica do Senado, lançamento previsto para 2008.

Mais plaquetes e outras publicações

- 108 - O mais antigo marco colonial do Brasil – 1934
109 - Intencionalidade no descobrimento do Brasil – Natal, 1935
110 - O homem americano e seus temas – Natal, 1935
111 - Uma interpretação da couvade – São Paulo, 1936
112 - Conversas sobre a hipoteca – São Paulo, 1936
113 - Os índios conheciam a propriedade privada – São Paulo, 1936
114 - O brasão holandês no Rio Grande do Norte – 1936
115 - Notas para a história do Ateneu – Natal, 1937
116 - O marquês de Olinda e o seu tempo – São Paulo, 1938
117 - Peixes no idioma tupi – Rio de Janeiro, 1938
118 - Governo do Rio Grande do Norte – Natal, 1939
119 - Informação de história e etnografia – Recife, 1940
120 - O nome potiguar – Natal, 1940
121 - O povo do Rio Grande do Norte – Natal, 1940
122 - As lendas de Estremoz – Natal, 1940
123 - Fanáticos da serra de João do Vale – Natal, 1941
124 - O presidente parrudo – Natal, 1941
125 - Seis mitos gaúchos – Porto Alegre, 1942
126 - Sociedade Brasileira de Folclore – 1942
127 - Lições etnográficas das Cartas Chilenas – São Paulo, 1943
128 - Antologia do folclore brasileiro – São Paulo, 1944
129 - Os melhores contos populares de Portugal – Rio de Janeiro, 1944
130 - Simultaneidade de ciclos temáticos afro-brasileiros – Porto, 1948
131 - Tricentenário de Guararapes – Recife, 1949
132 - Gorgoncion; estudo sobre amuletos – Madri, 1949
133 - Consultando São João – Natal, 1949
134 - Ermet Mell’Acaia e la consulta degli oracoli – Nápoles, 1949
135 - O folclore nos autos camponeanos – Natal, 1950
136 - Custódias com campanhas – Porto, 1951
137 - Conversa sobre direito internacional público – Natal, 1951
138 - Os velhos estremezes circenses – Porto, 1951
139 - Atirei um limão verde – Porto, 1951
140 - Com Dom Quixote no folclore brasileiro – Rio de Janeiro, 1952
141 - A mais antiga igreja do Seridó – Natal, 1952
142 - O fogo de 40 – Natal, 1952
143 - O poldrinho sertanejo e os filhos do vizir do Egito – Natal, 1952

- 144 - Tradicion de un cuento brasileiro – Caracas, 1952
 145 - História da imperatriz Porcina – Lisboa, 1952
 146 - A origem da vaquejada do nordeste brasileiro – Porto, 1953
 147 - Alguns jogos infantis no Brasil – Porto, 1953
 148 - Casa dos surdos – Madri, 1953
 149 - Contos de encantamento – 1954
 150 - Contos exemplares – 1954
 151 - No tempo em que os bichos falavam – 1954
 152 - Comendo formigas. Rio de Janeiro – 1954
 153 - Os velhos caminhos do Nordeste – Natal, 1954
 154 - Cinco temas do Heptameron na literatura oral – Porto, 1954
 155 - Pereira da Costa, folclorista – Recife, 1954.
 156 - Lembrando Segundo Wanderley – Natal, 1955
 157 - Notas sobre a paróquia de Nova Cruz – Natal, 1955
 158 - Leges et consuetudines nos costumes nordestinos – Havana, 1955
 159 - História do município de Santana do Matos – Natal, 1955
 160 - Vida de Pedro Velho – Natal, 1956
 161 - Comadre e compadre – Porto, 1956
 162 - Tradições populares da pecuária nordestina – Rio de Janeiro, 1956
 163 - Universidade e civilização – Natal, 1959
 164 - A noiva de arraiolos – Madri, 1960
 165 - Temas do Mireio no folclore de Portugal e Brasil – Lisboa, 1960
 166 - Conceito sociológico do vizinho – Porto, 1960
 167 - Etnografia e direito – Natal, 1961
 168 - Grande fabulário de Portugal e Brasil – Lisboa, 1961
 169 - Motivos da literatura oral da França no Brasil – Recife, 1964
 170 - Prelúdio e fuga – Natal, 1966
 171 - Voz de Nessus (inicial de um Dicionário brasileiro de superstições) – Paraíba, 1966
 172 - Mouros, franceses e judeus; três presenças no Brasil – Rio de Janeiro, 1967

Outras traduções e anotações

- 173 - Açucena, Lourival. Versos reunidos. 1920
 174 - Montaigne e o índio brasileiro. São Paulo, 1940. Tradução e notas do capítulo ‘*Des caniballes*’, dos *Essais*
 175 - Koster, Henri. Viagens ao Brasil. São Paulo, 1942. Tradução e notas
 176 - Viagens ao Nordeste do Brasil – Henry Koster (tradução comentada) Estado de Pernambuco, 1942 e 2ª ed. 1978
 177 - Harrt, Charles Frederick. Os mitos amazônicos da tartaruga. 1952
 178 - Romero, Sílvio. Cantos populares do Brasil. Rio de Janeiro, 1954. Introdução e notas.
 179 - Romero, Sílvio. Cantos populares do Brasil. 2
 180 - Barbosa, Domingos Caldas. Poesia. 1958

181 - Nobre, Antônio. Poesia. 1959

182 - Melo Moraes Filho. Festas e tradições populares do Brasil. Belo Horizonte, 1979.

Revisão e notas

183 - Melo Moraes Filho. Os ciganos e cancionero dos ciganos. Belo Horizonte, 1981.

Revisão e notas.

Inéditos

184 - História da literatura norte-riograndense

185 - História do município do Ceará-Mirim

186 - História do Rio Grande do Norte para as escolas

187 - História da carnaúba

188 - Nomes de ruas e praças da cidade do Natal

189 - O livro dos patronos

190 - Brazilian Folk-lore

191 - J. Poranduba Amazonense, de Barbosa Rodrigues

192 - Mitologia indígena do Amazonas, de Charles Frederick Hartt

Livros Sobre Câmara Cascudo

01 - Viagem ao Universo de Câmara Cascudo – Américo de Oliveira Costa, 1969

02 - Luís da Câmara Cascudo: cinquenta anos de vida intelectual; 1918-1968; bibliografia anotada – Zila Memede, 1970

03 - Uma Câmara vê Cascudo – Carlos Lyra

04 - Luís da Câmara Cascudo – Sua Vida e Sua Obra. Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do RN. Ed. Pongetti, 1969

05 - Mensagens de Câmara Cascudo e Cosme Lemos - Volume I – Thadeu Villar de Lemos. Pongetti Rio de Janeiro, 1972

06 - Câmara Cascudo - um brasileiro feliz – Diógenes da Cunha Lima, 1978 (1ª edição), 1993 (2ª edição), 1998 (3ª edição)

07 - De como Câmara Cascudo se tornou um autor consagrado – Sônia Maria Fernandes Ferreira Clima, 1986

08 - Luís da Câmara Cascudo e a Batalha da Cultura – Raimundo Soares de Brito. Coleção Mossoroense Mossoró, 1986

09 - I Painel sobre Vida e Obra de Câmara Cascudo – Romildo Teixeira de Azevedo. Centro Norte-Riograndense, Brasília/DF, 1988

10 - Saturnino, Cascudo e o Clube dos Inocentes – José Melquíades de Macedo, 1992

11 - Lembranças do meu avô – Newton Cascudo Roberti Leite. Coleção Mossoroense - Série C - Volume 795, 1992

12 - Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo – Veríssimo de Melo (Organização). Villa Rica, Belo Horizonte, 1991

13 - Modernismo - Anos 20 no Rio Grande do Norte – Humberto Hermenegildo de Araújo. EDUFRN, 1995

- 14 - Luís da Câmara Cascudo - Bibliografia comentada; 1968-1995 – Vânia Gicco, 1996
- 15 - Asas de Sófia - Ensaios Cascudianos – Humberto Hermenegildo de Araújo. Fiern, Sesi, Senai, Iel, Natal/RN, 1998
- 16 - O Mundo Vivo de Cascudo – Maria de Fátima F. Pimentel. Flama Editora, Natal/RN, 1998
- 17 - A presença de Câmara Cascudo em Goiás – Seleção e organização de Getúlio Araújo, 1998
- 18 - Câmara Cascudo - Um Homem Chamado Brasil – Gildson Oliveira. Editora Brasília Jurídica, 1998
- 19 - As Plantas do Catimbó em Meleagro de Luís da Câmara Cascudo – Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo. Humanitas/FFLCH/USP São Paulo, 1999
- 20 - Cascudo – Mestre do Folclore Brasileiro – Djalma Maranhão. Sebo Vermelho, 3ª.edição, Natal/RN, 1999
- 21 - Jasmins do Sobradinho - Cartas de Luís da Câmara Cascudo a João Lyra Filho – Roberto da Silva (org.). Sebo Vermelho Edições, 2000
- 22 - Presença do Folclorista Câmara Cascudo na Literatura de Cordel – Gutemberg Costa Fundação. Capitania das Artes, Natal/RN, 2000
- 23 - Rascunhos de História - Estudos sobre Câmara Cascudo e Afonso Arinos de Melo Franco – No. 11 – Diversos PUC-Rio, Depto. de História Rio de Janeiro/RJ, 2001
- 24 - Luis, toujours lui - Cartas de Câmara Cascudo a Bernard Alléguede – Roberto da Silva (Organização). Sebo Vermelho, Natal/RN, 2002
- 25 - Dicionário Crítico Câmara Cascudo – Marcos Silva (organizador). Ed. Perspectiva São Paulo/SP, 2003
- 26 - O Colecionador de Crepúsculos – Anna Maria Cascudo Barreto. Gráfica do Senado, Brasília/DF, 2003
- 27 - Câmara Cascudo em Portugal – Francisco Fernandes Marinho. Sebo Vermelho, Edições Natal/RN, 2004
- 28 - Cascudo - Guardião de nossas tradições – Isaura Amélia Rosado Maia (Organização). Coleção Mossoroense, 2004
- 29 - Flama Serena - Cartas de Luís da Câmara Cascudo a João Lyra Filho – Roberto da Silva (organizador). Sebo Vermelho Edições, 2005
- 30 - Crônicas de Origem - A cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20 – Raimundo Arrais (Organização). EDUFRN, 2005
- 31 - De Cascudo para Oswaldo – Oswaldo Lamartine de Faria (organizador). Sebo Vermelho, Edições Natal/RN, 2005
- 32 - Leituras sobre Câmara Cascudo – Humberto Hermenegildo de Araújo. Idéia, João Pessoa, 2006
- 33 - Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal – Pedro de Lima. EDUFRN, 2006
- 34 - Câmara Cascudo - 20 anos de encantamento – Daliana Cascudo (Organização). EDUFRN, 2007
- 35 - Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia. (Guerras do Alecrim) – Marcos Silva, EDUFRN, 2007
- 36 - Câmara Cascudo: o que é folclore, lenda, mito e a presença lendária dos holandeses no

Brasil – André Valério Sales. Ed. Universitária UFPB, 2007

37 - Câmara Cascudo: sua teoria folclórica, o método de pesquisa e sua relação política com as classes populares – André Valério Sales. Ed. Universitária UFPB, 2007

38 - Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino – Francisco Firmino Sales Neto. Ed. Universitária UFPB, 2008

Outros

01 - Arte e rituais do fazer, do servir e do comer no Rio Grande do Norte - Uma homenagem a Câmara Cascudo. Senac, 2007

Fonte das Informações: Cascudo Livros. Disponível em:

<<http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/livros.htm>> Acesso em: 01/10/2016.

A DISPUTA POR ACENOS

Sobre a diversidade das interpretações referentes aos mesmos gestos, dependendo da mentalidade, interesse, cultura de cada inteligência receptora, circula um conto popular na literatura oral do Brasil, episódio que estudei no *Trinta Estórias Brasileiras* (Porto, 1955). As versões utilizadas tive-as de meu Pai (1863-1935) e Luiza Freire (1870-1953), a Velha Bibi, octogenária, branca, analfabeta, a quem devo o material analisado no livro impresso e esgotado em Portugal. Um sábio oferecia vultuoso prêmio a quem disputasse com ele por acenos. Vários letrados concorreram inutilmente. Uns estudantes convenceram a um pobre leiteiro que devia enfrentar o prélio e muita gente compareceu para assistir à solução dos sucessivos enigmas. O sábio mostrou um dedo e o labrego os dois. O sábio estendeu três e o leiteiro fechou a mão como para esmurrar. O sábio exibiu uma laranja e o leiteiro um pedaço de pão. Foi proclamado vencedor, recebendo uma bolsa com moedas de ouro. Aos estudantes o leiteiro explicou a contenda. O sábio quis vazar-lhe um olho e ele ameaçou aos dois. O sábio pretendeu arranhar-lhe o rosto com os três dedos e o camponês cerrou a mão para o murro da represália. O sábio, para abrandá-lo, ofereceu uma laranja, e ele provou não ter fome pois guardara um bocado de pão. Aos seus amigos, o sábio esclareceu a simbologia mímica. Acenara que Deus é Uno e o contraditor lembrou as duas espécies no Deus-Homem. Eram três pessoas distintas e o campônio reuniu-as num só Deus verdadeiro. Perdera-se o Paraíso por uma fruta, e o antagonista avisou que o Paraíso fora reconquistado por Jesus Cristo tornado pão na hóstia consagrada. Indubitavelmente vencera. O mais antigo modelo europeu, ocidental, pertence ao Arcipreste de Hita (Juan Ruiz, 1283-1350, conjecturais), no *Libro de Buen Amor*, incessantemente reeditado. Título: *Aquí fabla de com o todo ome entre los sus cuydados se deve alegrar é de la disputacion que los griegos é los romanos en uno ovieron*. Os Romanos receando as astúcias retóricas dos Gregos fizeram-se representar por um ribaldo, aldeão, *vellaco muy grand é muy ardid*. Sentados em cátedras, iniciaram a discussão. O doutor grego apresentou o indicador e o rústico os três dedos: *Eu pulgar é otros dos, que con él son contenidos. Em manera de arpón, los otros encogidos*. O grego estendeu *la palma llana* e o ribaldo *mostró puño çerrado*. Ganhara a porfia. Deus era Único e também Trino. Deus era *todo à la su voluntad*. O romano replicara que Deus é Poder, expressando a mão fechada, com energia. Merecera vitória. O ribaldo traduziu, por seu lado. Ameaçara-lhe o grego arrebatara um olho. Respondeu que rompería os dois, com os dois dedos e com o polegar quebraria os dentes. Disse que lhe daria uma palmada. Receberia uma punhada feroz. No século XVI o

tema fora tratado por François Rabelais (1494-1553) no *Gargantua et Pantagruel*, cap. XIX: *Comment Panurge fit quinault l'Anglois qui arguait par signes*. O mudo e sugestivo duelo entre Thaumaste e Panurge é uma sátira *terriblement joyeuse* aos derradeiros escolásticos encurralados na Sorbone. Afasta-se do critério temático dos modelos antecedentes e não há tradução às perguntas e respostas silenciosas. Apenas reaparece o processo sem as características que têm resistido ao Tempo. Repete-se o caso na controvérsia mímica entre Panurga e Nazdecabre.¹ Fora da Europa, René Basset,² resume o mais velho registo árabe, *La Language des Signes*, manuscrito de Ibn Asim, *Hádaíq el Azhar*. Um Soberano muçulmano enviou embaixador ao Rei dos Gregos, temendo uma invasão armada. O emissário era desembaraçado mas simples portador de letras primárias. Para o Rei ouvir-lhe a missão seria indispensável uma demonstração de habilidade mental num concurso por acenos. O grego mostrou-lhe o Céu com o dedo. O maometano designa a Terra e o Céu. O grego apontou o indicador contra o rosto do mensageiro e este dirigiu dois dedos à face do cristão. Este exhibe uma azeitona e o islamita um ovo. Declarado vitorioso, pôde tratar dos negócios com simpatia e êxito. Para o grego seus gestos significavam: Deus está no Céu: pensas que Adão é a ordem única dos homens? A azeitona diria — como este fruto e admirável! Entendera as respostas do muçulmano: Deus está na Terra e no Céu. Também Eva é origem dos homens. O ovo é mais extraordinário porque dele nasce um ser vivo! O embaixador compreendera: Levar-te-ei às alturas na ponta deste dedo. Retorquiria: Também te erguerei para o alto e te trarei para baixo. Arrancar-te-ei um olho. Farei o mesmo aos teus dois! Só te posso dar essa azeitona sobrando do almoço. Recuso! Tenho este ovo restante da refeição! Ibn Asim lera o Arcipreste de Hita ou este a um original árabe ainda ignorado? Hipóteses. René Basset recenseou bibliografia hindu, notadamente da Índia meridional, mas todo documentário é posterior a Juan Ruiz, cuja redação do século XIV parece ter sido a inicial síntese de elementos esparsos nas memórias orientais. O Arcipreste de Hita conhecia o árabe, versejando nesse idioma. Fonte oriental coeva e semelhante a Juan Ruiz, não apareceu ainda. Depois de Rabelais divulgou-se *Le Moyen d e Parvenir*, em 1620, de Beroalde de Verville (1558-1623) onde a disputa reproduz-se parcialmente no cap. C. “Attestation” (ed. Paris, 1874), sem interesse revelador no plano da formação temática. Victor Chauvin³ inclui um resumo do conto “Togroul”, da coleção turca dos *Quarenta Visires*, simples variante no gênero. O monge ergueu a mão, dedos abertos, e depois baixou-a. O derviche responde fechando o punho, elevando a mão com os dedos espaçados. Consideraram-no vencedor. O derviche entendera que o monge queria bater-lhe na cara, e por sua vez ameaçou agarrá-lo pelo pescoço. O monge acenou visando-lhe a garganta e

teve a réplica de ser apanhado no mesmo local, pela parte inferior, mais sensível. O monge declarou ter aludido às cinco orações obrigatórias e o derviche confirmara, fechando o punho. Perguntou por que caía a chuva. O muçulmano acenou que se destinava à sustentação das plantas. E vencera o pleito. Esses *folktales* não pertencem ao ciclo das adivinhações mas a um sugestivo exercício da Mímica entre duas inteligências de níveis desiguais, aplicando cada gesto à significação lógica do entendimento pessoal. Em 1943 uma nossa empregada, mulatinha de olhos coriscantes e andar rebolado, voltou indignada do Mercado Público por um soldado norte-americano ter-lhe dirigido um sinal *muito feio*. Havia-se queixado ao Guarda Municipal. O americano mostrara-lhe, sorrindo, as extremidades do polegar e do indicador unidas em anel. Para ele era uma comunicação prazerosa do *o.k. all correct*, exprimindo admiração. Para todos os olhos brasileiros o gesto ostentava revoltante obscenidade. Feito publicamente em sua intenção, a mulatinha revoltou-se, ofendida na intermitente pudicícia. Ambos confiavam na própria interpretação, consagrada pelo uso vulgar, talqualmente os personagens da disputa por acenos.

1. *Le Tiers Livre*, XX.

2. *Mille et un Contes, Récits & Legendes Arabes*, I, nº 36, Paris, 1924.

3. *Bibliographie de Ouvrages Arabes*, VIII, Liège, 1904.

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. História de nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil. São Paulo: Global, 2003. p. 90-93

A “oração de São Cascudo” - Patrono da Tradição:

Ajude-me, meu São Cascudo
Que tem coisas nesse mundo
Que só existem nas memórias
Do povo mágico das histórias.
Quero uma lição de geografia
Que um índio velho contaria
Para uma criança portuguesa
Se fartando com a sobremesa
De pé de moleque e brigadeiro
Junto com um peão de boiadeiro.
São Cascudo, me diga o que é
Que vem de noite num só pé,
E como me livro dessa assombração.
Meu Santo Padroeiro da Tradição.
Agora vou me deitar na rede,
Pois eu sei que o Santo entende,
Que amanhã é dia de festança
Vai ter música, aguardente e dança
Pro meu coração enamorado.
Valei-me meu São Cascudo!”

Fonte: Cascudo Livros. Disponível em:

<<http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/biografia/>>. Acesso em: 01dez. 2016.